Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23214 DIRECTOR **MÁRIO MESQUITA** DIRECTORA ADJUNTA **DIANA ANDRINGA** QUARTA-FEIRA 4 ABRIL 90 60$00

EDITORIAL

O abuso de consenso

A suave introdução de alguns elementos de conflitualidade, prudentemente administrados a conta-gotas, constituiu uma das tónicas da entrevista presidencial à RTP. As virtualidades do consenso têm os seus limites: de tão vasto pode tornar-se inibidor e gerar a necessidade de ultrapassar o estado de santidade absoluta equivalente ao grau zero da conflitualidade.

A linha seguida por Mário Soares consistiu em redimensionar o consenso, introduzindo elementos de crítica e de polémica, sem, no entanto, pôr em causa uma imagem presidencial suprapartidária e apaziguadora. A RTP foi o interlocutor escolhido para esta revalorização da polémica, assim se atingindo o Governo sem directamente o pôr em causa: quando lhe perguntaram se a televisão pública agia desse modo em obediência a directrizes do Governo, o Presidente da República respondeu que se tratava apenas de «excesso de zelo»...

Curiosamente as críticas dirigidas à informação televisiva incidem numa matéria que, normalmente, suscitaria a antipatia, em relação a quem a formula, de vastos sectores da opinião pública qualificada, dos jornalistas e dos observadores dos media: a RTP é acusada de se alhear de cerimónias públicas em que o Presidente participa (os 700 anos da Universidade de Coimbra, por exemplo). Ora, esses rituais constituem momentos privilegiados de diluição de fronteiras entre o poder político e o audiovisual, em que a televisão, aparentemente, se apaga para melhor assumir a sua missão estatal.

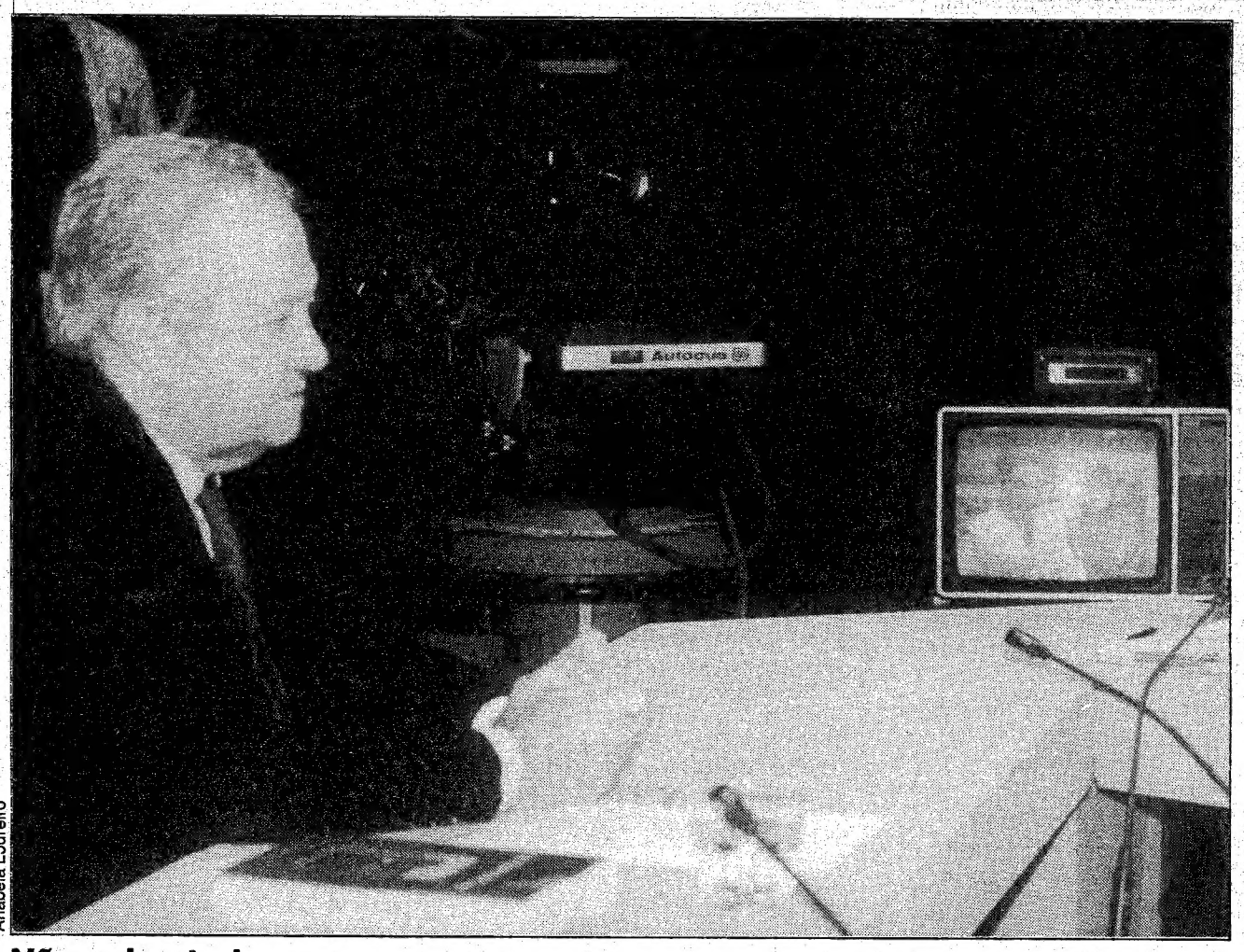
Porém, no caso da RTP, que prolongou, na era democrática, o fausto comemorativo do salazarismo, a crítica colhe e não repugna à opinião pública portuguesa. A tradição de teleceri-mónias é tão intensa que se compreende a exigência da sua justa e pluralista repartição.

Mário Mesquita

continua na pág. 5

Por causa da lei do aborto

Bélgica: um dia sem rei



Anabela Loureiro

Não valeu tudo Entrevistado na RTP, Mário Soares recusou-se a transformar as divergências com o Governo em conflitos e não levantou o véu sobre uma possível recandidatura. Houve assuntos em que não quis tocar, porque Presidente é Presidente e «vale tudo» só na novela, cujo episódio ainda presenciou.

Do nosso correspondente em Bruxelas José Rui Cunha

Os belgas estão perplexos com a situação inédita de terem um rei que, por vontade própria, está suspenso por um dia (a partir das 15 horas de hoje). A história é esta: Balduíno I recusou-se a promulgar uma lei, aprovada pelo Parlamento, que despenaliza parcialmente o aborto; mas, paralelamente, quis evitar uma crise institucional. Assim, a seu pedido, os ministros recorreram a uma lei de 1949, que pode suspender o soberano em caso de «doença, demência ou prisão». O Conselho de Ministros, nesta circunstância, vai poder promulgar a lei «em nome do povo belga». Este expediente, tanto mais insólito quanto o rei não está nas condições «impeditivas» estabelecidas pela lei, promete gerar uma acesa polémica na Bélgica. Os juristas, para já, sustentam que a solução encontrada está ferida de ilegalidade.

Pág. 11

O caso Drexel

Três bancos portugueses não enfiaram o «barrete»

Três bancos privados portugueses escaparam à falência do grupo Drexel, juntando-se assim aos bancos emissores de vários países, entre eles a Espanha, que retiraram os seus depósitos em ouro/barra e activos financeiros. Menos atento que o BPA, o Totta & Açores e o Fonsecas & Burnay, o Banco de Portugal encontra-se entre as instituições de Estado lesadas.

Os bancos centrais de Portugal, Áustria, Dinamarca, China e Suécia, e do Estado da Califórnia, são as instituições emissoras mais afectadas pelo «caso Drexel». Os prejuízos do Banco de Portugal (dezoito milhões de contos) são de longe superiores a qualquer dos restantes.

Pág. 6

Benfica em Marselha a jogar para Viena

Do nosso enviado especial Neves de Sousa

Às sete da tarde, os olhos e ouvidos da maioria dos portugueses estarão em Marselha a acompanhar a primeira mão de uma eliminatória que pode levar o Benfica à final da Taça dos Campeões.

Um jogo que o DL acompanha com o patrocínio de

Pág. 31

Brasil: Plano Collor vai ser votado com emendas — por Cora Ronai — *Pág. 12*

Itália: o duelo infinito entre Berlusconi e Benedetti — por Alessandra Balsamo — *Pág. 15*

Argentina: o país ingovernável — por André Martin — *Pág. 15*

Cabo Verde: uma visão poética — por Leonor Xavier — *Pág. 15*

Carta de Moscovo: a ofensiva diplomática da URSS em África — por Guenadi Petrov — *Pág. 14*

Carta de Washington: o controlo do intercâmbio tecnológico — por Michael Ledeer — *Pág. 14*

GRANDE ANGULAR

Mário Soares não quer embaciar imagem

Em entrevista à RTP, que suscitou naturais reacções contraditórias, desde o aplauso franco a acusações de autopromoção, o Presidente da República não ocultou as suas divergências com o Governo, mas recusou-se a traduzi-las em conflitos, em nome da solidariedade institucional

Fiel ao entendimento das funções que desempenha e do qual tem vindo a dar prova ao longo do seu mandato, o Presidente da República, entrevistado pela segunda vez na RTP desde que tomou posse, preocupou-se — ora invocando a reserva a que está obrigado pelo seu cargo, ora recusando transformar divergências em conflitos — em não embaciar a imagem de bom relacionamento com o primeiro-ministro que tem caracterizado a sua actuação política em Belém. Isto sem prejuízo de, em questões fundamentais, ter manifestado posições contrárias às do Governo - designadamente quanto à concessão de um canal de televisão à Igreja e ao ritmo da integração plena de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

Recusando-se embora a revelar o que pensa da proposta de lei do Governo acerca da primeira questão — «O Presidente da República pode, se quiser, incendiar a sociedade portuguesa» —, com base em que o debate no Parlamento ainda não terminou e, se agora se pronunciasse, condicionaria as decisões, Mário Soares frisou, todavia, lembrado de que na campanha eleitoral defendera a obrigatoriedade de a Igreja submeter a sua candidatura, como os outros interessados, a concurso público, que «até agora não é possível apontar-me uma incoerência a respeito das minhas promessas eleitorais». E acrescentou: «Tenciono ser fiel aos compromissos que tomei.».

No entanto, sublinhou ter «as mãos livres para fazer o que entender» numa matéria que bole com uma força muito relevante da sociedade portuguesa. O ritmo da integração monetária do País na CEE também divide o Presidente e o Governo. A propósito da reunificação da Alemanha, Mário Soares declarou que o êxito das reformas a Leste — as quais «têm muito a ver com o sucesso da CEE — depende de uma resposta europeia global, que apenas será possível com a aceleração da integração política e económica».

O Presidente, ao contrário do Governo, que dá prioridade ao combate contra a inflação, pensa que devemos assumir rapidamente o estatuto de europeus inteiros, sob pena de virmos a pagar pesados custos, quem sabe se a suportar novamente um programa de austeridade.

Para Soares, a sociedade civil está a andar mais depressa do que o Estado no caminho da recuperação do atraso que ainda nos separa dos nossos parceiros comunitários.

A entrevista começou à roda do contencioso entre o Presidente e a RTP, que, nos últimos dias, conheceu desenvolvimentos. Enquanto Chefe de Estado, Soares considera-se maltratado pela televisão, que não transmite «claramente ou seriamente o que eu digo». Com Eanes era outra coisa, diz o Presidente, que reduz o contencioso a um excesso de zelo da 5 de Outubro e não vê nele qualquer estratégia governamental para minimizar a sua actuação. «No dia em que houver televisão privada, a televisão pública vai melhorar imensamente» disse Mário Soares, que defendeu a constituição de um conselho fiscalizador semelhante ao britânico, para garantir aquilo que, em seu entender, não existe hoje na RTP: isenção e debate de ideias.

O Presidente da República nada acrescentou ao que tem afirmado acerca de uma eventual recandidatura em 1991, reservando-se o anúncio de uma decisão no momento próprio. Repetiu que não é, neste momento, candidato a novo mandato, mas, ao mesmo tempo, disse que não pode ser insensível aos apelos que nesse sentido lhe vão chegando.

João Paulo de Oliveira

SIC

«Não sou candidato à recandidatura»

«Não sou insensível aos apelos que me têm sido feitos»

«Para que é que eu preciso de propaganda pessoal? Seria, de facto, uma estultícia da minha parte fazê-la»

«Não penso que o cenário das presidenciais venha a estar pobre, isso é uma questão das coisas amadurecerem no tempo próprio e não antes do tempo»

«Não tenho idade, nem posição, para me pôr em bicos dos pés e estar a dizer aqui estou eu, aproveitem-me; se entenderem que me devem aproveitar, pois que me aproveitem»

«O PS está de boa saúde, acho eu»

«Não estou convencido que o bipartidarismo, ou bipartidismo, seja útil para o País»

«Penso que o Presidente da República, como tal, tem sido maltratado pela televisão porque não lhe tem sido dada a oportunidade de contactar com os portugueses como deve»

«Eu não digo que esteja isento de pecados em matéria de televisão nem no comportamento com os órgãos de Comunicação Social. Já várias vezes me assumi nessa matéria. (...) Simplesmente eu hoje não faço política partidária. Eu hoje sou Presidente da República e tenho tido uma grande prudência em não me intrometer nas questões de política partidária. Por isso, mereço, ou mereceria, um tratamento especial por parte da televisão»

«Nós gostaríamos de ter mais um cardeal do que temos. Aliás, é uma tradição haver dois cardeais na Igreja portuguesa e neste momento só temos um»

«Entendo dizer, como disse, ao Presidente Eduardo dos Santos que o Mundo mudou e que ele tem que fazer atenção às mudanças do Mundo. Uma situação de partido único e de um partido marxista-leninista não é aquela que hoje pode servir Angola»

«É necessário que a CEE acelere a sua unidade política»

«Devemos entrar o mais depressa possível no Sistema Monetário Europeu»

Francisco Paraíso

Entrevistadores e entrevistado preparados para a entrevista

Reacções diversas

Duarte Lima: «Limpída e cristalina»

Duarte Lima (PSD)

«O Presidente da República reafirmou princípios antes por ele desenvolvidos quanto aos limites da função presidencial no actual quadro constitucional e fê-lo de uma forma límpida e cristalina, que não deixa qualquer dúvida, mesmo na perspectiva de uma eventual recandidatura», disse ao DL o deputado social-democrata e director do «Povo Livre», Duarte Lima. «Penso que há muitos pescadores de águas turvas que procuram agitar a questão presidencial como um pretexto de confronto partidário que terão perdido argumentos com esta entrevista», concluiu Duarte Lima.

Salgado Zenha: «Auto propaganda»

Salgado Zenha

«A 'Primeira Página' do dr. Mário Soares foi extremamente monótona.

Dela não ressaltou nada de novo. Foi um repisar de coisas extremamente ditas e reditas.

O dr. Mário Soares disse que não desejava recandidatar-se. Mas toda a sua intervenção teve o ar de um discurso de autopropaganda no início de uma campanha eleitoral. De positivo, o seu ar de pai de família, conciliador e apaziguador.»

Narana Coissoró: «Evitou conflitos»

Narana Coissoró (CDS)

«O Senhor Presidente da República disse logo à entrada, a propósito do seu diferendo com a RTP, que gostava de dizer coisas úteis, não polémicas, que as pessoas gostavam de ouvir. Toda a entrevista foi dominada por este pensamento.

Evitou dizer qualquer coisa que parecesse conflito com o Governo, embora fosse dizendo que não estava de acordo com a política monetária do Governo; que não estava de acordo com o modo como o País estava a ser preparado para a integração na CEE, na medida em que havia ainda grandes manchas de miséria e de carência; falou da máquina entorpecedora da da burocracia e disse que havia ainda alguns atrasos estruturais, embora dissesse que isto não era devido só a qualquer inércia, porque também havia que contar com 50 anos de imobilismo.

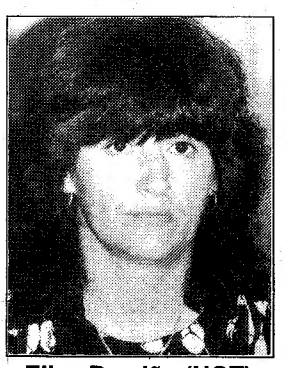
Queixou-se de que não lhe têm sido dadas condições para dialogar com os portugueses porque gostaria de ser referencial para grandes problemas, mas que não tem sido possível por causa da TV, que por sua vez não promove debates políticos e não acompanha a actividade política do País.

Também foi dizendo que a sociedade civil anda mais depressa que o Estado, o que também é uma crítica, na medida em que o Estado não acompanha o movimento da sociedade, e significa que o Estado continua a ser grande.

Quanto à caracterização dos partidos retirou ao partido do Governo qualquer conotação social-democrata, considerando implicitamente que o partido chamado social-democrata não é social democrata mas liberal. Portanto pode estar à direita ou à esquerda da democracia cristã.

O que ele quis dizer é que em Portugal podia estar em referência a partidos liberais, à esquerda ou à direita, conforme a natureza das questões. Estou de acordo com esse ponto de vista. Disse também que a bipolarização não é útil para o País, reconhecendo assim o papel que outros partidos, como o CDS, por exemplo, desempenham no regime político português.»

Elisa Damião : «Um grande líder»

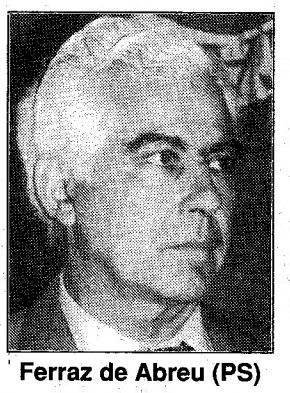


Elisa Damião (UGT)

«Acho que estamos perante um homem que conhece o País, visto de vários ângulos, desde o de dirigente político, até aos de primeiro-ministro e Presidente da República», declarou ao DL Elisa Damião, dirigente da UGT e deputada socialista.

Elisa Damião considera Mário Soares «um dos grandes líderes da Europa de hoje» e chamou a atenção para a «interessante e expressiva» demonstração do que «é um Presidente socialista».

Ferraz de Abreu: «Sempre salutar»



Ferraz de Abreu (PS)

«Lamento que o Presidente da República não apareça mais vezes nos écrans da Televisão, fazendo a pedagogia do aprofundamento da democracia política e social como fez hoje, e que faz como ninguém, dado seu enorme poder de comunicação, a sua cultura e o prestígio que adquiriu no modo como tem desempenhado o seu alto cargo. E a culpa dele não aparecer mais vezes na Televisão não é dele, como ficou bem claro. Também o acompanhamos nos seus receios de que não esteja a ser feito tudo o que é necessário para que a nossa integração na CEE se faça colhendo o máximo dos benefícios e ultrapassando as ameaças para alguns sectores da nossa actividade que podem resultar dessa integração.

A Televisão tem cometido falhas. Hoje fomos testemunhas de que a presença do Presidente da República é sempre salutar e como tal apreciada por todos os portugueses. Esta oportunidade poucas vezes a temos.»

olhar de mocho

A Presidência Aberta foi...

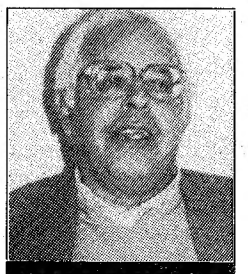
... ontem em Entre-Campos, na zona compreendida entre a Praça de Touros e o Campo Grande que o Salazar gostaria que se chamasse Campo 28 de Maio mas não conseguiu. O Presidente fez bem em montar na 5 de Outubro essa fórmula de abertura pública, dado tal «porto franco» que é a nossa RTP, bem carenciado estar de espectáculos televisivos.

O primeiro rebuçado foi francamente animador: ouviu-se falar em «servilismo da Imprensa», e relembrar os conselhos de gerência pluralista que governam tanto a BBC como a televisão pública da RFA. O segundo rebuçado chegou quando o Presidente falou do atraso nacional, marcado por esse abcesso e que a cirurgia lusitana ainda não conseguiu operar, «de a sociedade civil estar a andar mais depressa que o Estado». Foi pena que a ideia não fosse mais desenvolvida para se ficar a saber até que ponto «a paragem no tempo» do salazarismo não se continua a reflectir nas «ilhas do tempo» de que um analista falou há anos.

Depois o caldo ficou semi-entornado quando o Presidente (português) pôs o presidente da RFA a interessar-se pela originalidade das presidências abertas. Aí regressámos às tais «ilhas do tempo»: que o presidente (alemão) goste de visitar museus, e que quando é hóspede num país estrangeiro procure originalidade nas cortesias é uma coisa, que ele, o alemão, pretenda aprender com o seu homólogo português como se resolvem problemas de infra-estruturas básicas, já é outra muito diferente. Em política, a tese do pioneirismo português deveria já estar totalmente enterrada e totalmente coberta de erva daninha para que não volte a renascer.

Fica um problema de fundo a resolver: quando o Presidente vem à Televisão sem que se perspective alguma tentativa de reeditar Aljubarrota ou que o Kadaffi manifeste intenções de reconquistar o Castelo dos Mouros de Sintra que os seus antepassados construíram, é porque se trata de *show*.

Show perfeitamente legítimo, válido e merecido: o D. Carlos gostava de caçadas e o D. João V, de passar uns tempitos da sua governação no Convento de Mafra. Nenhum mal nem nenhum bem veio daí ao mundo ou à Nação. Mas o facto pode-nos afastar ainda mais dos parceiros do Norte onde os supremos magistrados não têm por norma exibições como a de ontem. Ora o espectáculo por mais agradável que seja também deve evitar que, televisivamente, nos afastemos de quem deveríamos estar mais perto. Rebuçados bem distribuídos não evitam os ossos que ficam para roer.



José Sousa Monteiro

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: **António Ruella Ramos.**
Administradores: **Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.**
Secretário-geral: **Jorge Galamba.**

Director **Mário Mesquita**
Directora-adjunta **Diana Andringa**

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira

Coordenadores de Secção:
António José Teixeira, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luís Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Repórter-coordenador:
Adelino Cardoso

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Alves Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, Augusto Vilela, Carlos Camponez, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Féria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: **Alessandra Balsamo, Daniel Oliveira, Francisco Paraíso, Isabel Joyce, Jorge Fallorca e Roby Amorim.**

Cartoonistas: **António Alfredo e José Bandeira**

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), **Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro**

Paginadores:
Antonieta Teixeira, José António Carvalho, Jorge Santos, Pedro Pessoa, Óscar Figueiredo e Ricardo Magalhães

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello

Secretaria de Redacção:
José Agostinho (coordenador), **António Lima e Maria Helena Matos**

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Canteiro

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60$00; na Madeira, 75$00; nos Açores, 85$00.

PORTE PAGO

Mário Soares no Primeira Página

Bastidores de um «round» televisivo

GRANDE ANGULAR

«Ficou muita coisa por dizer, particularmente aquilo que se refere à política externa». Depois de uma hora e dez minutos sob a mira de três entrevistadores Mário Soares saiu ileso do segundo «round» televisivo desde a sua chegada à Presidência da República e deu a entender com este desabafo que estava pronto para outro.

Existia alguma expectativa criada à volta da entrevista. Conhecedor desse facto, o Presidente não deixou os créditos por mãos alheias e preparou-se.

Apesar de não ter gasto a tarde toda de ontem à volta de possíveis perguntas preferiu o fim-de semana para o fazer.

«Não estudou exaustivamente», disse ao DL um elemento do seu staff. «Para o Presidente já há poucas perguntas que o surpreendam e que o apanhem desprevenido. É um homem que domina o meio e não se deixa perturbar facilmente. Mesmo quando lhe interrompem o raciocínio acaba sempre por voltar onde estava», acrescentou a mesma fonte.

Informalidade

De facto, desde que entrou nas instalações da Radiotelevisão portuguesa até que saiu, Mário Soares provou isso mesmo. Informal, falou com toda a gente. À chegada cumprimentou Coelho Ribeiro presidente do Conselho de Gerência da RTP, Brás Teixeira, também da administração da empresa, e o realizador Luís Andrade que o aguardavam. Ausente esteve José Eduardo Moniz, director do Canal 1.

A explicação para este facto ninguém da RTP a conseguiu dar. Registou-se até uma certa ambiguidade nas respostas. «Eduardo Moniz? Não sabemos se já veio do Brasil. O que sabemos é que quando cá está no edifício e são entrevistadas personalidades políticas ele vem sempre cumprimentá-las».

Soares não comentou o «pormenor». Segundo fonte próxima do Presidente, ele não costuma ficar «aborrecido com estas coisas, mas regista».

Mostrando-se visivelmente bem disposto o Chefe de Estado conversou com a filha Isabel, que o acompanhava bem como com os elementos da Casa Civil, Estrela Serrano e Ventura Martins, que seguiram passo a passo o debate.

Com a sua habitual bonomia prestou-se à obrigatória fase da caracterização e dispos-se a enfrentar as objectivas dos numerosos repórteres fotográficos presentes.

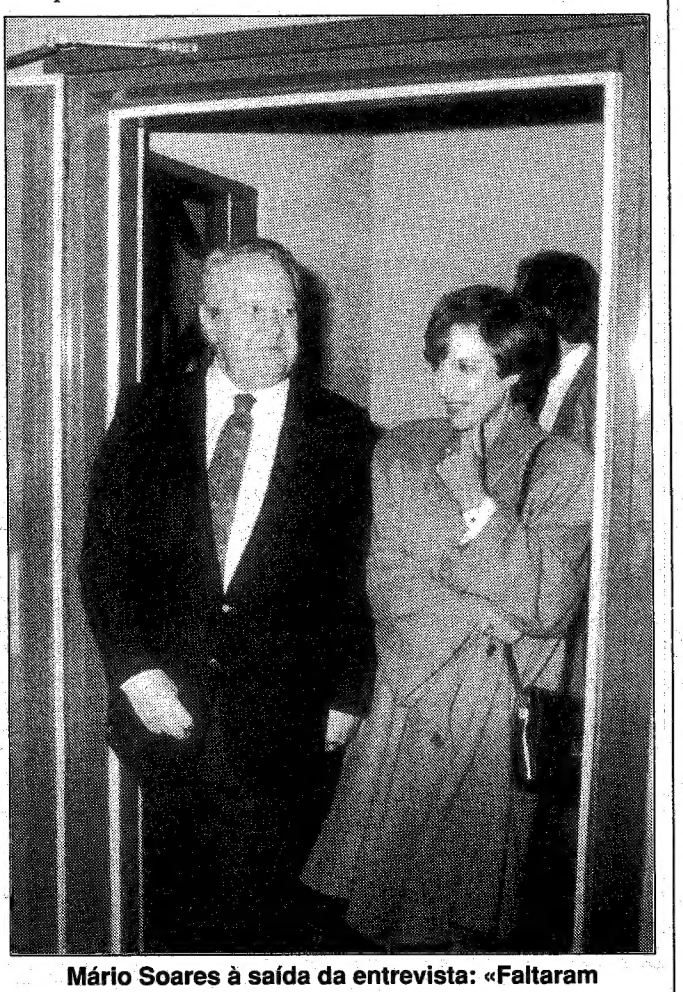
Já com o cenário do «Primeira Página» em fundo e de livro debaixo do braço (as suas «Intervenções 4») o Presidente cumprimentou os três jornalistas, Mário Crespo, Henrique Garcia e Maria Elisa e avisou que estava pronto.

Depois foi o que toda a gente viu. As perguntas começaram e, logo a abrir, surgiu a questão do prentenso conflito entre RTP e Presidência da República. Isabel Soares que acompanhou a emissão com os jornalistas não fez comentários. No final, a filha do Chefe de Estado confessou ter ficado desapontada com o debate. «Gostei, mas no início as coisas estiveram mais animadas. Depois, a pouco e pouco as perguntas tornaram-se menos incisivas».

Cá fora, já quando tudo tinha terminado Mário Soares fez as habituais declarações. No entanto, recusou-se a falar na sua eventual recandidatura e até a comentar os nomes de possíveis opositores. Através de evasivas- «Não quero falar agora disso»- deixou as revelações para quando «amadurecerem os frutos».

Luísa Alexandra Botinas

As «Intervenções 4» da autoria do Presidente serviram de base a perguntas e respostas

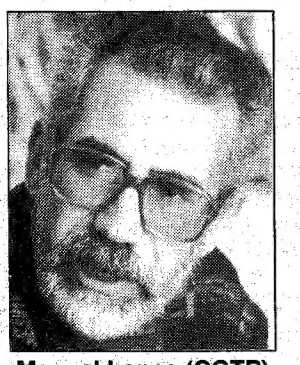


Francisco Paraíso

Mário Soares à saída da entrevista: «Faltaram as questões sobre política externa»

Reacções diversas

Manuel Lopes : «Uma grande entrevista»



Manuel Lopes (CGTP)

«É uma entrevista do Presidente da República que nos dá uma postura de Estado positiva na sociedade portuguesa.

Dois senões. Foi menos preciso na análise de factos históricos, como as nacionalizações, e podia ter ido mais longe na análise da problemática social do País em que vivemos.

Não deixa, no entanto, de ser uma grande entrevista do Presidente.

Quanto ao primeiro aspecto, não podia deixar de ter em conta o facto de as nacionalizações terem importância no momento histórico em que se realizaram. Foram importantes para a estabilidade democrática.

Ninguém tem que se culpabilizar.

Relativamente à situação social, há aspectos que merecem maior reflexão. Refiro-me concretamente ao facto de existirem bolsas crescentes de pobreza e de não estarem ainda erradicados o trabalho infantil e os salários em atraso. Mais: somos o País da Europa com os salários mais baixos e o horário mais alto. Não são questões sociais menores num país com as taxas de crescimento que tem, de cerca de quatro por cento.

Crescimento que só tem beneficiado uma faixa restrita da população. O Presidente não pode alhear-se destas questões.»

Carlos Lilaia: «Banalidades»

Carlos Lilaia (PRD)

«Foi uma boa conversa para ouvir à lareira, se por acaso estivesse frio. O Presidente estava excessivamente preocupado consigo próprio, com a sua imagem. Salvo duas ou três excepções, foi uma entrevista à volta de banalidades e teve alguns deslizes importantes, como uma grande imprecisão acerca dos acontecimentos de Macau. O Presidente falou em algumas centenas de indocumentados, quando toda a gente sabe que são cerca de 45 mil. Disse uma coisa relativamente perigosa: 'Penso que o País não esteja preparado para assumir a presidência da CEE', o que demonstra que tem uma ideia pouco optimista da sociedade portuguesa.

A questão da recandidatura foi contraditória. Na primeira parte, disse não a desejar e na segunda mostrou grande disponibilidade. O Presidente demonstrou, por outro lado, que procura fazer uma presidência comodista ou acomodada. Raramente pretende pronunciar-se sobre questões polémicas - veja-se o caso do Banco de Portugal. 'Curiosa' a referência aos 'Verdes', pela simpatia que patenteou. Finalmente, começou a desenvolver uma ideia interessante acerca do papel que a CEE teria tido no desenvolvimento dos acontecimentos de Leste. Foi pena não ter aprofundado.»

O «DL» tentou, sem êxito, obter depoimentos das confederações patronais e do PCP

Portugueses acreditam nas Nações Unidas

A TV é a principal fonte de informações sobre as Nações Unidas

Entre os temas internacionais sobre que a ONU se debruça, os direitos humanos estão à cabeça, segundo revelou uma sondagem levada a cabo pelas Nações Unidas em Portugal, integrada num estudo de opinião que abrangeu dez dos doze países membros da CEE. Depois dos 53 por cento de portugueses que privilegiaram os direitos humanos como tema sobre o qual estariam muito interessados em receber informação, os nossos compatriotas preferiram a paz e segurança internacionais, o problema da SIDA e a protecção do ambiente como assuntos de interesse tratados pela ONU.

Também a França e a Holanda deram a preferência ao tema dos direitos humanos, ao passo que, em média, os habitantes dos países comunitários (64 por cento) mostraram grande interesse pelas questões ambientais.

A margem de erro deste estudo da *INRA-Europe* foi de um por cento e as entrevistas decorreram entre Outubro e Novembro do ano passado.

Papel positivo

Entre os 72 por cento de portugueses que já ouviram falar nas Nações Unidas, 44 por cento pensam que a organização tem desempenhado um papel positivo. Três por cento deram parecer negativo e 53 por cento declararam não saber.

No conjunto da Comunidade, 48 por cento dos habitantes consideram positiva a acção da ONU, contra 13 por cento que a acharam negativa e 39 por cento que não exprimiram qualquer opinião.

O Centro de Informação das Nações Unidas em Lisboa afirma, na sua análise dos resultados quanto a esta alínea, que «a percentagem registada em 1989 representa um progresso significativo em relação aos resultados de outro inquérito realizado em 1985 pela *Gallup* em seis países da Europa (Bélgica, República Federal Alemã, Grécia, Holanda, Portugal e Grã-Bretanha)».

Ao justificarem o bom trabalho da ONU, os inquiridos citaram o Médio Oriente quando referiram os esforços no sentido da manutenção da paz e da segurança. Em menor grau, as pessoas acharam que as Nações Unidas estavam a desenvolver uma actividade positiva no capítulo da assistência ao Terceiro Mundo, especialmente no combate à fome.

Perez de Cuellar bem conhecido

Javier Perez de Cuellar é mais conhecido,em Portugal, como secretário-geral das Nações Unidas, que em França, Grã-Bretanha, Itália e Irlanda.

Quarenta por cento dos inquiridos portugueses indicou correctamente o nome de Cuellar, cujo recorde de popularidade dentro da CEE reside na Grécia, onde 70 por cento dos habitantes o conhecem.

Perez de Cuellar (na foto, com Soares) é bem conhecido em Portugal

UNICEF é popular

Entre os 21 por cento de inquiridos portugueses que se conseguiram recordar de agências, organismos ou instituições das Nações Unidas, 13 por cento indicaram a UNICEF. Essa foi, também, a estrutura mais evocada pelos habitantes do resto da Comunidade confrontados com a mesma pergunta.

Em Portugal, a UNESCO veio em segundo lugar.

A televisão é entre nós, com 69 por cento das respostas, a principal fonte de informação sobre as Nações Unidas. A média da CEE aponta para uma percentagem ainda mais alta, da ordem dos 76 por cento.

Os jornais são, na comunidade, a segunda fonte mais importante, com 55 por cento. Em Portugal, só 39 por cento dos inquiridos citaram este meio de comunicação.

Exonerações nas Forças de Segurança de Macau

O chefe do Estado Maior, coronel Nuno Roque, e o segundo comandante das Forças de Segurança de Macau, tenente-coronel Rola Prata, terminaram as suas comissões de serviço no território, por despacho do Chefe do Estado Maior do Exército, sob proposta do Governador Carlos Melancia. Permanece em serviço o coronel Proença de Almeida, comandante das FSM, mas por pouco tempo, visto que o novo Estatuto Orgânico de Macau deve ser aprovado amanhã pela Assembleia da República. Rola Prata é dado em Macau como elemento das informações, trabalhando directamente com o SIR. Teria desempenhado um obscuro papel em tudo o que se passou em Macau, numa estratégia que visava desacreditar a administração Melancia.

Rui Pacheco

PS apresenta programa Ferro Rodrigues, acompanhado por António Costa, Ana Maria Bettencourt, Alberto Arons de Carvalho e Jorge Lacão, apresentou esta manhã, em conferêncdia de imprensa, as «Bases e Princípios para o Programa do Governo do PS»

EDITORIAL

O abuso de consenso

cont. da primeira página

Que seja o PR a formular tal crítica não surpreende: sabe-se que tem usado com generosidade dos seus poderes simbólicos, cuja eficácia plena implica a mediação televisiva, assim compensando a parcimónia com que recorre à sua efectiva possibilidade de intervenção.

Independentemente de simulacros tácticos, esta entrevista inseriu-se numa estratégia pré-eleitoral e serviu, também, para explicitar aspectos menos visíveis das suas perspectivas futuras: mais vale quatro partidos e quatro canais de TV do que dois, mais vale dois cardeais do que um só...Se isto não é uma perspectiva de poder, que será, então? Até ficamos a saber que, num futurível contexto de consonância entre o Presidente, o Governo e a maioria parlamentar, isso não faria desaparecer eventuais tensões, diferentes enfoques entre o Presidente e o primeiro-ministro. Que pensará a tal respeito Jorge Sampaio, eventual primeiro-ministro, no cenário possível de uma reeleição de Soares (seguida de sucesso eleitoral socialista), que teria pela frente, não a simbólica presidência actual, mas um Presidente todo-poderoso e liberto de preocupações eleitoralistas que, por enquanto, o tolhem?

M.M.

B R E V E S

FP-25: implicados apelam à AR

Gobern Lopes, Rodrigues da Silva e Oliveira Ricardo, três ex-presos do caso FUP/FP-25, foram ontem recebidos pela sub-comissão parlamentar para os assuntos prisionais, à qual formularam um apelo à amnistia e entregaram um documento de renúncia à luta armada, subscrito por diversos implicados. Segundo uma fonte da Lusa, a sub-comissão «considerou a questão da amnistia medida política complexa,mas manifestou disposição para ajudar a resolver o assunto».

Alta Autoridade chegou a Belém

O Presidente Mário Soares recebeu hoje para apreciação a lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social, sobre a qual terá de pronunciar-se até ao próximo dia 23. Fontes oficiosas citadas pela agência Lusa admitem que o diploma não seja remetido para o Tribunal Constitucional, na medida em que não oferece dúvidas no domínio da constitucionalidade. Recorde-se que a lei tem sido contestada pelo Sindicato dos Jornalistas, que denunciou a extinção do Conselho de Imprensa e a diminuição dos poderes dos conselhos de redacção a que dá origem.

Laborinho «Eusébio» Lúcio

Laborinho Lúcio, ministro da Justiça, foi ontem classificado pelo presidente da Associação Nacional dos Advogados Portugueses como «o eusébio do Governo, nos tempos em que o Benfica foi campeão europeu». Pereira da Silva, que acabara de ter uma audiência de três horas com Lúcio, considerou o seu antecessor, Fernando Nogueira, «um ministro em part-time».

PSR toma posição sobre presidenciais

A possibilidade de as eleições presidenciais do próximo ano representarem «um ponto de viragem na evolução da esquerda portuguesa», caso seja apresentada uma candidatura desta área política, foi ontem suscitada pelo PSR, durante uma reunião do Comité Central do partido. Os socialistas-revolucionários defendem que «as presidenciais acentuam a crise de dominação do PSD, que tem sido suportado até agora pela colaboração activa e desconfiança mútua entre Belém e S. Bento».

CHEGOU A PRIMAVERA!

ABRA O SEU TEJADILHO.

APROVEITE 350 LITROS DE GASOLINA, PARA PASSEAR AO SOL.

A FORD OFERECE-LHE NA COMPRA DO SEU

fashion

ESCORT OU ORION O TEJADILHO DE ABRIR

350 LITROS DE GASOLINA.

VIVA A PRIMAVERA!

OFERTA LIMITADA

Ford

QUALIDADE E INOVAÇÃO

ENCARGOS ANUAIS : Combústivel : De 106.587$00 a 131.294$00 - Seguro Obrigatório : 21.983$00 - Impostos : 4.630$00 (Base 15.000 Km/Mar.90)

Ogilvy&Mather

POLÍTICA

Há mais bancos centrais lesados pela Drexel

Portugal não está, pelos vistos, sozinho, mas é o principal lesado

O Banco de Portugal não está, afinal, sozinho como credor do Drexel. Os bancos centrais da Suécia, Dinamarca, Áustria, China e o Estado da Califórnia encontram-se entre as instituições credoras da Drexel, qualquer deles, contudo, com valores inferiores aos do Banco de Portugal, cujos depósitos no grupo ascendiam a mais de 18 milhões de contos.

São muitos os bancos, alguns deles centrais, e empresas internacionais com problemas derivados da falência da sociedade «Broker Drexel», uma das maiores de Wall Street, que provocou problemas às suas subsidiárias, entre as quais a Drexel Burnham Lambert, onde o Banco de Portugal aplicou 120 milhões de dólares em ouro.

Mais alguns bancos centrais estão envolvidos neste processo, à semelhança do Banco de Portugal, mas o Banco de Espanha agiu a tempo, retirando os seus depósitos logo que correram rumores sobre problemas na «broker» Drexel. Outros bancos centrais procederam do mesmo modo, levantando as suas aplicações antes da declaração de falência. O Banco Português do Atlântico, Fonsecas e Burnay e Totta e Açores também actuaram a tempo, não sendo portanto afectados pelo «caso Drexel».

Banco da China: 20 milhões

Fontes bem informadas garantem que o Banco Central da China é credor de vinte milhões de dólares norte-americanos (mais de três milhões de contos), entre ouro/barra e activos financeiros, enquanto o banco do Estado da Califórnia tem 25 milhões (3,75 milhões de contos) de dólares para recuperar.

O maior credor, não seguro, da Drexel Burnham Lambert é a Taylo Mutual Life, que deverá perder 69,7 milhões de dólares (cerca de 10,5 milhões de contos). Esta, como as anteriores verbas, é inferior à do Banco de Portugal, que tem os seus créditos devidamente assegurados.

Os depósitos do banco central português na «trading» do grupo Drexel ascendiam a 120 milhões de dólares, ou seja mais de 18 milhões de contos.

Vários bancos e empresas

Na lista dos credores não seguros aparecem nas primeiras posições, além da Taiyo Mutual Life, o Home Capital Services INC (42, 7 milhões de dólares) e a o Banque Indo-Suez de Paris (30,5 milhões).

Depois, com créditos de 25 milhões de dólares cada (3,75 milhões de contos ao câmbio actual), desfilam os japoneses da Sumitomo Life Insurance CO., e os norte-americanos do Estado da Califórnia e do First City Texas-Houston.

Os bancos da China e da irlanda tinham depósitos não seguros de 20 milhões de dólares (três milhões de contos), cada, aparecendo depois na lista dos maiores bancos e empresas credores não seguros, por ordem decrescente de valores, o Waltico, o Cen Trust Saving Bank e o Amoco Credit, com 2,25 milhões de contos.

O principal responsável do Banco de Portugal assumiu as responsabilidades do caso, em nome individual (Tavares Moreira) e no do colectivo da administração.

A responsabilidade institucional directa é, porém, do membro do conselho de administração do banco que assegura o pelouro das aplicações dos depósitos em ouro, cargo que foi desempenhado, entretanto, primeiro por Walter Marques, e depois - nos últimos meses - por Miguel Beleza e Tavares Moreira.

Kaúlza faz elogio de Salazar

«O Estado Novo funcionava com acentuado autoritarismo, mas este autoritarismo era limitado e condicionado, constitucional e efectivamente, pelo direito e pela moral cristã», aliás «harmónicos com a formação jurídica e católica de Salazar», sustentou ontem o general Kaúlza de Arriaga durante um colóquio sobre «Salazar e a Defesa Nacional» na sua vertente militar.

Kaúlza sublinhou que o ex-Chefe do Governo foi apoiado pelos militares porque era ele «quem mais garantias dava de assegurar a consecução dos objectivos nacionais».

Ao citar a renegociação do Acordo quanto à cedência da Base das Lajes, que conduziu, Kaúlza disse ter repudiado quaisquer recompensas financeiras ou outras como contrapartidas às facilidades concediddas aos Estados Unidos. Acreditou que dessa forma se identificava com a filosofia da NATO. Quanto à «guerra ultramarina», que comandou durante três anos em Moçambique, o general em causa considerou-a «eminentemente legítima» porque «defensiva, contra-subversiva, justa, construtiva, conduzida com grande humanidade».

Congresso do PSD/Açores

Mota Amaral vai propor alterações orgânicas

A criação de um secretariado executivo, coordenado pelo secretário geral e a funcionar sob orientação da Comissão Política constitui a principal proposta de carácter orgânico da moção de estratégia que Mota Amaral vai submeter ao VII Congresso do PSD dos Açores.

O líder do partido e do Governo Regional considera, no documento já tornado público, que a renovação reclamada por diversos sectores do partido - decorrente da derrota nas eleições autárquicas de Dezembro - passa pelo cumprimento dos compromissos assumidos e não por alterações ao rumo político traçado em 1988. «Não é altura de nos debruçarmos largamente para o exterior», considera. Amaral, que admite falta de eficácia do aparelho partidário, defende a reactivação do gabinete de estudos e uma nova postura no contacto com a Comunicação Social, ao afirmar a necessidade de «ultrapassar barreiras que dificultam o entendimento recíproco e rejeitar manifestações de 'sindroma de trincheira'».

A maior parte da moção de estratégia, intitulada «Renovar e fortalecer o partido, em serviço da autonomia, da unidade e do desenvolvimento dos Açores», analisa a evolução política regional, particularmente a questão autonómica e o relacionamento com o poder central. «Uma das tarefas prioritárias é diligenciar pela revisão do quadro financeiro de apoio à Região da parte do Estado e pelo integral aproveitamento dos esquemas de apoio da CEE», considera Mota Amaral, que acrescenta estarem já resolvidos os «problemas fáceis», faltando agora os difíceis.

JSD também tem moção

O processo de preparação do próximo congresso dos sociais-democratas açorianos está já em marcha. Hoje, realiza-se o acto eleitoral para a influente Comissão Política de S. Miguel. Mota Amaral encabeça uma lista, enquanto o seu anunciado opositor, Álvaro Dâmaso, não o fará. Uma candidatura afecta a este dirigente, ex-secretário regional da Economia demitido há alguns meses, sofreu já um revés, nas eleições para os órgãos concelhios da capital. Então, os «amaralistas» obtiveram uma vitória esmagadora, com mais de 80 por cento dos sufrágios.

Entretanto, a JSD regional acaba de anunciar a sua disposição de apresentar uma moção ao congresso, marcado para o último fim-de-semana deste mês.

FORUM

MACAU, UM CASO DE POLÍCIA

O negócio de Macau é o jogo, a prostituição, a droga e a mão-de-obra escravizada, mas tolerada no território.

É deste negócio que sai o dinheiro que tem pago uma administração portuguesa incompetente, clientelista, sôfrega de dinheiro, corrupta e que se está nas tintas para Macau e para os chineses que lá vivem.

É a droga, o jogo e a prostituição que pagam a «protecção» da nossa presença, que legaliza o crime organizado, florescente em Macau.

Quando éramos uma potência, recebemos Macau de oferta para proteger um mandarim dos piratas que infestavam os mares da China. Séculos mais tarde, transformámo-nos em comissionistas desavergonhados de uma grande casa de pegas, com uma sala de ópio ao fundo, rodeada de famílias numerosas que sobrevivem no pesadelo da deportação ou no pânico do assassinato.

Nunca permitimos leis laborais que afectem o lucro fácil daqueles sem escrúpulos que exploram dezenas de milhar de chineses forçados a trabalharem mais de quinze horas por dia, sem assistência nem leis que lhes valham.

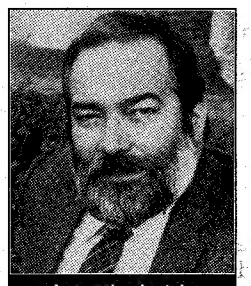
A nossa presença em Macau tem sido cega. Percebemos cedo que o nosso lucro estava, antes de tudo, nos olhos fechados. Fechámos sempre os olhos mas, evidentemente, estendemos sempre a mão.

Criámos dificuldades administrativas para vender facilidades contabilisticamente invisíveis. Fizemos filhos aos chineses para termos intérpretes. Quando deixaram de ser precisos, vendemos-lhes passaportes ao preço de apartamentos.

Procuramos agora lavar o dinheiro sujo que nunca tivemos vergonha de receber.

Mas, até na sua aplicação, descobrimos que as comissões dos ocidentais podem render tanto quanto as percentagens dos orientais. Convencemo-nos que Macau era uma mina. Capacitámo-nos que temos nove anos para sacarmos o que pudermos. Os portuguesinhos que hoje mandamos para Macau, civis ou militares, fazem sorrir Hong Kong, Londres, Cantão e Pequim. Desembarcam de Hydrofoil, já não chegam de caravela. São homenzinhos de mão baixa, que desconhecem que, para se ser pirata, é preciso ser sério, porque bandido tem de ser homem de palavra.

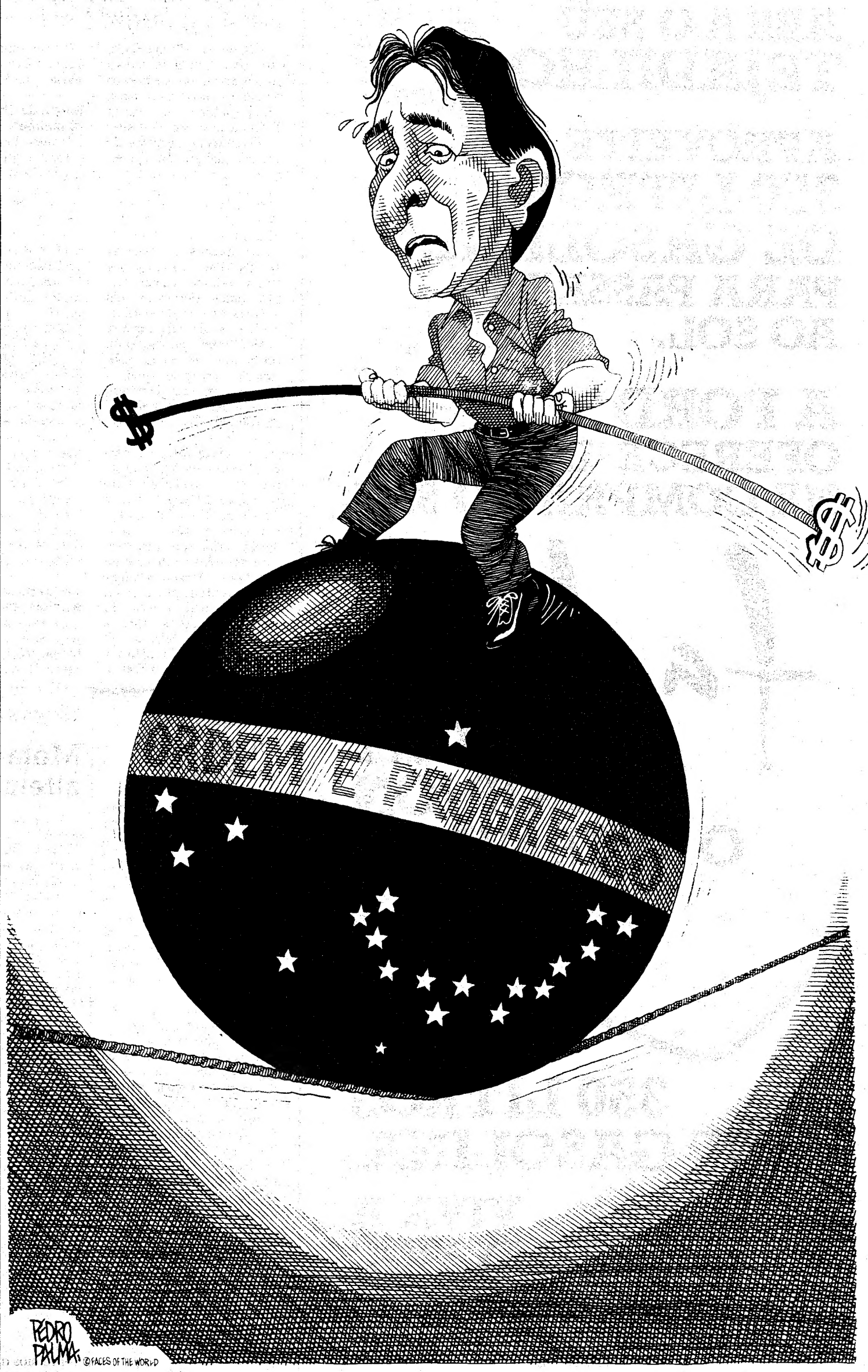
Os últimos e graves incidentes registados em Macau só demonstram a incompetência e a incapacidade da administração portuguesa. Todavia, Macau é simples. É um caso de polícia. Ou mandamos um Torello ou enviamos um Ray Lucca. O que lá temos, como está comprovado, é que não serve nem para tia de uma casa de meninas.



Joaquim Letria

Cartoon de Pedro Palma

Um exclusivo Faces of the World/«DL» @ 1990



FORUM

CARTAS NA MESA

Há 15 anos na cadeia

Na quinta-feira do dia 21 de Novembro de 1974, alguns minutos após as 20 horas, duas bombas explodiam em dois bares em Birmingham: o «Mulberry Tree» e o «Tavern in the Town», tendo morto 21 pessoas e ferido 162. Há 15 anos que 6 irlandeses de Birmingham estão na prisão por este crime.

(...) O objectivo desta carta é o de dar um breve panorama deste acontecimento e apelar para todos os interessados, minimamente na justiça humana, a aderirem a esta luta pela libertação dos 6:

a) Dr. David Paul — personalidade na ciência forense, internacionalmente respeitada, apresentou provas em como estes homens foram sistematicamente espancados desde a noite em que foram detidos, a fim de os obrigar a uma «confissão».

William Bailey — chefe de limpeza na esquadra da Polícia em Morecambe, na altura em que a detenção teve lugar, afirmou ter encontrado manchas de sangue nas portas e paredes das celas onde os 6 homens estavam presos.

b) A prova de que os 6 tinham estado recentemente em contacto com explosivos (prova baseada no bastante controverso «Greiss Test» (Teste do Greiss), foi rebatida pelo dr. Brian Caddy (responsável pela Ciência Forense na Universidade de Strathclyde) e dr. David Baldock (Conselheiro Científico Senior do «Office Home»), pois a reacção do Greiss pode ser positiva também através do contacto com diversos materiais domésticos, tais como baralho de cartas, detergentes, fumo de tabaco e mesmo empada de carne. Os mais sofisticados testes de cromotografia não conseguiriam detectar quaisquer sinais de explosivos em nenhum dos acusados. Dr. Frank Skuse — cientista forense, fundador do teste «Gressi», encontra-se reformado em virtude de ter sido considerado pelo «Home Office» de «competência limitada».

c) Apesar de tudo isto, a Polícia quer fazer-nos crer que, após terem levado a efeito um dos mais atrozes atentados bombistas, 5 terroristas do IRA viajaram juntos no mesmo comboio para Belfast, acusando ainda um sexto homem (Hugh Callagham, que estava em casa em Birmingham) e que, após serem detidos, tiveram tal peso na consciência que correram a confessar o maior assassínio na Bretanha durante o tempo de paz.

As confissões estão cheias de contradições e falta de rigor; o corpo da Polícia que obteve essas confissões (West Midlands) encontra-se desmantelado desde essa altura, é bom não nos esquecermos que foram os mesmos polícias os responsáveis pela detenção errada de Guildford 4 — exonerado e posto em liberdade há algumas semanas. O próprio IRA já afirmou que os 6 homens não têm qualquer ligação com a sua organização. M.P. Chris Mueller, do Partido Trabalhista, já localizou e chegou mesmo a falar com o homem na Irlanda que reclama a responsabilidade pelo terrível atentado bombista.

Paul Murphy, *leitor de Cascais*

Fim da História?

Segui o debate produzido nesse jornal acerca do pleonástico «fim da História». Como tudo o que é temporal tem um fim e sendo a História o relato dos acontecimentos temporais que o homem rastreia para seu uso sentimental e político, naturalmente que o seu fim é uma necessidade que decorre das premissas. O que está em causa não é o *fim* como término ideocrático, como espasmo reflexivo de uma mentalidade habituada a «ciclos», portanto a determinismos, mas a noção falaciosa de um apagamento das acções humanas como significado para a inteligibilidade do que ainda concebemos como «percurso» do futuro. É ainda o positivismo com roupagem neo-tecno-utópica fazendo a sua incursão no dealbar de uma ruptura dos valores especificamente humanos. O que os chamados pensadores (leia-se utentes da Imprensa) nestas colunas debateram já está fora de questão a partir do «momentum» em que a acção (de massas) precedeu (certamente pela primeira vez na «História») a previsão ou ideação ou «pensamento» sobre o futuro.

O que li entre contendores, detractores ou apologetas foi um jogo mundano subsidiário ao verdadeiro problema, ao verdadeiro buraco negro de convenções mentais. O que li foi a palha a arder antes do verdadeiro incêndio subterrâneo. A questão do *fim* não é temporal, tão-pouco mecânico-sequencial de acontecimentos que surgem por «espontânea» reacção a modelos de um dogmatismo constitutivo. A opressão enquanto catecismo operativo, enquanto discriminação da «diferença» em relação ao módulo único ortodoxo não joga nunca a favor de uma perpetuação de si mesmo, mas, pelo contrário, no sentido de uma reposição de conceitos básicos ou, se se quiser, primitivos, que vão buscar a sua «legitimidade» ao único recurso ideológico puro — o próprio Homem. O Cristianismo já despoletara uma revolução através do «amor». A revolução a que ora se assiste não é saída do nada, não provém de um vazio recheado de burocracias mais ou menos estereotipadas, ou de mentalidades mediocráticas que jogam no factor *estabilidade*, como outrora se jogava na limpeza de sangue ou no medo do inferno; a revolução que se opera diante dos nossos olhos com uma quase vertiginosa imposição de «doutrinas» puras tem a ver com a decomposição de uma ideologia de tipo «religioso» que pressupunha a continuidade como um dado adquirido de tipo não apenas funcional mas gerador em si mesmo da sequência histórica. Não entra na massa doutrinal dos trinta séculos de especulação sobre o «destino» humano a possibilidade do fim abrupto motivado por um crescimento apocalíptico que ultrapassa previsões e se vira contra o Homem. As políticas nacionais, as «pequenas» guerras étnicas, os diferendos de tipo religioso são apenas equimoses superficiais num corpo moribundo que a si próprio se injectou do vírus da não vida em nome de uma sequência temporal que julgava perene.Daí, dessa perplexidade ainda não assimilada pelos «políticos» de carteira e pelos «zombies» do dinheiro e da técnica, a terrível confissão de onanismo intelectual de que dão provas os defensores do sistema que está a atingir apoplexias de ruptura. Incapazes de atingir o estrato subterrâneo onde se coloca a massa explosiva da sobrevivência universal, discutem as exigências momentâneas como se o novo paradigma do sexo dos anjos pudesse contribuir em algo para a indispensável mudança total de métodos e objectivos políticos.

O gigantismo da ruptura, o próprio processo milenarista de convicção terminal, a obstrução do pensamento pela ditadura mediática, as garras do indiferentismo, a aceleração no vazio, são sintomas. A doença chama-se progresso destrutivo. O médico só pode ser o próprio Homem. Melhor que os pensadores caseiros, os povos subjugados por tiranias cinzentas encontram nos instintos vitais de liberdade uma arma. Infelizmente ainda lhes falta passar pelos erros de civilização do Ocidente. O que é imperdoável é que *ocidentais* se entretenham a debater efeitos sem compreenderem as causas. O excesso de civilização é em si mesmo uma forma de barbarismo: no vocabulário dos políticos incultos, o sinónimo maquilhado é «modernidade».

Manuel Marinho, *leitor de Lisboa*

«DEFESA DA LÍNGUA PORTUGUESA»

O Artigo 20.º da Proposta de Lei 130, oriunda da Presidência do Conselho de Ministros, para regulamentar tudo o que diz respeito à televisão intitula-se «Defesa da Língua Portuguesa». No conjunto da centena de páginas da proposta, este artigo ocupa uma, e distribui-se por apenas três pontos, rematando com o seguinte: «As emissões devem assegurar mensalmente a difusão de 10 por cento de produção própria e de 50 por cento de programas de expressão portuguesa». Com isto se entende por que razão a defesa da língua portuguesa está entre parêntesis.

Vou tentar interpretar a lei, de acordo com uma análise grosseira da programação do Canal 1, no dia 24, sábado. Abertura às 9, fecho por volta da 1 e 30, dá cerca de dezasseis horas e meia de emissão. Vejamos o que se pode arranjar na TV GUIA em matéria de programação nacional:

09.00/00.12 - Juventude e Família - 60' de produção nacional
13.00/13.10 - 10' de Notícias
14.00/14.30 - 30' de Parlamento
17.05/17.50 - 45' de Viva a Música
17.50/19.10 - 80' de Ricardina e Marta
19.10/19.45 - 35' de Sete Folhas
19.45/20.00 - 15' de Totoloto
20.00/21.10 - 70' de Jornal de Sábado+O Tempo

O Canal 1, nesta amostra aproximativa, cumpriu os 10 por cento de produção própria e os 50 por cento de produção de expressão portuguesa? Partamos do princípio que os 50 por cento já incluem os 10 por cento de produção interna. Seis horas de «expressão portuguesa», em 16 horas e 30 minutos de programação total, ficam longe dos 50 por cento. Mas o que é que se pode entender por «expressão portuguesa»? As telenovelas brasileiras, os filmes vindos da Guiné-Bissau e de Macau? Os noticiários, por exemplo, são de expressão portuguesa e de conteúdo parcialmente internacional; o «Viva a Música» tem conteúdo maioritariamente estrangeiro; «Ricardina e Marta» é o único programa que cumpre todas as nossas exigências de conteúdo e expressão nacional; «Sete Folhas» só tem conteúdo nacional quando refere «Ricardina e Marta»; não sei qual o conteúdo do Totoloto; e acho que acabei, não há mais nada na lista para discutir, a não ser talvez a defesa da língua portuguesa nestes programas que se chamam «Vivámúsica» ou em que se usam construções sintácticas erradas, termos estranhos como «geniceu» (em vez de «gineceu», imagino), expressões estrangeiras, etc.

Maria Estela Guedes

Tenho uma dúvida: os filmes e seriados estrangeiros, legendados ou dobrados em português, passam por isso a ser de «expressão portuguesa»?

A mim parece-me que os 50 por cento de produção de «expressão portuguesa» abrem as portas às telenovelas brasileiras e fecham-nas à produção nacional. Pedir 10 ou 20 por cento de quota para a ficção portuguesa não tem sentido, visto que não se produz em tal quantidade. Mas o Governo tem a obrigação de se esforçar de maneira a remediar essa tragédia, porque o problema não é o da falta de qualidade dos criadores, sim o das condições de instrução e trabalho que a sociedade lhes oferece.

Nós não somos piores, nem mais burros, nem menos imaginativos que os criadores estrangeiros. «Por que é que nos filmes portugueses nunca se percebe nada do que dizem os actores?» - perguntei, ingenuamente, ao Luís Filipe Costa, realizador. «Porque o som é directo, não temos meios de fazer dobragem» - respondeu. Em suma, não há dinheiro para pagar duas vezes aos actores, não há material técnico, não há indústria minimamente consolidada.

Dizem-me que «é preciso agir, apesar de a nossa produção audiovisual ser de má qualidade». Em vez do «apesar de», eu diria «por isso mesmo»: porque as nossas séries e os nossos filmes são, na generalidade, medíocres, uma em cada dez produções não passando muito além do razoável, há necessidade imperiosa de criar condições e arranjar meios para que se produza mais e melhor.

E qual é o papel do escritor nessa tal «(Defesa da Língua Portuguesa)»? Não consta da proposta de lei, parece que não lhe compete intervir no assunto. Basta que os técnicos e actores sejam portugueses, e que se fale português, para ficarem cumpridas as quotas de produção interna ou de expressão portuguesa.

A obra literária de base pode ser de um chinês, adaptada por um brasileiro. Não há exigência de que se passem séries com argumento de escritores portugueses.Por tudo isto espero que a proposta de lei seja revista neste capítulo, se lhe dedique mais atenção e se substitua por «produção nacional» essa terrível «expressão portuguesa». A ficção nacional deve ser objecto de regulamentação, minimamente séria, que demonstre ao menos que o Governo tem conhecimento de que, em matéria de audiovisuais, os escritores têm um papel português a desempenhar e uma palavra portuguesa para expressar.

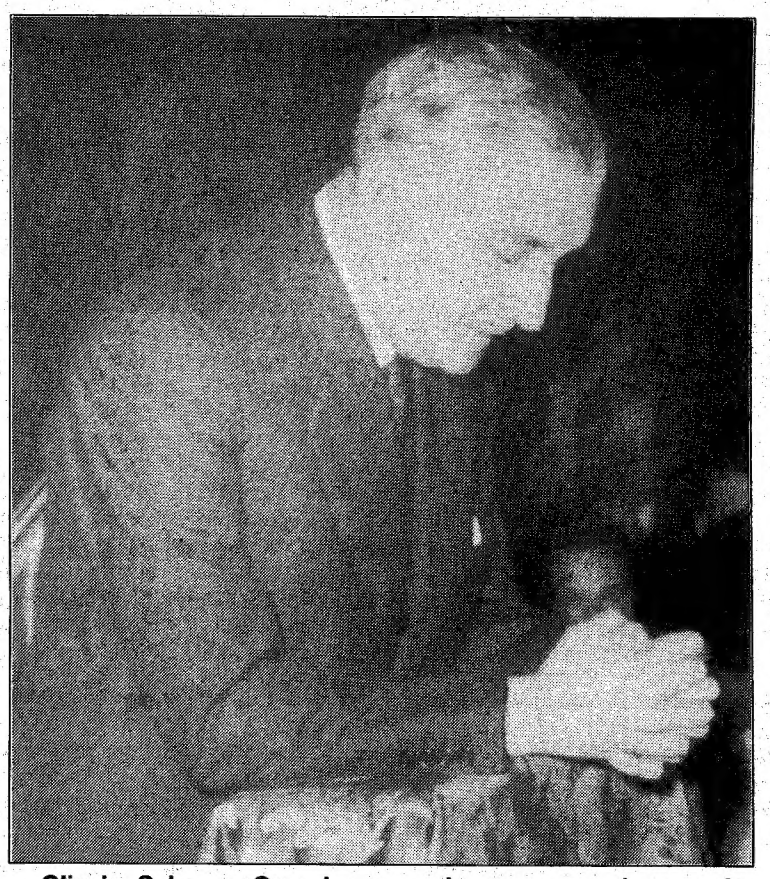
O assassínio do general Delgado (1)

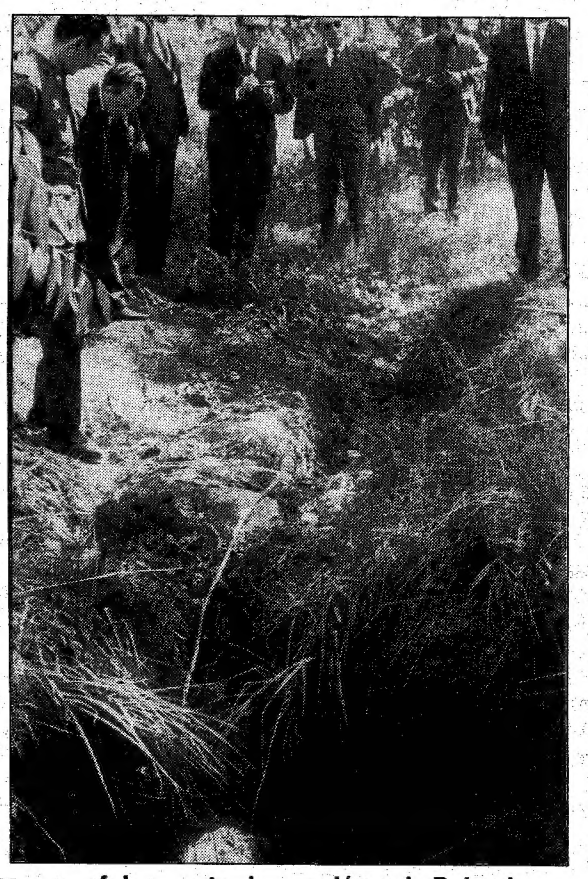
OLIVEIRA SALAZAR: CINISMO E OCULTAÇÃO

O dr. Alberto Franco Nogueira, no 6.º volume do seu «Salazar», glorificante biografia do falecido ditador, a páginas 34 e 35, refere como chegou a Lisboa, por comunicação do representante diplomático espanhol, a notícia da macabra descoberta, «na zona de Badajoz e perto da raia portuguesa», dos cadáveres do general Humberto Delgado e de «uma nacional brasileira», e regista, em itálico e entre comas, que, para os seus colaboradores, Oliveira Salazar comentara: «Tudo isto vai ser uma maçada. Se acaso foi gente nossa que praticou o crime, e se isso for provado, aí está o tipo de coisa que pode desmantelar um regime. Vai ser uma maçada.»

E, páginas adiante, transcreve algumas linhas de uma carta de Oliveira Salazar a Marcello Mathias, datada de 12 de Junho de 1965. Da «correspondência Marcello Mathias/Salazar» (Edição DIFEL, Lisboa, 1984), transcrevemos o trecho integralmente: «Tivemos um grande prejuízo político com a morte de H. Delgado. Era para nós favorável que a oposição ou oposições fossem representadas perante o mundo por aquele pobre homem, completamente desclassificado. Depois de ser retirado da Junta de Argel, já não tinha chefia efectiva de movimentos revolucionários, mas o mundo continuava a pensar que era ele o chefe. O Delgado jogara a vida desde que tomara a resolução, participada a alguns adeptos, de que viria para junto da fronteira hispano-portuguesa, a fim de encontrar-se com elementos seus e incentivá-los a lançar-se na revolução. Se o não conseguisse, então entregar-se-ia às autoridades portuguesas e diria tudo. Estava morto. A Polícia espanhola continua com inúmeras dificuldades as suas investigações. Está hoje inclinada a crer que há gente de Argel metida no caso, por indicação de Moscovo. Esperamos o final do inquérito em curso. A campanha internacional cessou ou diminuiu, e ninguém nos diz que os comunistas não tenham, finalmente e obtidos uns certos efeitos, tomado consciência de que era preferível para eles abandonar o assunto.»

Transcrevendo do texto de Oliveira Salazar a frase que atribuía à Polícia espanhola inclinação para «crer que há gente de Argel metida no caso», Franco Nogueira não ousou acrescentar «por indicação de Moscovo». Evitou, para Oliveira Salazar, o ridículo, reteve apenas o cinismo. E fecha o parágrafo, a páginas 55 da biografia, escrevendo: «Sentado no seu gabinete, e apontando para uma cadeira, comenta Salazar...» Segue-se o comentário, em itálico e entre comas, para não subsistirem dúvidas de que se trata da reprodução de frase ouvida: «Quando penso nisso, causa-me horror a forma como foi encontrado o cadáver de Delgado. Apesar de tudo não posso esquecer-me de que passou anos a trabalhar comigo, ao meu lado, aqui!»



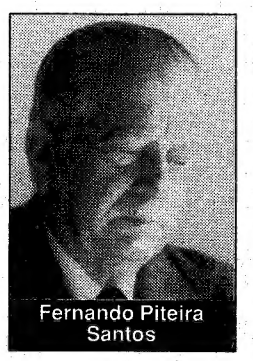


Oliveira Salazar: «Quando penso nisso causa-me horror a forma como foi encontrado o cadáver de Delgado. Apesar de tudo não posso esquecer-me de que passou anos a trabalhar comigo, ao meu lado, aqui!»

Antes, a páginas 43, 44 e 45 do 6.º volume da sua obra, obra dedicada à consagração do estadista que servira, Franco Nogueira dá notícia de uma diligência do embaixador de Espanha e da resposta do chefe do Governo. Da parte de Franco, e dado que as investigações em Espanha prosseguiam, o embaixador transmitia o receio de que «possam vir a desvendar-se factos embaraçosos para autoridades portuguesas e, portanto, para o Governo português». Estava Franco «pronto a fazer embrulhar as *pistas*, se necessário, de modo a fazer que o *caso* morra», nessa disposição - transcrevemos o relato de Franco Nogueira - «mandara suspender tudo até que Oliveira Salazar lhe diga, com toda a franqueza, o que deseja que seja feito, e isso será feito».

A solidariedade do ditador espanhol não desarma, de seus cuidados e cautelas, o ditador português. A resposta que confia ao embaixador é de defesa cínica: «Pois, senhor embaixador, peço-lhe que agradeça muito ao generalíssimo a sua atenção e o seu cuidado. Mas peço também, com igual empenho, que o generalíssimo dê às suas autoridades as mais rigorosas instruções no sentido de envidarem esforços para descobrir a verdade sobre o crime, toda a verdade, a mais completa verdade.»

Com a resposta dada, não ficaria Oliveira Salazar tranquilo. As investigações das autoridades espanholas constituíam uma incomodidade para as autoridades portuguesas e a Imprensa internacional não abandonava o *caso* Delgado. Informações e especulações, apesar das intrigas e mistificações produzidas, não excluíam uma responsabilidade portuguesa. Se, relativamente ao fundo do problema, Oliveira Salazar ordenara o silêncio e a destruição das provas, as aparências - fiel à máxima «o que parece é» - preocupavam-no. Conta Franco Nogueira que, sabedor do convite do general Muñoz-Grande ao ministro Antunes Varela, então titular da pasta da Justiça, para assistir ao casamento do filho em Espanha, Oliveira Salazar o aconselhara a escusar o convite, argumentando: «O pior para mim é a especulação a que pode dar lugar a presença do ministro da Justiça português, no momento em que a Imprensa internacional começa a fazer especulação em telegramas, enviados de Madrid, acerca do *frio* entre as polícias de cá e de lá a propósito da colaboração no caso da morte de H. Delgado. Eles não sabem no estrangeiro que a PIDE depende do Ministério do Interior e pensarão que a ida do ministro terá um fim político relacionado com aquela situação.»



Fernando Piteira Santos

Publicado, o sexto e derradeiro volume, em 1985, não podem surpreender o leitor da biografia, as citadas frases de Oliveira Salazar que deixam perceber, sem o admitir expressamente, o conhecimento do ditador relativamente ao crime e de uma informação de pormenor respeitante à situação nas fileiras da Oposição. Mas, sem outra explicação que uma dedicação cega, Franco Nogueira recorta e transcreve passos do discurso de 5 de Novembro de 1965, no encerramento do debate da campanha eleitoral. Discurso em que Oliveira Salazar se refere às «investigações sobre o assassínio do ex-general Delgado», repete a alusão cínica a uma longa colaboração - «o ex-general trabalhou comigo anos a fio, e tão longo trabalho em comum deixa sempre um traço no nosso espírito, independentemente do calor humano que ressuma das relações pessoais» - e lança com grande hipocrisia, a afirmação caluniosa: «Cansado da inutilidade da sua acção, desiludido dos conluios tenebrosos, traído porventura pelos que se afirmavam seus correligionários, parece ter tomado uma decisão em termos definitivos - acordar com outros conspiradores numa resolução imediata ou entregar-se às autoridades e dizer tudo.»

Humberto Delgado estava morto. Não teve a possibilidade de repudiar a hipótese caluniosa. Oliveira Salazar, com o seu característico cinismo, descia à insinuação: «É bem possível virmos ainda a saber por outros o que seguramente *nos confessaria a nós*.» Sublinhámos: *nos confessaria a nós*. Ao ditador e à sua polícia. O Presidente do Conselho e a sua PIDE confundidos na mesma tarefa de tomar confissões. Nestas notas de leitura não há novidade, mas afigura-se oportuno recordar a reacção do Chefe do «Estado Novo» perante o crime. Em duas palavras se resume: cinismo e ocultação.

Fernando Piteira Santos

Depois de amanhã (conclusão):
Marcello Caetano: ocultação e cumplicidade

ECONOMIA

Comissão europeia adverte

Cartão vermelho para Grécia e amarelo para Portugal?

Do nosso correspondente em Bruxelas

A Comissão Europeia determinou que todas as questões económicas relacionadas com a Grécia sejam rotuladas de confidenciais, de forma a não imiscuir-se nas eleições legislativas que vão realizar-se naquele país, no próximo dia 8. A decisão segue-se a uma advertência aos gregos, emanada do gabinete de Jacques Delors, para tomarem medidas urgentes destinadas a estancar o descalabro económico. Portugal, com uma situação económica privilegiada em relação aos gregos, candidata-se a uma missiva da Comissão, se a sua taxa de inflação se mantiver nos 12 por cento, valor que os especialistas comunitários estimam para 1990.

Entretanto, a carta assinada por Jacques Delors e Henning Christophersen e dirigida ao primeiro-ministro Xenophon Zolotas adverte para o perigo do aumento da dívida externa e da dívida pública que põem em risco a solvabilidade grega. A advertência comunitária foi feita a 5 de Março e entregue onze dias depois pela comissária Vasso Papandreou ao primeiro-ministro grego. O governante achou por bem informar os chefes dos partidos sobre a gravidade do conteúdo da carta. O chefe da Nova Democracia tornou-a pública, procurando assim cativar alguns votos.

Entretanto, para não ser acusada de ingerência no processo eleitoral grego, Bruxelas deu instruções para que os documentos relacionados com as questões económicas e financeiras gregas sejam consideradas confidenciais.

Travar inflação

Na carta que acabou por ter efeitos eleitoralistas na Grécia, Delors refere a inflação de 15 por cento como um «problema que tem a ver com todos nós». Por seu turno, Constantin Mitsotakis justificou a sua decisão de a dar a conhecer, declarando: «O povo grego tem o direito de conhecer a verdade.»

A Comissão não se limitou a recorrer às análises sombrias da OCDE. Vai ao ponto de ameaçar os gregos sobre o não cumprimento dos compromissos financeiros assumidos internacionalmente e que

Delors: um aviso muito sério à Grécia

põe em causa a solvabilidade do país. Delors e Christophersen recomendam medidas urgentes para combater as dívidas externa e pública.

Lembram, também, o desequilíbrio entre o desenvolvimento da Grécia e dos outros países comunitários, o que põe em causa o objectivo grego de integrar o Mercado Único Europeu, fazer parte da União Económica e Monetária e estar presente na União Europeia.

Segundo a OCDE, a taxa de inflação relativa aos preços no consumidor está prestes a atingir os 17 por cento e o défice externo atinge quase três por cento do Produto Interno Bruto. O défice do sector público representou 22 por cento do PIB, em 1989.

Numa análise económica a que o **DL** teve acesso, em Bruxelas, prevê-se que a percentagem de desemprego, no fim do corrente ano, se situe nos 4,9 por cento (5 por cento no ano findo), mas a tendência é para a estabilização.

A situação económica portuguesa não tem qualquer similitude com a grega. No entanto, a percentagem da inflação é um dado inquietante. Mantém-se muito elevada em relação à média europeia; dificulta a entrada de Portugal no Sistema Monetário Europeu, pelo menos em condições favoráveis; e sugere a tomada de medidas de rigor.

Segundo alguns especialistas, Portugal deveria aderir ao SME quando a sua taxa de inflação for inferior a dois dígitos. Assim, o ministro das Finanças deveria introduzir algumas medidas de rigor. No entanto, isso iria penalizar o Governo, numa altura em que o primeiro-ministro encara com alguma preocupação as eleições legislativas do próximo ano.

A questão que Cavaco terá de assumir baseia-se nos seguintes parâmetros: ou autoriza o ministro das Finanças a introduzir uma nova política, impopular, que irá (ou não) penalizar o PSD nas eleições e prepara o País para integrar o SME, ou, pelo contrário, adia tudo com os olhos postos nas eleições e penaliza os portugueses *a posteriori*.

Portugal tem a seu favor, para além de alguns êxitos (índices de crescimento e de desemprego), possuir um Governo estável e credibilidade no estrangeiro onde é, reconhecidamente, um País que cumpre os seus compromissos financeiros. A Grécia está em posição oposta.

Embora não se admita a hipótese de Portugal receber uma carta tão dura como a que foi endereçada à Grécia, até porque ela seria extemporânea, é natural que a Comissão pressione as autoridades portuguesas para que incrementem esforços visando a redução da taxa de inflação: 12 por cento é demasiado em comparação com os 9,6 de 1988.

Como no futebol, o cartão vermelho foi mostrado à Grécia. Portugal não teme o amarelo?

José Rui Cunha

COTAÇÕES

Companhia Geral de CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	48$20	54$20
ALEMANHA FED. (marco)	87$30	88$50
ÁUSTRIA (xelim)	12$40	12$60
BÉLGICA (franco)	4$033	4$283
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	127$40	129$90
(notas de 5 a 1000)	127$90	130$40
DINAMARCA (coroa)	22$85	23$25
ESPANHA (peseta)	1$332	1$452
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	148$75	152$25
(notas de 5 a 1000)	149$25	152$75
FINLÂNDIA (marka)	37$00	37$60
FRANÇA (franco)	26$00	26$70
HOLANDA (florim)	77$55	78$65
IRLANDA (libra)	234$95	238$95
ITÁLIA (lira)	$108	$123
JAPÃO (iene)	$895	$950
NORUEGA (coroa)	22$55	23$05
REINO UNIDO (libra)	243$55	248$05
SUÉCIA (coroa)	24$20	24$70
SUÍÇA (franco)	98$90	100$40
VENEZUELA (bolívar)	2$680	3$480

OBSERVAÇÕES:

1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.

2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil

Uma década para estruturar indústria

Modernizar e diversificar com recurso ao PEDIP

Modernizar e diversificar a estrutura industrial é um dos objectivos do PEDIPpara a década de 90, no que respeita aos programas investigadores para a indústria e apoio à especialização de quadros superiores em áreas estratégicas industriais.

Pretende-se, diz o Ministério da Indústria, desenvolver na década de 90 «uma decidida política industrial e estruturante da indústria portuguesa assente na modernização e diversificação da estrutura industrial e reforço das políticas de qualidade e *design* industrial, inovação e desenvolvimento tecnológico, ambiental e energético».

Assim, em termos sectoriais, foram definidas quatro prioridades para a década de 90: modernização e reestruturação das indústrias tradicionais; valorização industrial dos recursos naturais portugueses; desenvolvimento das tecnologias de informação e de electrónica; e desenvolvimento das indústrias de bens de equipamento.

Segundo o Ministério da Indústria, «os recursos humanos qualificados assumem alta importância nesta estratégia». Desta forma, vai ser dada prioridade à formação de quadros especialistas em domínios de relevância estratégica para a modernização da indústria portuguesa.»

Nesta perspectiva foi iniciada uma acção conjunta dos Ministérios da Indústria e da Educação através do PEDIP - o programa de formação profissional PRODEP. Um e outro irão reunir recursos, nacionais e comunitários, visando o desenvolvimento de estruturas educativas para a especialização de licenciados em domínios de relevância estratégica para a modernização da indústria portuguesa e onde sejam conhecidas graves carências.

Estas estruturas formativas serão escolhidas por concursos anuais, através dos quais serão seleccionadas as propostas a apoiar. Os auxílios incluem contribuições para: preparação do curso; infra-estruturas e aquisição de equipamento; formação de formadores; encargos de docentes; despesas relacionadas com estágios em empresas ou instituições nacionais ou estrangeiras; compensações às empresas de onde os estagiários são originários.

Para o ano de 1990 foram consideradas prioritárias as seguintes áreas: gestão industrial; *marketing* internacional; concepção, desenvolvimento e *design* do produto industrial; sistemas de informação para a indústria.

Investigação

Os programas e levar a cabo na década de 90 vão privilegiar a tecnologia e o desenvolvimento. É nesta perspectiva que vai ser estimulada a investigação industrialmente orientada nas empresas através de apoios financeiros, procurando-se que estas depois façam contratos de investigação com as universidades e centros de investigação.

Inflação em Portugal foi de 13,1 por cento

O índice de preços ao consumidor divulgados pelo Eurostat revela que a taxa de inflação em Portugal, de Fevereiro de 1989 a Fevereiro deste ano, atingiu os 13,1 por cento, valor apenas inferior ao da Grécia (16,5), os únicos dois países que apresentaram uma taxa superior a dois dígitos.

Depois da Grécia e de Portugal, as taxas de inflação mais consideráveis foram do Reino Unido e a da Espanha, 7,5 e 7,3 por cento, respectivamente.

Os Países Baixos apresentam a menor taxa da Comunidade, com 2,1 por cento, seguindo-se, com mais seis décimas, a RFA. Surgem depois a Dinamarca (3,2), Bélgica (3,4), França (3,4), Luxemburgo (3,8), Irlanda (4,6), esta segundo valores de Novembro a Novembro, e Itália (6 por cento).

A média comunitária, durante o mês de Fevereiro, manteve-se em 0,5, o mesmo valor observado em Janeiro, com a maior alta a ocorrer em Portugal (2,2), muito superior à mais elevada entre os restantes parceiros: a da Itália, com 0,6 por cento.

J.R.C.

INTERNACIONAL

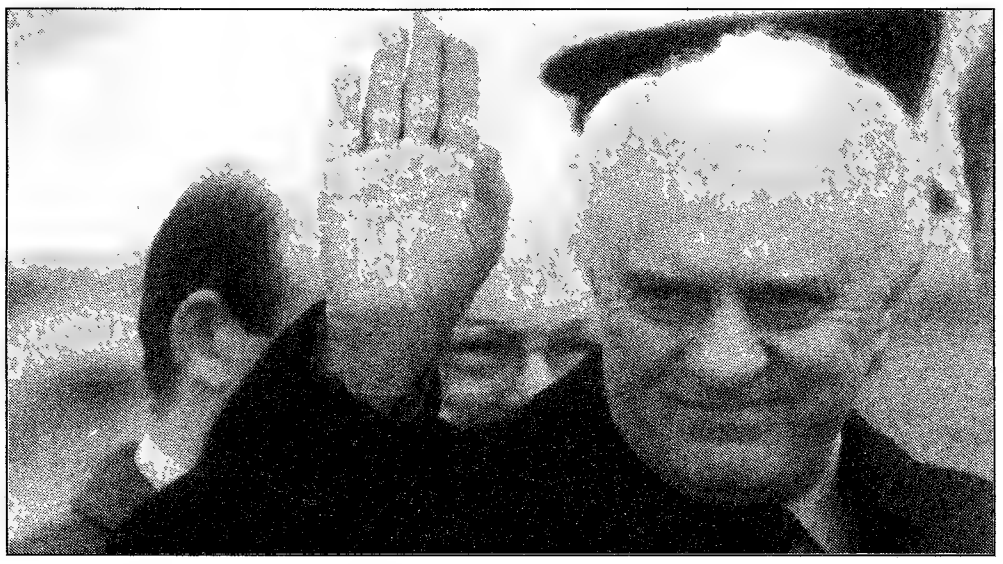
Encontro em Washington visa Cimeira EUA/URSS

Num frente-a-frente, hoje, Shevardnadze e Baker vão também enunciar prioridades de diálogo sobre a Lituânia

Do nosso correspondente em Washington

Os preparativos da cimeira americano-soviética de Junho próximo dominarão as conversações que, esta tarde, se iniciam, em Washington, entre o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnadze, e o seu anfitrião, o secretário de Estado James Baker. Aos temas inicialmente colocados em agenda - controlo de armamentos e conflitos regionais - soma-se agora um outro no enunciar das prioridades do diálogo entre as suas superpotências: a situação na Lituânia.

Ao desembarcar, ontem, na Base Aérea de Andrews, Shervardnadze afirmou aos jornalistas que a questão-chave na resolução da questão da Lituânia é «um diálogo honesto» com o povo e com a liderança daquela República báltica. O chefe da diplomacia soviética afirmou que o seu governo irá actuar de acordo com a Constituição soviética, reclamando o facto da lei fundamental da URSS ter sido igualmente aprovada pelo povo lituano.



Shevardnadze acena aos repórteres, à sua chegada ao aeroporto da base área de Andrews, nos EUA

Política para a Lituânia

Um porta-voz do Departamento de Estado confirmou que a Lituânia estará no topo da agenda de trabalhos das conversações de hoje, entre James Baker e o seu homólogo soviético, mas não foram adiantados pormenores. As tomadas de posição dos Estados Unidos relativamente àquela questão têm-se revelado mais cautelosas, à medida que o conflito lituano tem subido de tom, contrastando com um apoio frontal de há décadas prestado às aspirações independentistas dos povos das Repúblicas do Báltico.

Na base daquele abrandamento estarão, decerto, prioridades no relacionamento Leste/Oeste de que esta cimeira em preparação é uma delas. Há, porém, quem vá mais longe. É o caso da revista «US News & World Report» que, na edição da próxima segunda-feira, revela haver um entendimento ao abrigo do qual a Administração Bush está a conceder a Mikhail Gorbachev tempo e espaço de manobra.

De acordo com aquela publicação, que cita fontes governamentais norte-americanas, Baker e Shevardnadze debateram o assunto, por ocasião das cerimónias da independência da Namíbia, e terão chegado a um acordo ao abrigo do qual os Estados Unidos se afastariam da política seguida nos últimos 50 anos de não reconhecer a anexação forçada da Lituânia, Estónia e Letónia.

Em contrapartida, Baker terá recebido a garantia de que a União Soviética deverá negociar a independência das Repúblicas bálticas, ao abrigo do projecto legislativo do Kremlin que, entre outros requisitos, prevê a realização de referendos e de um período de transição de cinco anos.

O Departamento de Estado nega que exisre um tal entendimento entre as duas superpotências e que a posição dos estrategas de Foggy Botton tenha mudado. Por seu lado, Shevardnadze reconheceu, ontem, publicamente as preocupações de Washington, mas adiantou que os norte-americanos devem compreender também as preocupações dos cidadãos soviéticos relativamente à integridade territorial do seu país.

Controlo armamentista

A Lituânia subalternizou todas as outras questões em debate nesta fase preparatória das cimeira Bush-Gorbachev. Esta tarde, Baker e Shevardnadze vão ter um frente-a-frente, após o que elementos das duas delegações se dividarão em grupos de trabalho, iniciando dois dias de trabalhos. Em debate, o controlo de armamento e questões regionais, onde avulta a situação em Angola e no Afeganistão.

O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros disse aos jornalistas que deseja registar progressos no sentido de se chegar a um tratado de armas estratégicas, procurando, igualmente, acelerar as negociações destinadas a obter um acordo no que diz respeito à redução de armas estratégicas na Europa. Com manifesto optimismo, Shevardnadze avançou ontem a previsão de que, na anunciada Cimeira de Junho, poderá concretizar-se um extraordinário avanço nas relações americano-soviéticas. O chefe da diplomacia soviética não especificou que avanço, não ignorando, decerto, que uma atitude precipitada do Kremlin na Lituânia poderá deitar por terra aquilo que o próprio governante soviético definiu como «uma tendência positiva» na cooperação bilateral.

Filipe Vieira

Acordo de governo na RDA

Os principais partidos políticos da RDA chegaram hoje a acordo para a formação do primeiro governo de coligação não comunista, com o líder democrata cristão Lothar de Maizière (CDU) como primeiro-ministro, anunciaram fontes partidárias hoje em Berlim.

Martin Kirchner, secretário-geral da CDU, disse que de Maizière deveria ser eleito primeiro-ministro logo que o novo parlamento de 400 deputados se reunir pela primeira vez na quinta-feira.

«Temos a certeza que as negociações terminarão hoje e que chegaremos a acordo para a formação de um governo de coligação», disse Krichner durante uma reunião de quadros do seu partido em Berlim.

Reuter

Motim em Manchester aproxima-se do fim

O 4º dia da ocupação da penitenciária de Strangeways, no centro de Manchester, iniciou-se hoje com uma declaração do Ministério do Interior, afirmando que as negociações com os presos recomeçaram durante a manhã.

Os distúrbios naaquela prisão causaram ontem a primeira vítima, com a morte num hospital de Manchester de um preso, Derek White, de 46 anos, que no domingo foi hospitalizado com ferimentos graves no crâneo.

Um inquérito judicial e uma autópsia vão ser realizados hoje, e esta morte provoca de novo receios de que outros presos tenham sido assassinados na prisão, nos últimos três dias.

Cerca de 40 presos ainda controlam um terço dos edifícios da penitenciária.

Redacção DL/Lusa

Impasse na Lituânia

Nova lei de secessão impõe referendo nacional

Enquanto as conversações entre Moscovo e a Lituânia sobre a independência desta república báltica se mantêm num impasse, a Camâra das Nacionalidades do Soviete Supremo da URSS aprovou a segunda variante do projecto-lei sobre a possibilidade de saída da URSS das repúblicas federadas. O projecto, que prevê a solução do problema através de um referendo nacional, deverá ser examinado pela Câmara da União, ainda hoje ou amanhã.

Segundo o documento, a separação de uma república, ou seja a sua secessão, ocorrerá caso seja aprovada por dois terços dos votos no referendo em questão, efectuado em toda a união. Um período de transição para a independência, que não deve ultrapassar os cinco anos, seguir-se-á, durante o qual serão regulamentadas todas as questões respeitantes à propriedade, finanças e crédito entre a União e a república secessionista.

Além disso, será acordado o estatuto dos territórios, que não pertenciam à república, que optem pela separação, no momento da sua incorporação na URSS, assim como os locais de residência mista de diferentes nacionalidades que representam a maioria da população naqueles territórios. Neste caso os resultado serão contados em separado.

A decisão é considerada definitiva quando o Congresso dos Deputados da URSS der por concluído o processo, de acordo entre as várias partes envolvidas.

Caso o referendo não seja aprovado, este só poderá voltar a ser realizado passados dez anos.

Lusa/Novosti

Rei Balduíno

Rei da Bélgica suspenso por um dia

Do nosso correspondente em Bruxelas

Foi inesperado, inédito e preocupante. Durante a noite, o rei Balduíno convocou o Conselho de Ministros para informar que, por respeito à sua própria consciência, não assinaria a promulgação da lei que despenaliza parcialmente o aborto. O soberano encarregou os ministros de encontrarem uma solução. Assim, o rei é suspenso durante 24 horas e a lei é promulgada pelo Conselho em nome do povo belga.

O período da suspensão vigorará das 15 horas de hoje às 15 horas de amanhã. Balduíno disse aos ministros que a sua atitude em accionar um mecanismo constitucional utilizado em 1940, visava «não prejudicar o bom funcionamento da democracia e não provocar uma crise política». Afinal, tudo indica que a emenda foi pior que o soneto e ,agora, é o próprio rei que está a ser posto em causa. Segundo os constitucionalistas, a lei invocada neste caso refere especificamente que o soberano deve estar incapacitado de exercer as suas funções por doença, demência, ou prisão. E nessas circunstâncias deverá ser substituído. Não é o presente caso.

Os políticos e os constitucionalistas acusam o rei de ter aberto um precedente gravíssimo. A Bélgica é uma democracia parlamentar e o soberano recusou assinar uma lei aprovada na Câmara dos Representantes e no Senado. Uma decisão que o rei deveria ser o primeiro a respeitar. O caso precedente ocorreu, em 1940, quando o soberano se encontrava ausente do país contra sua vontade. Não é o caso presente, onde só motivos de consciência foram invocados.

A polémica promete continuar, até porque os juristas acusam o expediente de estar ferido de ilegalidade. Os políticos, interrogam-se sobre a situação do rei durante o período de suspensão e se na monarquia reinarão os ministros. Os belgas, esses estão perplexos. Nunca imaginaram o seu rei suspenso ou auto-suspenso durante um dia.

José Rui Cunha

Após 15 anos de um regime ortodoxo

Etiópia desiludida com o socialismo

O presidente etíope, Mengistu Haile Mariam, diz que o socialismo também falhou no seu país e já prometeu as primeiras reformas económicas. Apesar de se achar sob a pressão da União Soviética e do Ocidente para mudar a política estalinista do passado, há quem duvide de que Mengistu vá mesmo concretizar aquilo que promete. Com um exército desmoralizado e a guerra a recrudescer no norte do país, o líder etíope está rapidamente a perder o espaço de manobra que detinha outrora.Já em 1978 foi advertido pelo seu apoiante e conselheiro da Europa de Leste, a União Soviética, para mudar de atitude e proclamar as reformas, se desejasse que o seu país não dege-nerasse numa situação calamitosa. Mangistu respondeu à pressão soviética proibindo a menção de palavras russas, como perestroika e glasnost, na comunicação social etíope, controlada pelo Governo.

A surpresa deste último anúncio, entretanto, não foi exactamente provocada por Mangistu proclamar o início da perestroika no seu país, mas sim por admitir que esta conquistava inequivocamente lugar na Europa de Leste. Para muitos, é evidente que esta mudança de atitude aparenta servir de resposta a pressões várias, oriundas de todos os sectores. Mangistu combate três guerras civis e a economia da Etiópia é um autentico matadouro.

Impurezas ideológicas

O exército, o maior da África sub-sahariana, é considerado incomandável, após sucessivos revezes. A moral dos soldados está rastos. A fome ameaça novamente a região do norte e apenas metade da comida necessária para a colmatar está disponível para distribuição.Há quem diga que Mangistu não tem escolha possível a não ser comunicar ao seu Partido do Trabalho que renunciou ao socialismo.

Críticos dizem que, em 15 anos de experiência socialista, Mengistu fez tombar demasiadas pessoas e projectos e argumentam que o Governo etíope nunca se apoderou dos princípios socialistas de facto.

As guerras no norte do país endividaram pesadamente Mengistu e o seu país. A Frente de Libertação do Povo da Eritreia (FLPE) lutou sem cessar por mais de um quarto de século: A Frente de Libertação de Tigrai (FLT) e o Movimento Democrático do Povo Etíope (MDPE), interpretado por muitos como uma sucursal da FLT, que agora ameaça o Governo do presidente porque, como diz a FLT, é «ideologicamente impuro».A FLT diz pretender um estado comunista assente no modelo albanês, o único país europeu indiferente à reestruturação reinante.

Fome no norte

Os rebeldes vão, entretanto, acumulando os seus sucessos. Em meados de Março a FLPE capturou a cidade de Massawa e dois portos do Mar Vermelho, após combates renhidos. A batalha pela cidade fez com que um mundo a desejar distribuir alimentos do porto para a região do norte perdesse a simpatia política pela FLPE. A imagem de trigo incendiado - calculado em 90 mil toneladas - na luta por Massawa, está ainda demasiado viva na memória dos etíopes. Quatro milhões de pessoas definham novamente de fome nas regiões nortenhas do país.Entretanto, a FLT, após ter completamente desalojado o exército etíope da província de Tigrai, já avancou para o sul, penetrando nas províncias de Wollo, Gobnder e no norte de Shoa. Fontes locais garantem que se encontram apenas a 120 quilómetros de Addis Abeba, a capital.Ambos os grupos mantêm conversações com o Governo. A FLT teve encontros oficiais pela terceira vez, em Roma, e, durante este mês, o Governo vai reunir-se em Nairobi com representantes da FLPE.

Estas conversações acumulam outros objectivos para além das manobras tácticas habituais: todos os lados tentam adquirir tempo. O antigo ministro etíope dos Negócios Estrangeiros, Kifle Wodajo, disse que o Governo utiliza os contactos com a FLPE para projectar uma imagem de entendimento. A FLPE, por seu lado, usa as conversações para ganhar a respeitabilidade e o reconhecimento mundial, acrescenta o ex-ministro.

Israel reafirma apoio

O quadro complica-se ainda mais com a entrada de Israel em cena, tradicionalmente um amigo próximo da Etiópia. O imperador Haile Sellasie da Etiópia rompeu as relações diplomáticas em 1973, a seguir à guerra árabe-israelita. Todavia Mengistu diz que as razões para o antigo corte de laços são agora académicas e absurdas.

Haile WolderuffeServiço Gemini/«DL»Trad. MT

Brasil: o explosivo Plano Collor deverá ser votado na sexta-feira

A hora e a vez do congresso

Da nossa correspondente no Rio de Janeiro

Convivendo com o Plano Collor há quase três semanas, o Brasil começa, pouco a pouco, a cair na sua nova realidade - uma realidade cheia de paradoxos, dura, desconfortável, feita em medidas iguais de esperança e desespero. A inflação, que chegou a 84,32 por cento entre 15 de Fevereiro e 15 de Março, foi efectivamente detida; o dólar desvalorizou, os preços estão caindo, o comércio voltou a vender em prestações, os cartões de crédito são aceites novamente - mas, em compensação, ninguém tem dinheiro para comprar nada. Há muita gente perdendo o emprego, e mais gente ainda aceitando redução do salário e da jornada de trabalho; pequenas empresas fecham, grandes empresas dão licença remunerada a seus funcionários. Ainda assim, empresários e trabalhadores, entrevistados pela televisão e pelos jornais, têm declarado que estão optimistas.

A classe média, que perdeu o dinheirinho penosamente acumulado nas cadernetas de poupança, vive em clima de fim do mundo - faz «stocks» de comida em casa, debita todas as despesas no American Express, e

esconde a cabeça debaixo do travesseiro. A sociedade continua atónita, os investidores continuam boquiabertos, a equipa económica da ministra Zélia continua confusa. Os bancos continuam funcionando em carácter de emergência, até às 18 horas, e os bancários, «*ça va sans dire*», continuam histéricos. Grupos de donas de casa, radiantes com os novos preços, têm feito abaixo-assinados com milhares de assinaturas a favor do pacote; grupos de artistas, arrasados com a extinção das subvenções na área cultural, têm feito protesto *contra* o pacote.

Questão delicada

Neste clima caótico, o Congresso Nacional começou a votar, ontem, o conjunto de medidas provisórias. A questão é delicada, porque o pacote, altamente explosivo, é o que este país já viu de mais radical. Ao apresentá-lo à nação, oPresidente Collor disse que, como Cortez ao desembarcar no México, ele também afundou as suas caravelas: «Agora é vencer ou vencer». A equipa económica diz que qualquer alteração nas medidas provisórias pode pôr tudo a perder, e o ministro do Trabalho, António Magri, já declarou, em alto e bom som, que o plano é «imexível».

A palavra fez muito sucesso; a declaração, nem tanto. É que, de repente, posto em brios pela arrogância dos jovens economistas do Governo, o Congresso reagiu, e descobriu uma grande oportunidade de recuperar seu prestígio junto à sociedade. «Imexível» porquê? Desde quando o Executivo tem poderes para decidir assim, sem mais nem menos, o que é e o que não é «imexível» num regime democrático? Para espanto - e alívio - do país, deputados e senadores resolveram assumir suas responsabilidades, ofereceram sugestões sábias (como o aumento controlado dos limites de saque das cadernetas), e prometeram que, até sexta-feira, o Plano Collor estará devidamente votado e emendado. Os poupadores honestos, penalizados como especuladores gananciosos, aguardam ansiosos - e respiram novamente.

Cora Ronai

Conferência de Imprensa do Movimento Bafatá

Oposição guineense cria *lobby* em Lisboa

Anabela Loureiro

Héder Vaz (ao centro) membro da Comissão política da RGB

O Fórum para Paz e Democracia em Angola, considerado um *lobby* pró-UNITA, fez-se representar ontem na conferência de Imprensa da Resistência da Guiné-Bissau (Movimento Bafatá), em Lisboa.

Em declarações ao «DL», José Brandão declarou que, «se temos razões para participar em acções em favor da UNITA mais razões temos ainda para vir aqui, quando a questão da Guiné-Bissau, se encontra practicamente esquecida» na opinião pública portuguesa.

Proposta de diálogo

Contactados vários elementos da RGB, que se reclama como um movimento político-militar, constituído em Lisboa em 1986, confirmaram que pessoas como Maria Sande Lemos, do PSD, Jofre Justino e José Brandão, do PS, e Margarida Maia, do CDS, entre outros, poderiam a partir de agora integrar iniciativas para «denunciar o regime de "Nino" Vieira».

Na conferência de Imprensa, Hélder Vaz, da comissão política do movimento, divulgou uma «Proposta de Diálogo para a Reconciliação Nacional» enviado ao Governo guineense, a 14 de Março de 1989, em que a RGB se mostrava disposta a encetar «negociações políticas num país neutro, para estabelecer de uma plataforma de entendimento» e visando instaurar um regime multipartidário no país.

Hélder Vaz recusou-se aceitar, em nome daquele movimento de oposição, as recentes declarações do Governo da Guiné-Bissau sobre os motivos que o levavam a recusar, de momento, o sistema multipartidário.

«O PAIGC veio publicamente afirmar a sua indisponibilidade para dialogar no sentido da instauração da democracia, alegando para o efeito o facto de existirem tribos na Guiné.

«Trata-se de um argumento fácil e enganador», acrescentou Hélder Vaz, sublinhando que João Bernardo Vieira está a ir contra os «os avan-ços encetados pelos PALOP» e nos próprios países da região, nomeadamente o Senegal e a Guiné-Conakri que mantêm fronteiras com a Guiné-Bissau e têm um mosaico étnico e cultural idêntico.

C. C.

INTERNACIONAL

Europa de Leste: a difícil aprendizagem do multipartidarismo

Depois da Hungria - que deu o sinal, no Verão de 1989 - a Polónia, a Checoslováquia, a RDA, a Bulgária e, por fim, a Roménia, renunciaram, com mais ou menos sinceridade ao monopólio do poder político detido pelo Partido Comunista, e optaram pelo multipartidarismo. Esta opção pela democracia pluralista resulta de diversos contextos determinados pelas diferentes tradições e circunstâncias.

Em nenhum dos países da Europa Central e de Leste, se poderá verificar um regresso puro e simples à situação pré-existente à conquista do poder absoluto pelos PC, em 1948-49. E se, um pouco por toda a parte, assistimos à tentativa de reatar os laços com o passado e de recuperar os partidos históricos, poucos dos seus quadros terão conseguido sobreviver a quarenta anos de ditadura. Os que reaparecem no interior do país - ou os que regressam do exílio - sentem dificuldade em encontrar uma linguagem comum com os representantes das novas forças políticas, que, depois de terem mirado o sistema totalitário na clandestinidade, ocupam, agora, o centro do palco.

Para compreender esta situação, convém recordar que, na sequência da II Guerra Mundial, foram estabelecidos, nos países libertados, sistemas quase multipartidários de coligação.

Este *quase* também se aplica ao país mais democrático, a Checoslováquia, pois, entre os partidos políticos de antes da guerra, só foram autorizados a reorganizarem-se os que aceitavam a disciplina da Frente Nacional e do Programa Comum, inspirado pelos comunistas. Foi, aliás, em 1948, que a tentação dos elementos não-comunistas de se libertarem deste controlo conduziu ao golpe de Praga.

Paradoxalmente, na Hungria, antigo satélite da Alemanha ocupada pelos soviéticos, (a Checoslováquia fora ocupada pelo Exército Vermelho, em 1945, mas quase logo evacuada), os partidos democráticos não-comunistas beneficiaram de uma maior autonomia, nos dois primeiros anos do pós-guerra, embora os postos-chave do Governo tenham sido imediatamente açambarcados pelos comunistas, que apoiavam a potência ocupante.

Um verdadeiro leque político surgiu após as eleições (quase livres) de Novembro de 1945; pequenos proprietários (57 por cento); sociais-democratas (17,4 por cento); comunistas (17 por cento); Partido Nacional dos Camponeses (7 por cento); Democratas (1,7 por cento), e Radicais (7 por cento). Uns e outros foram desmantelados pela *«política do salami»?*

Em nenhum dos paises da Europa Central e de Leste, se poderá verificar um regresso puro e simples a 1948-49

Na Polónia - sem dúvida devido ao anticomunismo ou mesmo ao vigoroso anti-*russismo* da população - a situação era maia complexa. É certo que o líder do Partido Camponês, Mikolajczyk, de regresso do seu exílio londrino, tinha a seu favor a maioria dos camponeses, o clero, certa parte da *intellitgentsia*. Mas os comunistas conseguiram açular contra ele uma grande parte do campesinato, enquanto simulavam o papel do Partido Democrata, e destruíram o Partido Socialista (POS). Deste modo, desde o primeiro Governo formado após Ialta, apenas cinco pastas foram atribuídas ao Partido Camponês (o autêntico), e duas ao Partido Camponês pró-comunista. E as eleições de 1946 foram fraudulentas.

Na Roménia, o pluralismo prometido em Ialta foi defraudado desde o início. Os líderes dos antigos partidos (Agrário e Liberal) foram excluídos. Os comunistas só partilharam o poder com os liberais (Tatarescu) e os elementos dissidentes do Partido Camponês (a Frente dos Trabalhadores de Grozea). Na Bulgária, o Partido Operário foi destruído - não sem violência -, e o seu chefe, Petkov - que, no entanto, dera provas do seu pró-sovietismo - foi enforcado em 1947. Ao mesmo tempo, os partidos Socialista e Democrata foram suprimidos.

A criação do Kominform, em Setembro de 1947, foi o sinal para a rápida liquidação dos últimos vestígios do pluralismo.

Poder-se-ia perguntar por que razão, em dois países - a Hungria e a Roménia - se fez desaparecer por completo os partidos não-comunistas, enquanto na Polónia, na Checoslováquia, na RDA e na Bulgária, os antigos partidos (à excepção dos sociais-democratas, absorvidos pelos PC), puderam subsistir nominalmente até agora, mesmo que subordinados ao partido no Poder. Talvez porque seja na Hungria e na Roménia que os comunistas tenham registado a mais fraca implantação.

As «ressurreições» de 1956, na Hungria

De qualquer modo, foi na Hungria, em 1956, durante os oito dias de liberdade de que usufruiu o país, que se assistiu a uma ressurreição inesperada dos partidos históricos, assim como de alguns dos seus dirigentes mais conhecidos: Bela Kovacs (deportado para a URSS, em 1956), pelos Pequenos Proprietários e Zoltan Tildy; a social-democrata, Anna Kethly; os dirigentes do Partido Nacional dos Camponeses, Istvan Bibu e Ferenc Erdei - todos ainda eram vivos. Todavia, o Governo em que participaram, sob a presidência do comunista, Imre Nagy, só durou cinco dias.

Quando da Primavera de Praga de 1968, registou-se um novo milagre: os membros dos partidos Socialista-Nacional (partido de Benes), Agrário, Popular, e Democrata-Eslavo («satelitizado» em 1948), despertaram, correram com os seus dirigentes colaboracionistas, e reorganizaram-se como partidos autónomos. Apenas os sociais-democratas não o fizeram, sob pretexto de que o PC, de Dubcek, tinha a intenção de se democratizar. Foi, aliás, nesse momento, que se viu, pela primeira vez, um Comité Central, um Parlamento e uma Imprensa comunistas transformarem-se de um momento para o outro, em democratas liberais, num fenómeno de transfiguração de que acabamos de ver a repetição em Budapeste, em Varsóvia, em Berlim-Leste, em Praga e em Sófia. O multipartidarismo não significa, em nenhuma parte, uma ressurreição. É uma criação quase *ex-nihilo*. Na Hungria, na Polónia, na Checoslováquia, assim como na Bulgária e na Roménia, quase todos oa antigos líderes e quadros desapareceram. A Oposição, que, agora, surgiu, formou-se quer no interior dos PC, quer à margem da sociedade política. Não estava articulada em partidos, mas sim em movimentos informais: grupos ecológicos, de *jazz*, *Novos Fórum*, etc.

O caso da Hungria é significativo. A primeira organização independente, nascida em 1986, sob a protecção do reformador comunista, Imre Pozsgay - o Forum Democrático - hesitou, por muito tempo, entre uma vocação de órgão de diálogo com o Poder e a de partido da Oposição. Sendo um agrupamento heteróclito, com líderes herdeiros dos populistas de Anneeso, este Fórum inclui elementos ideologicamente próximos dos partidos Cristão-Democrata e Pequenos Proprietários, ressuscitados apenas em 1989. O movimento de Oposição mais radical - a União dos Democratas Livres, que possui um forte estado-maior intelectual, mas está pouco implantado na província - saiu de grupúsculos dissidentes. Como já existia antes da aparição dos partidos Social-Democrata e Radical, estes últimos têm falta de quadros, já empenhados noutras formações. Presentemente, na Hungria, existem cerca de trinta partidos, incluindo estas duas organizações e os partidos que surgiram na esteira do PC.

Os antigos soberanos

Na Polónia, esse mastodonte da oposição sócio-política que é o Solidariedade, domina todo o terreno, mas foi possível observar, desde as eleições de Junho passado, que dois dos partidos históricos - nomeadamente o Partido Camponês - são capazes de se renovar: reservaram aos comunistas, que contavam com o seu apoio, a desagradável surpresa de afirmar a sua autonomia. Também se poderá assinalar o ressurgimento dos democratas-nacionais - o Encedija -, enquanto o da social-democracia ainda surge como problemático. Na Checoslováquia e na RDA, os novos *fórums* são agrupamentos que se pretendem supra-partidários. Na Checoslováquia, os quadros e militantes dos partidos históricos ainda parecem interrogar-se sobre o seu futuro, enquanto que, na RDA, os sociais-democratas, os cristão-democratas, os liberais e os »Verdes», apoiados pelos seus camaradas da RFA, se estão rapidamente a reorganizar.

Na Bulgária, a transição para o multipartidarismo conduzirá, sem dúvida, ao *Mouvoir*, antigo Partido Camponês - tendo, também, os sociais-democratas algumas possibilidades.

Finalmente, na Roménia, o Conselho da Frente de Salvação Nacional, saído da Revolução - e composto por comunistas gorbachevianos, generais e alguns intelectuais dissidentes - anunciou, ao mesmo tempo que o multipartidarismo, a intenção de apresentar os seus próprios candidatos às próximas eleições, e de dividir as terras colectivizadas (uma velha reivindicação dos agrários). Todavia, mal as armas se calaram, registou-se o reaparecimento, em Brassov, dos três partidos históricos: liberal, social-democrata, e Partido Nacional dos Camponeses. Este último adoptou logo uma atitude nacionalista, o que constitui um mau augúrio para as futuras relações entre a Roménia e a Hungria, apesar do importante papel desempenhado pela minoria húngara na revolução anti-Ceausescu.

É de assinalar que, se certo sector nostálgico da Hungria gostaria de ver Otto de Hapsburgo na Presidência da República, a imigração romena, em França e Itália, tomou posição na sua grande maioria, pelo regresso do rei Miguel; - isto, enquanto os húngaros se recordam do rei Simeão, no exílio. Outros, talvez mais realistas, voltam a lançar a ideia de uma federação dos países do Danúbio, que se poderia integrar num mercado comum, para o qual o presidente Mitterrand acaba de propor a forma de confederação. E é significativo que o novo presidente da Checoslováquia tenha escolhido Bona, Berlim e Viena como as três primeiras capitais a visitar, antes de Moscovo.

François Fejto (*)
Exclusivo Le Monde/DL
(tradução de Isabel Joyce)

(*) - François Fejto é historiador e jornalista; autor, nomeadamente, de uma «História das Democracias Populares».

CARTA DE MOSCOVO

Shevardnadze em África

Apesar de, durante muitos anos, a URSS ter feito da sua «aliança» com os países em vias de desenvolvimento e o movimento de libertação nacional um dos eixos da sua política externa, a diplomacia soviética, com Gromiko, que durante longos anos a dirigiu, privilegiou de facto as relações Leste-Oeste.

Colmatar essa falha foi um dos objectivos da visita que Edward Shevardnadze efectou durante nove dias à África subsariana. Foi uma das mais prolongadas alguma vez feitas por um chefe da diplomacia soviética ao exterior. Angola, Namíbia, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe, Tanzânia e Nigéria estiveram na rota do ministro. Foram 27 mil quilómetros percorridos e mais de duas dezenas de encontros.

Shevardnadze pretendeu também contrariar as tendências que hoje se manifestam na URSS no sentido de reduzir ao mínimo as relações com África, a pretexto das dificuldades económicas vividas pelo país. A cooperação de Moscovo com os países africanos e em vias de desenvolvimento, em geral, é reconhecidamente pouco eficaz, mas os dirigentes soviéticos não pensam que dessa constatação se deva concluir que elas devam reduzir-se. «Temos de aprender muito para poder cooperar com África na base de novos princípios», disse o ministro.

A altura escolhida por Shevardnadze para se deslocar a África coincidiu com a afirmação formal dos primeiros resultados da nova política externa soviética em relação aos conflitos que durante décadas envenenaram o clima internacional. O ministro assistiu em Windhoek à proclamação da independência da Namíbia, resultado não só da luta do seu povo, dirigida pela Swapo, mas também dessa nova política, que favorece as negociações, tendo em atenção os interesses legítimos das partes envolvidas, e que se traduziu nos acordos de Nova Iorque.

Na mesma linha, nos dois maiores países africanos de língua oficial portuguesa, o ministro expôs a posição de Moscovo de que os conflitos aí existentes só podem ser resolvidos mediante um processo de regularização política. Moscovo defende para Angola uma política de reconciliação nacional. O cessar-fogo e a passagem a conversações constituem, no seu entender, a única via realista para a paz. No que toca às modalidades concretas, isso é uma questão que só diz respeito aos angolanos.

Quanto a Moçambique, Moscovo apoia a disposição de Maputo de enveredar por um diálogo directo com a oposição armada. A plataforma do Presidente Jaoquim Chissano é considerada como «realista». O problema está em que a Renamo foge ao diálogo e prossegue a sua política de destruição. Em Maputo foram também discutidas as relações económicas entre os dois países, em particular o problema da dívida de Moçambique à URSS, cifrada, no começo deste ano, segundo os dados soviéticos, em 808,6 milhões de rublos.

Guennadi Petrov

Mas o verdadeiro ponto alto desta visita foi sem dúvida o encontro que Shevardnadze teve na Namíbia com o Presidente sul-africano, Frederik De Klerk. Há mais de 40 anos que as relações oficiais entre os dois Estados estão congeladas. Os primeiros contactos esboçaram-se durante a preparação dos acordos sobre o Sudoeste Africano. Encontros não oficiais entre personalidades públicas soviéticas e da comunidade branca da sul-africana têm ocorrido nos últimos anos. Jornalistas soviéticos deslocam-se hoje regularmente à África do Sul.

O ministro soviético declarou ao Presidente sul-africano que Moscovo saúda as mudanças positivas havidas, concretizadas nomeadamente na libertação do «mais famoso preso do planeta», o líder do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela. ESpera que essas mudanças sejam irreversíveis e tenham o seu desenlace lógico que é a desmontagem compleya do sistema do «apartheid».

Sobre o futuro das relações soviético-sul-africanas, coube a Viatcheslav Ustinov, chefe da delegação da URSS à Comissão Conjunta de controlo dos acordos de Nova Iorque, órgão onde se faz uma «ligação informal» entre os dois Estados, declarar aos jornalistas que a URSS vai continuar a aplicar de momento a mesma política.

Para que as relações se desenvolvam, sublinhou, «é preciso que o processo de liquidação do 'apartheid' e o diálogo do governo com as forças de oposição ao 'apartheid' entrem numa fase concreta». Entretando, Moscovo continuará a respeitar os compromissos assumidos no quadro da ONU e que prevêem sanções, inclusive diplomáticas, em relação da Pretória.

Este diplomata não afastou, no entanto, que «com o tempo» e com novas medidas tomadas por Pretória -as já tomadas são consideradas «correctas, mas insuficientes» - seja criado «um grupo de ligação» que possa «estar permanentemente na África do Sul. É possível também que «sejam estabelecidas relações consulares numa certa etapa, porque essa região nos interessa do ponto de vista da pesca e da navegação». «Tudo depende da velocidade das mudanças na África do Sul», afirmou.

Ao fazer o balanço da sua viagem, Shevardnadze, tirando lições dum passado recente, considerou que a transformação de continentes inteiros em arena da luta entre o Leste e o Ocidente prejudicou não só os povos do Leste e do Ocidente. Com o novo realismo político uma era diferente hoje se abre.

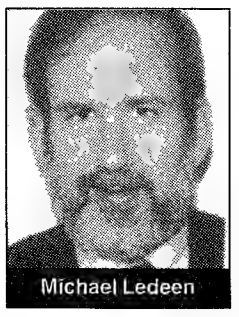
CARTA DE WASHINGTON

Controlar a tecnologia

A detenção de cinco pessoas em Inglaterra - e a acusação de três outras, na Califórnia - por tentativa de contrabando de dispositivos de detonação nuclear, do Reino Unido para o Iraque, ilustra um dos mais importantes - se bem que pouco conhecido - aspectos das relações internacionais: o do controlo do intercâmbio tecnológico entre o Leste e o Oeste.

Mal se passa um dia sem que Mikhail Gorbachev ou Eduard Schevardnadze não denunciem a organização conhecida pela sigla COCOM: a «Comissão Coordenadora», com sede em Paris, do intercâmbio entre o Ocidente e o bloco Leste. O COCOM é a entidade que decide qual o tipo de tecnologia que as companhias ocidentais serão autorizadas a vender à União Soviética, aos países suspeitos de fornecerem alta tecnologia aos soviéticos, e outras nações que se considera poderem utilizá-la para fins militares. Este programa - que constituiu uma das pedras angulares das pressão exercida pela Administração Reagan sobre o império soviético - teve grande êxito, como o demonstram os repetidos esforços do Kremlin para o conseguir anular. Englobando todos os países da NATO, além de outros parceiros ocidentais, como o Japão e a Áustria, o COCOM estabelece «tectos» para a tecnologia susceptível de ser vendida aos países do bloco soviético, e a outras nações perigosas, tais como o Irão, a Líbia e o Iraque. Deste modo, certo tipo de computadores pode ser vendido, mas a transacção de supercomputadores, extremamente rápidos e com grande memória, é ilegal. Certo tipo de instrumentos pode ser exportado, mas a venda de equipamento muito sofisticado e de alta precisão não é permitida.

No termo do mandato da Administração Carter, apenas oito funcionários dos Serviços Alfandegários estavam encarregados de vigiar a saída ilegal de alta tecnologia dos Estados Unidos. Hoje, existem mais de seis mil, para além de um serviço de informações muito sofisticado, na CIA e no Pentágono. Apenas no Departamento da Defesa, mais de trezentos homens e mulheres trabalham no Serviço de Segurança para a Tecnologia Militar, o qual estabelece directivas para o COCOM e outros programas governamentais norte-americanos, destinadas a evitar que a tecnologia ocidental seja ilegalmente utilizada para fins militares. Uma das questões que mais preocupa esta vasta rede administrativa é a divulgação de tecnologias nucleares e químicas por países hostis. O plano do Iraque para obter, clandestinamente, dispositivos nucleares de origem norte-americana foi detectado, há mais de ano e meio, nos Estados Unidos. Britânicos e americanos iniciaram, então, uma operação discreta, a qual conduziu, eventualmente, à descoberta da rede que o Iraque montara nos dois países, com as consequências que, agora, conhecemos.


Michael Ledeen

A mais célebre violação dos acordos tecnológicos entre o Leste e o Ocidente foi o caso Toshiba, há três anos. Agentes secretos dos EUA descobriram que Toshiba, em conluio com uma firma norueguesa - que, depois, faliu -, vendera aos soviéticos programas de informática altamente avançados e equipamento de fabrico computorizado, o que permitiu à Marinha da URSS construir lança-torpedos virtualmente silenciosos. Este equipamento, vendido a preço de retalho ao Kremlin, custara ao Ocidente muitos milhões de dólares, pois exigiu uma revisão total do sistema de detecção submarina dos Estados Unidos. Hoje, muitos dos submarinos soviéticos são invisíveis para os sistemas tradicionais de detecção, e o alcance dos aparelhos para localizar alvos inimigos passou de cerca de 160 quilómetros para menos de dezasseis. Em negociações discretas, os japoneses concordaram em pagar uma indemnização aos EUA, e em estudar possíveis contra-medidas. E - para se assegurar de que os japoneses compreendiam a gravidade do seu acto - o Pentágono retirou os produtos da Toshiba de diversos programas de encomendas militares, pelo que a companhia nipónica perdeu vários milhões de dólares em vendas potenciais. Esta atitude convenceu muitas firmas dos países do COCOM de que os Estados Unidos estavam a falar a sério, e as restrições impostas por este organismo têm sido, desde então, notavelmente eficazes.

Na medida em que possa existir qualquer possibilidade de controlar, efectivamente, a exportação de tecnologia susceptível de ser utilizada na produção de armas químicas e nucleares, este sistema parece ser a melhor aposta, tal como os acontecimentos da semana passada demonstraram. Pois, sem um esforço global para vigiar a fuga de tecnologia ocidental, será, apenas, uma questão de tempo até que países como o Iraque, o Irão, a Líbia e a Síria fabriquem armas cada vez mais mortíferas para combaterem os seus vizinhos. A infame fábrica de armas químicas da Líbia, em Rabta, foi construída com base em tecnologia ocidental - sobretudo da RFA -, e foi, apenas, devido aos esforços do Governo dos EUA que os alemães conseguiram levar o principal exportador a tribunal. Sem o COCOM, e sem o tipo de pressão que os Estados Unidos exerceram, é pouco provável que se tivesse feito alguma coisa.

Assim, as detenções, altamente recompensadoras, efectuadas em Inglaterra, devem ser entendidas neste contexto - como parte de um esforço constante para assegurar que a tecnologia ocidental se mantem sob controlo das nações democráticas, e não é ilegalmente exportada para países que a utilizarão em assassínios.

Tradução de Isabel Joyce

A reunião extraordinária que deveria ter marcado o começo da contagem decrescente para o domínio de Berlusconi dentro da Mondadori saldou-se com mais um golpe de teatro sobre os destinos, pelo menos imediatos, da grande empresa editorial

Mondadori: o duelo infinito

A guerra entre Silvio Berlusconi e Carlo de Benedetti pelo controlo da maior empresa editorial italiana - a Mondadori - começou ontem, com a assembleia extraordinária dos sócios, a entrar na sua fase final, apesar de ainda conceder alguns momentos de suspense aos aficionados desta novela que se arrasta desde Dezembro entre tribunais e salas de reuniões.

O impasse das assembleias

Pedida por de Benedetti desde meados de Março e adiada duas vezes, a assembleia dos accionistas deveria permitir à Cir (sociedade financeira de de Benedetti) votar um aumento de capital de 80 para 400 biliões de liras que, com a transformação das acções privilegiadas em ordinárias , voltaria a dar a maioria a de Benedetti.

Outro dos pontos fulcrais sobre o qual se jogava mais uma das possíveis vitórias de de Benedetti era o projecto de alteração do estatuto para a nomeação do conselho de administração por votações por listas e a introdução dum quorum qualificado para aprovar as deliberações mais importantes , dando mais espaço as minorias societárias.

Na manhã de ontem, porém, nada se passou como estava previsto nos planos de de Benedetti e, a solução deste duelo pela repartição da Mondadori foi adiada por mais 60 dias, na tentativa, por parte de Berlusconi ,de vir a alcançar um acordo que lhe permita negociar com de Benedetti parte do espaço conquistado dentro da Mondadori. Ao longo de uma sessão cheia de apontamentos polémicos, a Cir mudou a sua inicial proposta de aumento de capital de 80 para 180 ao invés dos 400 biliões, estabelecendo diversas modalidades para a sua aprovação numa outra assembleia extraordinário a realizar dentro de 60 dias.

A seguir foram também aprovadas as alterações do estatuto propostas por de Benedetti para depois, à tarde, na reunião «especial» dos accionistas ordinários, onde Berlusconi tem a maioria, as mesmas propostas serem chumbadas.

Perpetuada assim a oposição entre as duas assembleias, controladas respectivmente pelos dois adversários, a única saida da situação de impasse, em que se encontra a disputa pelo controlo da Mondadori, reside na negociação de um acordo entre as duas partes fora das paredes da sociedade. Nesses sessenta dias Silvio Berlusconi e Carlo de Benedetti deverão inevitavilmente sentar-se à mesa das negociações da Mediobanca (sociedade que se ofereceu desde o princípio como mediadora) e encontrar um acordo possível . A mais provável das hipóteses, até agora encontradas para a solução deste caso, seria a de Berlusconi ficar com a Mondadori e a concessionária de publicidade Manzoni e Carlo de Benedetti ficar com o grupo do semanário «L'Espresso» e o disputadíssimo jornal diário «La Repubblica», mantendo em aberto a discussão sobre o controlo dos diários locais (ligados a «La Repubblica») e sobre uma eventual compensação em dinheiro. Ontem, pela primeira vez, ambos se declararam disponíveis para a realização de um acordo, apesar de Berlusconi não ter perdido o sua pose arrogante e de Carlo de Benedetti ainda ter uma cartada a jogar na próxima, e essa sim decisiva, reunião da sociedade financeira da Mondadori - a Amef.

Silvio Berlusconi

A cartada de De Benedetti

Pendente das resoluções de vários casos entregues nas mãos de diversos juzes e advogados , o caso Mondadori teve o seu primeiro e mais importante desenlace judiciário a 27 de Março.

Nesse dia a justiça marcou um golo a favor do engenheiro de Benedetti que viu satisfeito o seu pedido de invalidação do sindicato de voto dentro das assembleias da holding Amef , detentora por sua vez de 50,3 por cento das acções da Mondadori .

Com a suspensão desse pacto , pelo juz Castellini do Tribunal de Milão , que vinculava a votação da Cir (sociedade financeira de de Benedetti) à vontade da maioria representada pela aliança Fininvest (Berlusconi) e famílias Formenton e Mondadori, o engenheiro e presidente da Olivetti recuperou o direito de votar livremente com as suas acções (26,5 por cento).

Votando sem vinculos, a Cir de de Benedetti pode agora obter na assembleia da Amef, no próximo dia 23 de Abril, a substituição do actual conselho de administração da holding e depois aquele da própria Mondadori, tendo boas chances de vir a destronar Berlusconi e os seus homens da presidência. Tudo dependerá da votação do juz que tem sob a sua guarda o pacote accionário da família Formenton que, traindo o acordo com de Benedetti, permitiu a escalada de Berlusconi , transformando-o de sócio minoritário em presidente da Mondadori .A «novela» que acabou mesmo por ter a sua transposição em film, protagonizado no papel de Scalfari (o director de «La Repubblica») pelo actor Gian Maria Volontè, multiplica-se e emaranha-se cada vez mais nos seus últimos episodios mas parece continuar a dar que falar, pelo menos nos próximos dois meses.

Alessandra Balsamo

À MARGEM

Cabo Verde, descoberta do mundo

O padre Campos nasceu no Minho e está há 36 anos na cidade velha da Ribeira Grande, ilha de São Vicente, Cabo Verde. Rosalinda, cuidando da igreja, explica que a fortaleza foi construída por Filipe II de Espanha, que o altar tem uma imagem do século XVI e a capela uma abóbada manuelina. Diz também que os corsários de Francis Drake saquearam a Sé, hoje em ruínas, e pilharam a cidade, que já não é a capital. A capela da fortaleza veio de São Lourenço de Amarante, e apesar da dureza da terra e da distância recortada no horizonte, Rosalinda crê na palavra de Deus a passar por ali.

O padre Campos poderia ser uma visão fantástica daquelas aparecidas numa América Latina qualquer, tão clássica nos cerimoniais e tão sábia nos seus juízos sobre a natureza humana. O seu desejo é ficar para sempre nesta prática das almas e na celebração da bondade, pároco em retiro no tempo e atenção às mudanças. Rosalinda usa saia rodada com blusa de rendas e lenço colorido na cabeça. Carnuda de formas e escura de pele, terá tido uma infância como a de Chiquinho no romance de Baltasar Lopes, deitado a namorar o céu carregado de estrelas: «... as pessoas que morriam de fome eram enterradas na Estrada de Santiago. As estrelas cadentes eram tumbas para as pessoas que morriam de fome serem levadas para a sua cova na Estrada de Santiago. Ficávamos nos parados, poşsuídos de um respeito religioso pelos mistérios com que a noite envolvia nossos corações de meninos.»

Parece deserta a ilha, quando se vai por ela, como deserta seria há 500 anos atrás. Mas abre-se em múltiplas dimensões de gente, numa visão de terra e de céu que mesmo pelo curto espaço de uma viagem se nos encrava na alma, podendo então suceder que nunca mais ela se apague em nós. Há nesse destino caboverdiano de partir, desde sempre. E há a doçura magoada de dizê-lo no crioulo de São Vicente, o corpo que é escravo, vai, o coração, que é livre, fica. E na força das pessoas que permanecem está o poema de Oswaldo Osório, «porque todos trazem a túnica da dimensão reencontrada».

Foi rota de navegação no mar de Portugal entrecruzado de África e de Brasil, entreposto de gentes misturadas de cores, experimentação de plantas e bichos. No tempo presente, tem sido escala discreta, ponto de diálogo possível de partes inconciliadas na política internacional. Quinze anos depois da independência de Julho, Cabo Verde abre-se ao pluripartidarismo. Enfrentam-se carências sociais, mas existe a unidade linguística e racial que formam uma Nação. A sociedade civil tem vez, na livre expressão do voto em pleno direito de cidadania. Cabo Verde é uma absoluta descoberta de mundo, a inscrever nas viagens interiores de nós, com a maior urgência.

Leonor Xavier

Conflitos sociais e crise económica tornam Argentina ingovernável

O Governo argentino, chefiado por Carlos Menem, tornou-se impotente para suster a degradação da situação económica, política e social do seu país. Um milhão de funcionários públicos paralizaram recentemente toda a máquina estatal fazendo uma greve de 24 horas com manifestações de rua; em Tucuman, cidade do norte do país, forças policiais entrincheiraram-se no seu quartel-general fortemente armados, sendo imediatamente cercados por militares com ordens para atirar a matar, reivindicando aumentos salariais e a reposição nas fileiras do seu corpo de 30 colegas expulsos por indisciplina.

Na mesma cidade um dirigente sindical da CGT (Central Geral de Trabalhadores) do sector que apoia o presidente foi obrigado, depois de ter sido espancado por trabalhadores, a assinar a sua demissão como líder dessa central sindical: foi acusado de trair os interesses dos trabalhadores. Em algumas cidades como Buenos Aires, em bairros periféricos, os moradores começam a organizar-se para resolver problemas de toda a natureza, não aceitando a intervenção nem da polícia, nem de agentes fiscais, nem de ninguém. Só eles tentam resolver situações que vão desde os transportes até à saúde.

Aumentos inverosímeis

O Partido Peronista e a CGT - dirigida por elementos desse partido - dividem-se, sendo a causa dessa divisão, a política económica do Governo; os telefones, até da presidência estão sob escuta dos serviços de informação das Forças Armadas; nestas últimas continua uma azeda discussão interna entre golpistas e legalistas e para colmatar a situação além da incontida inflação agravada por aumentos inverosímeis (2300 por cento nos telefones, há duas semanas) a própria privacidade do presidente é posta em causa pela sua mulher.

Neste contexto, sinteticamente definido, as sondagens feitas pela empresa Demoskopia (única empresa que deu os resultados certos na Nicarágua) indicam que se hoje houvesse eleições, o peronismo baixaria cerca de 16 por cento, o Partido Radical na oposição subiria dez por cento e o mais preocupante seria o resultado que teria a Esquerda Unida, uma frente de comunistas e trostsquistas que com 18 por cento subiriam em pouco mais de seis meses, 13 por cento. Não é possível esquecer que esta frente preconiza a tomada do poder pelos trabalhadores. Mas Menem continua a afirmar que está no bom caminho e ninguém, nem nada, o fará demover.

Isto é, o seu plano (de cirugia sem anestesia, como ele disse), gizado por economistas neoliberais dos Estados Unidos, será cumprido doa a quem doer.

Os sintomas atrás descritos indiciam, no entanto, o começo de uma situação que pode levar a um confronto que bem poderá ser o prólogo de uma guerra civil. Pelo menos para isso se encaminha, e as Forças Armadas também se preparam para esse confronto.

As perguntas agora são: quando, como e onde esta situação tornar-se-á um gravíssimo conflito social. E que reflexos tem e terá na América Latina.

André Martin

QUOTIDIANO

A publicação da lei orgânica que confere ao Instituto de Inovação Educacional a avaliação da Reforma do Sistema Educativo levou já ao afastamento do seu presidente, defensor de um projecto de escola diferente daquele que Roberto Carneiro fez vingar

Intriga no Ministério

A não recondução do prof. Manuel Ferreira Patrício na presidência do Instituto de Inovação Educacional (IIE) - cargo que exercia desde a criação deste organismo, em 1987 - parece trazer a lume antigas divergências vividas no seio da já extinta Comissão de Reforma do Sistema Educativo e protagonizadas, nada mais nada menos, por este pedagogo e o ministro Roberto Carneiro.

Isto, a avaliar pelas declarações que um técnico superior do IIE prestou ao «DL» e que fazem sugerir a existência de tricas de comadres ao nível das mais altas instâncias da tutela da Educação nacional, mas sem que, desta feita, se descubram todas as verdades.

Certo e sabido está o afastamento de Manuel Patrício do cargo que desempenhava, e o seu regresso à Universidade de Évora, onde lecciona. Na base da sua demissão, e «apenas sabida pelos jornais», encontra-se a publicação de uma lei orgânica para o IIE, da responsabilidade da Secretaria de Estado da Reforma Educativa, segundo a qual são estabelecidas e definidas «as novas competências do Instituto de Inovação Educacional no âmbito do sistema educativo».

Se é bem verdade que, com a introdução de uma nova lei orgânica, «podem, ou não, manter-se os cargos já existentes num qualquer organismo», como afirmou ao «DL» uma fonte próxima do secretário de Estado da Reforma Educativa, pouco «natural» será, contudo, que «não seja dada qualquer explicação a quem é afastado, antes de se consumar o seu afastamento».

De acordo com a fonte do Instituto de Inovação Educacional, só depois do seu regresso a Évora é que Manuel Patrício foi contactado pelo secretário de Estado da Reforma Educativa, que lhe terá «dito de sua justiça», já que «antes não houve nenhuma conversa».

E aqui reside, para alguns, o caso do «caso». Uma das funções atribuídas ao IIE é, justamente, a avaliação da reforma educativa, desempenho para o qual o Instituto tem competências para criar os seus próprios mecanismos, caindo no seu âmbito a «menina dos olhos» de Roberto Carneiro: a reforma curricular que este ano arrancou.

Ora, aquando da existência da Comissão da Reforma do Sistema Educativo - criada por João de Deus Pinheiro, então ministro da Educação - Manuel Ferreira Patrício e Roberto Carneiro protagonizavam duas «correntes divergentes no projecto para a educação nacional».

Manuel Patrício puxava pelo modelo de Escola Cultural - «que, não se limitando a teorizar, implementou em 76 escolas do país». O projecto de reforma curricular defendido por Roberto Carneiro, na altura conhecido pelo do «grupo Fraústo da Silva», foi, naturalmente, o que vingou.

Se Manuel Ferreira Patrício ficou com um dos parentes aparentemente mais pobres dos mecanismos criados no âmbito da reforma do sistema educativo, quando foi chegado o momento da possibilidade de uma primeira avaliação séria daquela, ao presidente do IIE restou-lhe fazer as malas e, com o coração na Escola Cultural, regressar à universitária da cidade património mundial.

Até 22 de Dezembro de 1989, data limite prevista pela lei orgânica para a nomeação de um novo presidente para o IIE - recorde-se que a publicação daquele diploma remonta a 18 de Setembro do ano passado - permaneceu incógnita a cara que iria desempenhar tal função.

Substituto era assessor do secretário de Estado

Mas, e curiosamente, logo no dia 23 de Dezembro o substituto de Manuel F. Patrício é nomeado, cabendo tal sorte a um assessor... do próprio secretário de Estado da Reforma Educativa: o drº Coelho Rosa, ex-assistente universitário (na Faculdade de Letras de Lisboa), afastado da docência por não ter cumprido os prazos estabelecidos por lei para a apresentação da respectiva tese de doutoramento.

De acordo com uma fonte oficial da Secretaria de Estado da Reforma Educativa, a substituição de Manuel Patrício no final do exercício da sua comissão de serviço é um processo «perfeitamente normal».

Quanto à nomeação de Coelho Rosa para o cargo que desempenha, efectivamente desde o passado dia 2 de Janeiro, os reformadores lavam daí as suas mãos e afirmam que ela é da responsabilidade do 1º Ministro.

No entanto, e enquanto o pau vai e vem, permanecem muitas costas quentes que não folgam.

O tempo, esse grande mestre, encarregar-se-á, por certo, de trazer a lume o «audelá» do afastamento de Manuel Patrício da presidência do IIE... provavelmente toda uma reforma educativa em jogo.

M.A.M.

BREVES

Industriais do Norte criticam empresa cimenteira

A Associação dos Industiais de Construção Civil e Obras Públicas do Norte acusou hoje a Cimpor de «negligência» e «desinteresse» ao não fazer distribuição de cimento por vias alternativas aos comboios. Em declarações à Lusa, responsáveis daquela associação referiram que a Cimpor «se refugia» na greve dos maquinistas da CP para justificar a não entrega de cimento no Norte do País e «não faz nenhum esforço» para resolver a situação.

Jorge Sampaio defende gestão urbana eficaz

A realização de esforços com vista a uma gestão urbana eficaz foi defendida como prioritária pelo presidente da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA) e da Câmara Municipal de Lisboa, Jorge Sampaio, ao discursar, ontem, na sessão de abertura da VI Assembleia plenária da UCCLA, no Maputo. «Ninguém ignora como é difícil a gestão das nossas cidades, dado o carácter incontrolável e por vezes irremediável de muitos processos», acrescentou.

Dois mortos na auto-estrada de Monsanto

Dois mortos e um ferido é o balanço de um acidente de viação ocorrido esta madrugada na auto-estrada de Monsanto, envolvendo um motociclo e dois automóveis. Desconhecem-se as causas do sinistro, que ocorreu cerca das cinco horas e meia, a menos de 100 metros do desvio para a Amadora, quando os três veículos circulavam no mesmo sentido. Os mortos são os condutores do motociclo e de um dos automóveis.

Tráfico de automóveis em Faro tem processo concluído

O Ministério Público concluiu a acusação contra dois suspeitos de tráfico de automóveis, em Faro, ligados a uma empresa de que é sócio Carlos Lilaia, dirigente e deputado do PRD, o qual não foi ouvido nos autos. Segundo o inquérito, a empresa, a Sotimóvel, destinava-se à venda em consignação de veículos que estariam viciados à partida. A acusação impende apenas sobre António Félix Gonçalves, vendedor de automóveis e Augusto Pereira Rosa, de paradeiro desconhecido, que fazia o reboque das viaturas.

Defesa do ambiente nos programas escolares

O ministro do Ambiente defendeu a incorporação dos temas ecológicos nos programas de ensino. Ao discursar, esta manhã, na FIL, na sessão de abertura da II Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, Fernando Real disse ser imprescindível associar a educação e a investigação científica à defesa dos nossos recursos nacionais. «A educação ambiental não deve ser uma única disciplina na escola, mas antes um tema que deve integrar-se em todas as outras matérias a estudar pela sociedade contemporânea, na física, na química, na geografia, na biologia, entre outras», afirmou o governante. O ministro referiu, por outro lado, que «é essencial impor medidas restritivas ao consumo do carvão e do petróleo para assegurar um desenvolvimento durável». Defendeu, por isso, a priorização da «investigação e desenvolvimento de outras fontes de energia» e o encorajamento da pesquisa de «novos materiais e processos, que determinem não só um menor consumo de energia e propiciem a «diminuição de produtos poluentes, que estarão, cada vez mais, sujeitos ao princípio do poluidor-pagador».

Fernando Real revelou ainda estar já em funcionamento o grupo de trabalho, «com representantes dos dez ministérios mais envolvidos nos problemas da defesa do ambiente» que deverá elaborar o Plano Nacional de Política do Ambiente, para o período de 91/95. Segundo o ministro, para a elaboração desse programa será também solicitada a colaboração das instituições de ensino superior e de investigação, as associações de defesa do ambiente e os grupos económicos interessados. A II Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente é organizada pela Universidade Nova de Lisboa e debate, até sexta-feira, entre outros temas os «problemas globais: camada de ozono, efeitos de estufa, riscos e desenvolvimento sustentado».

Apoio a 175 mil crianças

Manuela Eanes, directora do Instituto de Apoio à Criança, usou da palavra na sessão de abertura do seminário organizado por esta instituição

«Em 1990, o Estado e a sociedade vão apoiar 175 mil crianças. Uma acção social que terá uma verba de 23 milhões de contos», disse esta manhã, o secretário de Estado da Segurança Social, na Fundação Calouste Gulbenkian, durante a abertura do seminário «Promoção dos direitos da criança - experiências de intervenção comunitária», organizado pelo Instituto do Apoio à Criança (IAC).

Vieira de Castro, que representava o ministro do Emprego e Segurança Social, Silva Peneda, congratulou o IAC «pela sua intervenção junto das crianças».

No seminário, que se prolonga até amanhã, participam Luiza Cortesão, Ilda Neves, Rui Epifâneo, Ana Ferraz da Costa, Ana Sara Brito, Ribeiro de Castro, Adelina Odete Marques, entre outros.

Uma nova enfermidade ameaça as crianças portuguesas (não as da imagem) e os remédios é ainda necessário importá-los do estrangeiro...

Em Braga

Doença rara ataca dois irmãos

Dois irmãos, crianças ainda, de seis e quatro anos, estão internados no Hospital de São Marcos, em Braga, a contas com uma enfermidade rara e que surge pela primeira vez em Portugal. Trata-se do Défice Múltiplo de Carboxilases (DMC) por deficiência de biotinídase, uma doença de carácter hereditário, que se caracteriza por perturbações neurológicas associadas a lesões da pele e à queda de cabelo. A doença foi detectada nos dois irmãos (cujos nomes não foram revelados), no Hospital de Braga, com a colaboração do Instituto de Genética Médica e foi descrita pelos pediatras Rego Sampaio, Isabel Cunha e Ramos Alves durante a recente VII Reunião Pediátrica dos Hospitais do Minho.

A primeira das crianças nasceu, em 1984, por cesariana, de pais jovens e não consanguíneos e a enfermidade foi-lhe detectada aos 18 meses, quando teve que ser internada naquele mesmo hospital com febre alta, aperto da laringe e dificuldades respiratórias. O segundo irmão teve que ser internado, com os mesmos sintomas, aos três meses de idade.

As duas crianças estão a ser tratadas com medicamentos importados do estrangeiro, dado não existirem no mercado farmacêutico português. Os remédios começaram por ser importados da Suíça, presentemente são-no da Bélgica. Não são muito dispendiosos, mas, perante os actuais conhecimentos da ciência médica, terão que ser administrados durante toda a vida. O tratamento consiste na administração regular de vitamina H, a biotina, que poderá ser curativa, mas pode, paralelamente, provocar o aparecimento de sequelas graves, como, de resto, aconteceu nos dois casos bracarenses.

Dólmen intacto localizado em Tondela

Um «novo» dólmen foi localizado por um médico local,em Lageosa do Dão (Tondela). A «mesa» foi quebrada devido à queda de um pinheiro, mas, ao contrário do habitual, a mamoa encontra-se intacta, tudo levando a crer não ter sido violada, como aconteceu à maioria dos monumentos daquela cultura, que pode ser datada de há uns 5 mil anos.

Este facto oferece a esperança de vir a ser encontrado um valioso espólio no seu interior. O achado daquele clínico foi comunicado ao município de Tondela, que, por sua vez, o transmitiu aos Serviços Regionais de Arqueologia do Centro, que ali fizeram deslocar o seu director, Beleza Moreira, e a arqueóloga Ana Leite Cunha, que confirmaram o valor do achado.

Os trabalhos de escavação estão já programados, tendo-se iniciado o processo de classificação do monumento como de interesse concelhio e acreditando-se que a classificação possa chegar à de monumento nacional, caso o estudo e as escavações venham a fornecer elementos que o justifiquem..

Este é o único monumento deste tipo ainda intacto no concelho de Tondela. Muitos outros existem bastante incompletos, sabendo-se ainda que outros foram destruídos para o aproveitamento das pedras talhadas para construções urbanas, ou na esperança de encontrar no seu interior maravilhosos « tesouros de mouros».

Vento destrói culturas na Idanha

Vinhas, pessegueiros e até mesmo batatais estão a ser gravemente afectados na região de Idanha-a-Nova, sobretudo na área do Ladoeiro, por intensas ventanias, de acordo com uma informação da Associação local dos Regantes.

«O vento forte está a arrancar as flores dos pessegueiros, já com a floração muito avançada, o mesmo acontecendo às vinhas. As estufas onde se produzem tomates em cultura forçada foram destruídas em grande parte», segundo a mesma fonte.

Os ventos registados na zona não ultrapassaram os 70 quilometros horários, mas provocaram devastações assinaláveis, ainda por calcular.

Mais idosos, menos jovens. Perante esta evolução, que será traduzida em breve por uma realidade inédita, a Comissão Europeia propõe-se ajudar os países membros na busca de respostas. O mercado do trabalho vai poder adaptar-se?

«Pirâmide da idade» inverte-se na Europa

Do nosso correspondente em Bruxelas

No princípio do século a Europa terá mais idosos do que jovens. A «pirâmide da idade» tradicional aparecerá pela primeira vez invertida.

No espaço comunitário aumenta constantemente o número de pessoas com idade superior a 50 anos.Em contrapartida, a taxa de nascimentos baixou de forma espectacular.

Esta evolução explica-se , principalmente, pelo prolongamento da esperança de vida e, neste momento, coloca-se uma questão: a sociedade será capaz de suportar o número crescente de idosos carecidos de assistência? Outra interrogação que se põe reside no aproveitamento dos conhecimentos e qualificações dos idosos, grande parte dos quais gozando de boa saúde e preparada para dar a sua contribuição ao mercado do trabalho.

O mercado poderá adaptar-se rapidamente a uma mão-de-obra mais idosa? Estas questões interessam primeiramente a cada um dos Estados-membros, mas assumem uma dimensão comunitária.

Na abordagem do problema demográfico europeu, o executivo de Bruxelas recomenda que os Estados-membros troquem opiniões e experiências. Lembra que depois de 1992, as pessoas de idade poderão deslocar-se entre os diversos países tão livremente quanto os jovens. E alerta não ter intenção alguma de permitir restrições que visem os idosos de amanhã.

Paralelamente, a Comissão Europeia propõe-se ajudar os países a encontrar resposta para determinadas questões, sobretudo para o problema do envelhecimento da população.

As autoridades, em Bruxelas, mostram-se particularmente preocupadas com o problema do envelhecimento e declararam 1993 «Ano Europeu das Pessoas Idosas e da Solidariedade entre Gerações».

Segurança Social: a falência

A falência da Segurança Social é uma questão que se aborda com timidez em Portugal. No entanto, os especialistas estão certos duma realidade: nas actuais condições, a Segurança Social está falida. Não se trata de um problema português, mas de uma questão mais lata, europeia.

Na Bélgica, por exemplo, a situação é reveladora e assume particular acuidade. Na Valónia, entre 1982 e 1985, as receitas da Segurança Social foram de 31,3 por cento e as despesas atingiram 38,5 por cento. Na Flandres, as receitas foram ligeiramente superiores às despesas: 56,2 por cento contra 53,2.

Neste país, a solidariedade está incutida no cidadão. Em Portugal, esse conceito não está consubstanciado e a Segurança Social terá ainda que enfrentar outro problema: o desdém com que se olha para o mutualismo, cada vez mais reforçado na França e na Bélgica, cada vez mais pólo aglutinador de solidariedade e de amortecedor para uma falência que não é para amanhã. É para hoje. Em Portugal também.

José Rui Cunha

Percentagem de população com mais de 65 anos

País membro	1965	1990	2000	2020	2040
Bélgica	12,6	14,8	16,7	19,6	22,3
Dinamarca	11,6	15,5	15,4	19,9	25,2
Alemanha	11,8	15,6	17,3	23,0	28,0
Grécia	8,6	12,7	15,0	16,1	21,2
Espanha	8,8	13,0	15,0	16,2	23,3
França	12,0	13,9	15,7	19,7	23,1
Irlanda	11,0	10,2	9,1	10,6	17,2
Itália	9,7	14,3	16,6	20,0	24,9
Luxemburgo	11,6	13,0	13,7	15,6	22,3
Países Baixos	9,5	12,8	13,6	19,0	25,0
Portugal	8,3	12,4	13,6	15,0	20,5
Reino Unido	12,1	15,7	15,6	17,9	20,6
TOTAL (EC 12)	10,9	14,4	15,8	19,1	n/2

INATEL

POSTO DE VENDAS

CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO

Aceitam-se propostas até às 12 horas do dia 10 de Abril de 1990, para a exploração do Posto de Vendas do Centro de Férias do INATEL, em Oeiras, no período de 2 de Maio a 31 de Dezembro de 1990, conforme Caderno de Encargos que se fornecerá a todos os interessados, quer no Centro de Férias, quer na Sede deste Instituto, Calçada de Santana, 180-1198 Lisboa Codex.

Após a abertura das propostas, que terá lugar às 15 horas do dia 10.4.90, proceder-se-á a licitação verbal entre os concorrentes presentes, para apuramento da maior oferta, cujo valor base é de Esc: — 400 000$00.

QUOTIDIANO

BREVES

Médicos e PSD chegaram a acordo

A Ordem dos Médicos e o Grupo Parlamentar do PSD poderão estar no caminho do consenso relativamente ao texto definitivo da nova Lei de Bases da Saúde. «Podemos dizer que a lei que sair do Parlamento não terá certamente a nossa oposição», declarou ontem o bastonário da Ordem, Machado Macedo, à saída de uma reunião entre aquele órgão e os deputados da maioria. Este encontro terá servido para introduzir no texto legal, actualmente em discussão na comissão parlamentar especializada, algumas das críticas formuladas pelos médicos há cerca de um mês, aquando da aprovação do projecto na generalidade. Nem a Ordem nem os deputados revelaram o teor das alterações, anunciando apenas o agendamento de um novo encontro para o dia 19 de Abril.

Alberto Amaral favorece ISSSP

O reitor da Universidade do Porto, Alberto Amaral, recebeu ao fim da manhã de ontem um grupo de estudantes do Instituto Superior de Serviço Social que protestavam contra a ausência de regalias sociais idênticas às dos alunos dos outros cursos. Os estudantes do ISSSP - que pretendem ter acesso a um cartão para a cantina, bolsas de estudo e direito de residência - encontravam-se reunidos frente à Reitoria da Universidade quando o reitor acedeu a recebê-los. No final do encontro, o representante dos alunos mostrou-se satisfeito, manifestando-se esperançado em que o assunto seja solucionado durante o encontro que Alberto Amaral tem hoje com o ministro da Educação

Fabrico de gelo com nova legislação

A autorização aos comerciantes de pescado de fabricar gelo em instalações próprias para auto-abastecimento, localizadas nos diversos portos de Portugal foi reformulada e apresentada ontem no decreto-lei publicado na folha oficial.

Segundo o diploma, sempre foi permitido aos comerciantes de pescado de cada Porto implantar instalações para fabrico de gelo para consumo próprio.

No entanto, refere a legislação, «há que institucionalizar esta situação, de forma que o exclusivo atribuído à concessionária abranja não só o fabrico e fornecimento de gelo às embarcações de pesca, mas também a qualquer outro interessado, sem coarctar aos comerciantes de pescado o direito de fabrico de gelo para consumo próprio».

Neste casos prevê-se o pagamento, sujeito a limites de capacidade de produção, de uma taxa a fixar pela autoridade portuária respectiva.

O anterior decreto-lei autorizava as juntas autónomas dos portos do continente a celebrar, no seguimento de concurso público, contratos de concessão de construção e exploração, em regime de serviço público e de exclusivo, de instalações de fabrico de gelo destinadas às embarcações de pesca nos portos sob sua jurisdição.

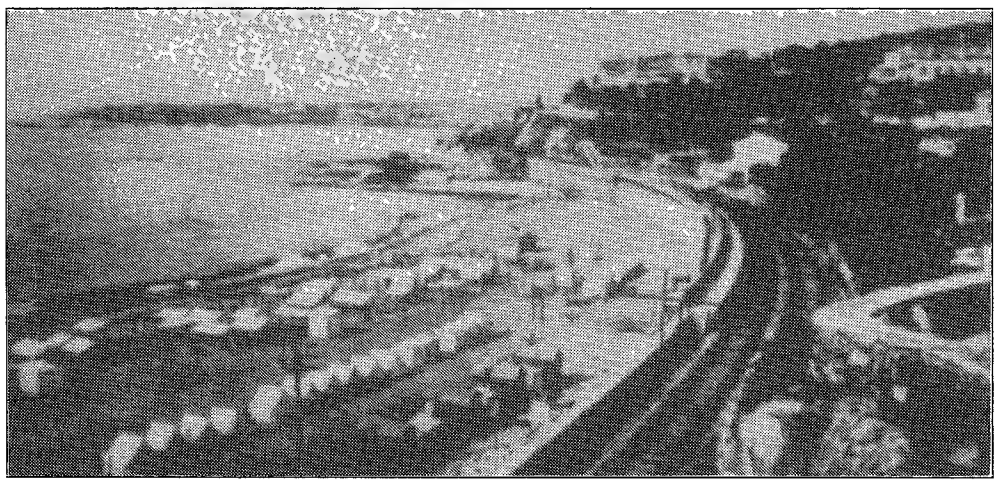
Algas artificiais devolvem praia ao Monte Estoril

Em trinta anos, o areal aristocrático transformou-se num impraticável pedregal

Se não se lhe tivesse acudido a tempo, tudo leva a crer que a Costa do Estoril não passasse, dentro de uns anos, de um conjunto de abruptas falésias, sem uma réstea de areia onde os banhistas e os turistas pudessem, ao menos, banhar o pé. Como atracção turística, a Costa do Estoril iria ser riscada de todos os roteiros. A praia do Monte Estoril, que foi, em tempos, uma das mais belas e mais aristocráticas da Linha, desapareceu já totalmente. Outras se lhe seguiriam.

Em 1987, a Câmara Municipal de Cascais lançou-se numa tentativa de inverter a situação, embora apenas a título experimental, criando um maciço de algas artificiais, as FS—Aquaplant. Os resultados estão atentamente a ser observados pela Direcção-Geral de Portos. Em artigo publicado na última edição da «Revista da Ordem dos Engenheiros», Fernando Soeiro, sócio-gerente da empresa responsável pelo empreendimento, faz um balanço do primeiro «ano de trabalho» das algas artificiais.

Segundo aquele especialista, o fenómeno da Costa do Estoril não é único, nem excepcional, já que à escala do Globo uns três quartos das praias estão em regressão, o que não deixará de afectar, a médio prazo, certas construções à beira-mar e virá a ter repercussões sobre as indústrias de lazer e do turismo. As razões do fenómeno não são ainda claramente conhecidas, mas têm a escala do século e resultam de um generalizado crescimento das águas oceânicas. A sua realação com o agora tão falado «efeito de estufa» parece aleatória.



Nos anos Trinta, o Monte Estoril era uma praia recheada de barracas e banhistas. Hoje, não passa de um monte de rochas, mas espera-se a recuperação

Na Costa do Estoril, a praia do Monte Estoril é, seguramente, o exemplo mais significativo deste processo de degradação. A urbanização crescente do litoral levou à ocupação de espaços que faziam parte do ecossistema-litoral por empreendimentos como a linha férrea, a construção de prédios e moradias, um passeio à beira-mar, os molhes do Tamariz e do Almagreiro. Este último, acabado de construir em 1966, bem como o paredão de protecção do passeio à beira-mar, concluído anos depois, aceleraram o processo de erosão do areal daquela praia, abreviando o seu desaparecimento.

Falhanço dos métodos clássicos

Os métodos clássicos de luta contra a erosão costeira, a colocação de esporões ou quebra —mares, têm-se revelado, afirma Fernando Soeiro, de aplicação delicada, tanto pelos efeitos produzidos sobre o litoral contíguo, como ainda pelos insucessos contínuos e pela desfiguração da paisagem tradicional, o que tem levado a resistências e rejeição por parte das populações interessadas. Um outro processo: a recarga das praias com areias, em geral dragadas, tem sido utilizado, mas a experiência demonstra que, anos mais tarde, se torna necessário retomar o empreendimento para restabelecer a situação.

Nos últimos anos surgiu um novo processo para lutar contra a erosão: as algas artificiais, com a vantagem, ainda, de o seu custo representar um quinto ou um décimo dos métodos tradicionais e poder tornar-se ainda mais barato no caso de se generalizar, pois actualmente, para cada situação é necessário criar um tipo de algas, especialmente fabricado.

No Monte Estoril está a decorrer a primeira experiência portuguesa, que poderá ampliar-se, especialmente no caso do Algarve. Há já projectos e ideias, informa Fernando Soeiro, embora faltem ainda as decisões oficiais, esperadas para breve no caso do Algarve.

No Monte Estoril, as algas artificiais, fabricadas com geotêxteis imputrecíveis, insensíveis à poluição crescente do litoral e reforçadas para resistirem à acção abrasiva das areias, começam já a dar alguns resultados. Antes da sua coloção, em cada ano a praia perdia quase 100 mil metros cúbicos de areia, ou seja 28 centímetros de altura.

Apesar da erosão persistir na zona, a colocação das algas artificiais, entre 250 e 300 metros da praia, iniciou um processo de acumulação de sedimentos da ordem mais de 1,5 metros anuais. Os resultados não são, contudo, ainda muito vísiveis já que os depósitos de areias são desiguais, devido à influência do molhe do Almagreiro, que deverá ser destruído, pelo menos em parte para que a experiência possa ser levada a bom cabo.

O Monte Estoril poderá voltar a ser uma praia.

Roby Amorim

JUNTA DE FREGUESIA DE MARVILA MOÇÃO

A Junta de Freguesia de Marvila reunida em sessão extraordinária pelas 18.30 h do dia 29 de Março de 1990 na sede da mesma e ao tomar conhecimento do deferimento, por parte do Sr. Presidente da República do requerimento do PSD para desagendar o Projecto de Lei sobre Regime de Permanência dos Membros das Juntas de Freguesia, marcado para dia 30 de Março e após análise da situação decidiu:

1.º — Solicitar ao Sr. Presidente da Assembleia da República, que reveja a sua decisão uma vez que ela, no nosso entender, viola o regime da própria Assembleia.

2.º — Exigir do PSD transparência quanto a esta matéria uma vez que, por um lado deixou o Projecto de Lei estar agendado cerca de um mês; recusou dialogar com os outros partidos para que se encontrasse uma solução e as razões apresentadas para tal decisão não passam de pura demagogia.

Marvila e Lisboa, 29 de Março de 1990
O PRESIDENTE
Fernando Romão Martins da Silva

Turismo português condenado à qualidade

«Para Portugal ter melhores turistas são necessários serviços de cada vez melhor qualidade. O turismo português está condenado à qualidade, porque há limites à quantidade», afirmou ontem Ferreira do Amaral, ministro do Comércio e Turismo.

Para aquele membro do Governo, o turismo desenvolveu-se vertiginosamente nos últimos anos e isso não permitiu que se realizasse o ordenamento necessário.

Referindo-se ao Plano Nacional de Turismo, documento orientador do sector em Portugal, aquele governante afirmou que até agora se tem apreciado a saúde do turismo pelo número de entradas, mas o plano desmistifica esse facto e demonstra que, em determinadas circunstâncias, o aumento em número pode representar menos saúde para o sector.

O ministro referiu que «existe um limite a partir do qual não nos convém ter mais, mas, sim, melhores turistas, para obtermos receitas. Já não estamos longe do momento em que custará mais ao país ter infra-estruturas para receber mais um turista do que as receitas que ele pode proporcionar».

O responsável pela pasta do Comércio e Turismo fez notar que foi necessário travar a tendência para o crescimento desordenado da construção nalgumas zonas turísticas, estando, neste momento, a ser feitos planos de ordenamento nalguns locais que, apesar de tudo não apagarão algumas cicatrizes resultantes de erros cometidos no passado.

Quanto ao regulamento dos empreendimentos turísticos, o ministro considerou-o demasiado intervencionista, sendo preciso revê-lo, mantendo, no entanto, regras mínimas credíveis de qualidade.

Para Ferreira do Amaral, o turismo é, neste momento, uma actividade pujante, que não está nas mesmas circunstâncias da indústria e da agricultura nacionais, que sentem grandes dificuldades a nível da concorrência. O turismo, acrescentou, é um sector onde as condições são tão favoráveis que se mantém perfeitamente sem incentivos especiais, sendo errada a ideia de que tudo o que é actividade privada necessita de auxílio do Estado.

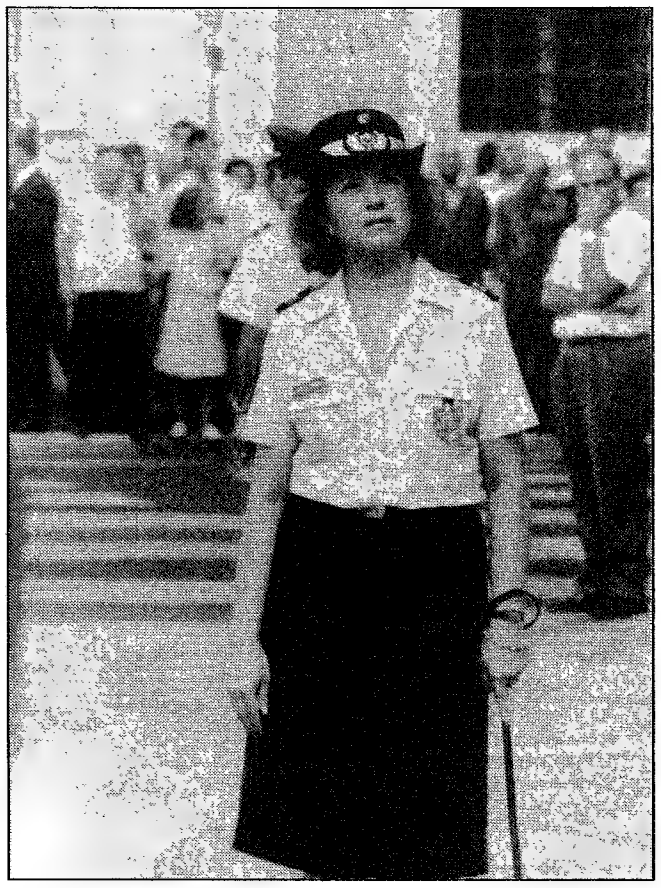
Ela é uma profissão ingrata. Sem feriados nem fins-de-semana, suplemento de serviço nocturno ou uma folga semanal. Por isso, os polícias vão discutir uma caderno de aspirações

Polícias sofrem...

A discussão e aprovação do caderno de aspirações da classe policial vai ser o tema do encontro que a Associação Socio-Profissional da PSP (ASP/PSP) promove no sábado, em Lisboa, com o objectivo de vir posteriormente a entregar aquele documento ao ministro da Administração Interna e ao comandante-geral da PSP.

José Carreira, coordenador da ASP/PSP, salientou, em conferência de Imprensa, que aquele documento vai abordar o estatuto remuneratório dos polícias, o qual, infelizmente, ainda não contempla cláusulas tão generalizadas na contratação colectiva como o suplemento de serviço nocturno, feriados e fins-de-semana, reestruturação de carreiras, consagração de uma folga semanal e a melhoria das instalações e meios técnicos.

Manifestando a sua preocupação por ter sido aprovada pelo Governo a regulamentação da lei que permite o movimento associativo da PSP sem que a ASP tenha sido consultada, José Carreira disse que tal atitude é indamissível, visto que a associação representa mais de metade dos profissionais da corporação policial.



Não é fácil ser-se agente da PSP

Ao defender a necessidade de aquela associação socio-profissional da polícia estar representada no Conselho Superior de Polícia e no Conselho Superior de Justiça e Disciplina, José Carreira reclamou um crédito de horas para os dirigentes associativos da PSP.

Por outro lado, e no decorrer da conferência de Imprensa, foi anunciado que, no âmbito das comemorações do oitavo aniversário da pró-sindical da PSP, que deu origem à nova associação, esta vai promover iniciativas desportivas, de convívio e de debate em diversas localidades.

O dirigente policial Álvaro Marçal referiu, neste contexto, que vai ser realizado um *cross* em Lisboa a 21 deste mês, que assinalará o primeiro aniversário dos acontecimentos no Terreiro do Paço (carga da Polícia de Intervenção contra os seus próprios colegas), na sequência do II Encontro Nacional da PSP.

Aquele dirigente adiantou que, no dia 29, será inaugurada a sede regional da ASP em Faro, com a realização de provas de futebol, atletismo e *petanca* , a que se seguirá um debate e um jantar-convívio.

Admitindo que, depois de obtidos todos os documentos necessários, a ASP/PSP possa vir a fazer a escritura notarial de legalização ainda esta semana, José Carreira salientou que, embora não haja hostilização da hierarquia, a associação continua a aguardar as audiências que pediu ao Misnistério da Administração Interna e ao Comando-Geral da PSP.

Os pirómanos estão muitas vezes por detrás dos incêndios florestais

Judiciária de Coimbra entrega incendiário

A Polícia Judiciária de Coimbra remeteu a tribunal o processo de um presumível autor de vários fogos, ocorridos no Verão de 1987, na periferia florestal da mata do Vale de Canas, daquela cidade.

Segundo a PJ, o presumível autor confessou os crimes, afirmando ter agido por vingança nuns casos e com o fito de afastar de sí eventuais suspeitas, noutros.

«O presumível autor, de 23 anos, cessou a sua actividade delituosa logo que, na ocasião, a Polícia Judiciária fez incidir sobre ele as suspeitas e investigações, culminando na descoberta que se regista», refere um comunicado da corporação policial.

Os incêndios, segundo a PJ, colocaram a mancha florestal e os aglomerados populacionais vizinhos em perigo, causando um prejuízo avaliado em quatro mil contos.

Manteigas desenvolve acção de reflorestação

A Câmara Municipal de Manteigas vai desenvolver uma acção de reflorestação das matas municipais na área do perimetro florestal do concelho, disse o presidente da autarquia, Albino Leitão.

Para o efeito, a Câmara adquiriu árvores junto dos serviços florestais locais para plantar nas referidas áreas atingidas, em grande parte, por incêncdios nos últimos seis anos.

Pseudo-tsuga e carvalhos são as espécies vegetais dominantes a introduzir nesta acção de reflorestação apoiada pelo Plano de Acção Florestal (PAF).

Distrito de Setúbal protesta contra tiro em Alcochete

A Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal (AMDS) manifestou, na reunião da sua comissão permanente realizada em 26 de Março, o seu inteiro apoio às acções de protesto contra o alargamento do campo de tiro de Alcochete que vão decorrer no mês de Abril. Dessas acções, destaca-se a iniciativa «De mãos dadas, do Montijo a Alcochete» que unirá as duas localidades através de um cordão humano com seis quilómetrosde extensão.

A AMDS considerou, naquela reunião, que o alargamento do campo de tiro de Alcochete, numa primeira fase para mais de oito mil hectares e depois, possivelmente, para cerca de 20 mil, constitui um obstáculo importante ao desenvolvimento de toda a região e ao bem estar da população.

Aquela associação afirmou que a existência actual de um campo de tiro na zona da reserva natural do estuário do Tejo constitui um atentado à vida e ao equilíbrio daquele ecossistema que se encontra protegido por convenções internacionais subscritas pelo Estado português.

Manifestou, também, a sua incompreensão pelo facto de, no momento em que por todo o mundo se verificam iniciativas com vista ao desarmamento, esteja em preparação a instalação, num pequeno país como Portugal, de um grande campo de tiro.

Plano de desenvolvimento de Setúbal

Na reunião já referida, a AMDS recebeu os relatórios da segunda fase do Plano Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PIDDS), que constituem um instrumento de planeamento que procura identificar os problemas do distrito.

Os relatórios fornecem orientações para actuação nas áreas do ensino, saúde, cultura, desporto e ambiente.

Por outro lado, a comissão permanente da AMDS, decidiu adjudicar o levantamento topográfico da Quinta de S. Paulo, situada em setúbal e adquirida pela associação em 1986. A quinta será alvo de um plano de recuperação já iniciado pela referida associação de municípios.

Aumenta onda de protestos contra violação do Gerês

Avoluma-se o movimento pelo encerramento da fronteira da Portela do Homem, no Norte do país, que viola o ambiente do parque nacional da Peneda-Gerês. Para muitos, a passagem entre os dois países, naquela localidade, é o princípio do fim da reserva natural. Os subscritores do abaixo assinado ao ministro do Ambiente - que remeteram cópias aos presidentes da República e da Assembleia da República e ao Primeiro-Ministro - afirmam que a região protegida da Peneda-Gerês é o «único parque português digno desse nome» e que é no mínimo «lamentável que semelhante decisão não tenha obtido imediata reprovação governamental».

Aos estudantes e docentes da Faculdade de Ciências do Porto associaram-se personalidades como Luís Coimbra, Leonel Fadigas e Vasco Lobo, do Instituto D. Diniz de Lisboa, para além de organizações ecologistas como, por exemplo, a Quercus - Associação Nacional para a Conservação da Natureza.

A defesa do parque assenta no princípio de que ele «não pode ficar à mercê de pequenos poderes locais que, respeitáveis, terão de encontrar formas civilizadas de satisfação dos seus interesses e não os do salve-se quem puder». Esta contestação choca, por outro lado, com o interesse das populações locais que viram na abertura da fronteita um factor de progresso para a região, com um aumento significativo de turistas e do movimento rodoviário.

Biólogos portugueses na «guerra» dos insectos

Biólogos portugueses estão a desenvolver pesquisas aplicadas no sentido de controlar as pragas naturais pelo uso dos insectos, no que denominam como «guerra natural», ao invés da saturação quimica dada à utilização continua da de pesticidas, adubos e insecticidas.

O método não é inédito, uma vez que vários povos em estado de subdesenvolvimento já utilizavam insectos para controlar pragas insectovoadoras, como foi referido recentemente num congresso de agrobiologia, em Lisboa.

Todavia, a questão adquiriu maior interesse e urgência a partir das análises recentes de solos agrícolas, as quais evidenciam, segundo especialistas da Associação Portuguesa de Agricultura Biológica, «altos teores de tóxidade nos estratos superficiais, devido aos quimicos agrícolas utilizados para acelarar o rítmo de produção e proteger as culturas dos insectos».

«A luta contra as pragas das culturas agrícolas com a ajuda dos pesticidas não satisfaz os produtores e consumidores», disse o biólogo João Tavares, da Universidade dos Açores.

João Tavares considera que «a luta insectívora pelo controle de pastos é semelhante a uma guerra: existem os que voam e os que rastejam».

Assim, através do conhecimento das características alimentares de cada espécie, os biólogos entram na guerra, pela introdução dos insectos nas zonas verdes afectadas por pragas, como alternativa à utilização dos químicos.

A guerra está declarada. O quinto encontro de agricultura biológica veio trazer à actualidade estes métodos, num quadro em que os valores ecológicos ganham terreno contra os fenómenos da poluição das culturas, saturação dos solos e escassez dos recursos naturais.

Partido Comunista e Governo defrontaram-se ontem, abertamente, a p
Para o PCP, o presente é negro e o futuro não promete melhorias se
o presente já é cor-de-rosa, quanto mais o futuro, com t

Mário Soares invocado contra a política europe

Rui Pacheco

Rogério de Brito disse da maioria parlamentar que está «politicamente ananicada perante o Governo»

O zero e o infinito na batalha de Bruxelas

O debate de ontem na Assembleia da República foi perfeitamente extremado entre o pessimismo do Partido Comunista, sobre o modo e o tempo adoptados pelo Governo na adesão aos diversos mecanismos de integração europeia, e a auto-satisfação dos ministros ouvidos, pelo trabalho feito nesta área. Às tantas, ouvindo as perguntas do interpelante e logo de seguida as respostas do interpelado, mais parecia que à noite negra de bréu se sucedia, por encanto, a manhã mais cor-de-rosa.

O deputado comunista Rogério de Brito deu o mote da acusação, invocando as relações do Governo com a Assembleia, neste domínio:

«*Consequência de uma maioria submissa, política e parlamentarmente ananicada perante o Governo, temos uma Assembleia da República governamentalizada, forçada a abdicar ao exercício dos seus poderes e competências e das duas responsabilidades perante o País, sistematicamente ignorada ou marginalizada, confrontando-se com o secretismo e com os factos consumados ordeiramente ratificados pela maioria PSD.*»

Depois traçou a negro o quadro resultante de tal «secretismo» e da forma como os fundos comunitários têm sido «*disputados, fundamentalmente em função das pressões exercidas pelos agentes económicos com maior poder e maiores influências junto da Administração.*»

«*Nestas condições, tem sido enorme a permeabilidade ao jogo de influências, à fraude, à corrupção e aos desvios de fundos: as aplicações especulativas e o parasitismo financeiro têm-se sobreposto ao investimento produtivo.*»

Já para o ministro dos Negócios Estrangeiros, o balanço de quatro anos de adesão é «*largamente positivo*» tendo o Governo «*uma quota-parte importante do sucesso pela forma coordenada e eficaz como se apresentou nas instâncias comunitárias*».

«*De tal modo se arreigou a ideia de que o Governo ganha sempre as batalhas de Bruxelas* -garantiu o ministro- *que quase passaram despercebidos sucessos importantes, como o financiamento do PDR, virtualmente coincidente com a expectativa mais optimista*», o saldo de 130 milhões de contos nos fluxos financeiros com a CEE em 1989 e a aprovação dos programa Ciência (53 milhões de contos) e Ultraperiferias, este último para apoio às regiões Autónomas. Tais sucessos devem-se «*à cuidada preparação dos diferentes* dossiers, *à elaboração e execução de forma coordenada de estratégias adequadas e, acima de tudo, a muito trabalho*».

A interpelação do Partido Comunista ao Governo, tão extremadas foram as posições ao longo de um dia inteiro de debates na Assembleia da República, acabou numa situação em que nem o interpelado nem o interpelante poderão reivindicar vitórias ou acusar derrotas. Eles próprios, protagonistas absolutos deste duelo parlamentar, sentiram a necessidade de recorrer ao testemunho alheio para afirmarem a superioridade dos seus argumentos. Como se confessassem que o exposto no hemiciclo era curto para convencer o antagonista.

Segundo Carlos Brito, líder parlamentar comunista, «Portugal está mal preparado para 1993». Mas se isso corresponde «ao sentimento generalizado do País», como ele disse, quem tal escreveu foi o Presidente da República, num livro ontem mesmo divulgado e que o deputado fez questão de invocar ao encerrar o debate.

Quanto ao Governo, o trunfo definitivo e diversas vezes agitado chama-se Jacques Delors. Logo a abrir a defesa geral do interpelado, o chefe da equipa governamental destacada para o Parlamento, ministro João de Deus Pinheiro, garantiu que o presidente da Comissão das Comunidades «tem repetidamente apontado Portugal como exemplo de coerência e eficácia no plano comunitário». O ministro do Planeamento, Valente de Oliveira, lembrou mais que os elogios de Delors ao Governo estão fresquinhos, foram pronunciados no último fim-de-semana e se devem «à forma como estão a ser aplicados em Portugal os fundos comunitários».

Ora, boa parte da bateria de argumentos comunistas centrara-se nesta matéria, a ponto de Rogério de Brito garantir que «tem sido enorme a permeabilidade ao jogo de influências, à fraude, à corrupção e aos desvios de fundos» e que os fundos comunitários têm sido preferentemente canalizados para «aplicações especulativas, com o parasitismo financeiro sobreposto ao investimento produtivo».

Quem fez o jogo de quem?

Debate extremado, embora, com um contendor a acusar o Governo de desaproveitar o período de graça, concedido pela Comunidade, e o outro a garantir que o tem aproveitado muito bem para recuperar Portugal do seu atraso, ainda proporcionou a Nogueira de Brito, do CDS, razões para descobrir uma certa convergência de interesses entre o interpelado e o interpelante.

Se é verdade que o Partido Comunista já desistiu de combater a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, também repetiu, durante o dia de ontem, avisos sobre avisos contra a plena integração nos seus mecanismos financeiros e orçamentais. Em particular, disse o PCP ser condição inseparável da adesão ao Sistema Monetário Europeu a prévia eliminação dos desequilíbrios estruturais do aparelho produtivo português. E como o ministro Miguel Beleza também «tem andado por aí a semear reservas sobre adesão ao SME e a preparação de Portugal para a União Económica e Monetária», o deputado centrista desconfiou.

«Quer-me parecer que o Partido Comunista, com esta interpelação, está a fazer o jogo do Governo», disse Nogueira de Brito. «Pelo menos, ambos parecem pouco entusiasmados com as vantagens da plena integração europeia.»

Mais modesta e sem suspeições declaradas, quanto ao comportamento de uns e outros, foi a participação do Partido Socialista: a sua deputada Helena Torres Marques reconheceu que «para a maioria dos deputados, as implicações políticas, sociais e económicas da UEM e do SME são tão desconhecidas como para a grande generalidade dos cidadãos».

«Isto não pode continuar», acentuou a deputada socialista, no que esteve perfeitamente acompanhada

Grandes questões ficaram de fora

Com Miguel Beleza estranhamente ausente, o debate abordou pela "rama" a principal questão da actualidade: o enquadramento da UEM e da adesão de Portugal ao SME.

Às solicitações da oposição para que pormenorizasse a posição governamental, Deus Pinheiro guardou de Conrado o silêncio: «Portugal deve entrar no SME tão depressa quanto possível. Não gostava de dizer mais nada neste momento.»

Enquanto Helena Torres Marques propunha a realização de dois debates (sobre a adesão ao SME e sobre a União Política da Europa), para definir uma posição nacional e Adriano Moreira interrogava Deus Pinheiro («Saberá o Governo o que vai ser a Comunidade Europeia?»), o responsável dos Negócios Estrangeiros reconhecia que «está-se a procurar novos equilíbrios, novas estabilidades, novas instituições e tal torna-se tanto mais urgente quanto mais se evidencia a dessintonia entre a geografia política, a geografia económica e a geografia da segurança da Europa».

Nesta procura, disse, Portugal deve «procurar evitar tornar-se periférico ou marginal, assegurar a manutenção ou acréscimo do esforço comunitário para conseguir a coesão económica e social, evitar que o espaço onde se insere se continentalize excessivamente e assegurar que a Europa Ocidental mantenha as portas abertas para zonas que nos interessam».

Só que, como afirmou, «a questão da passagem à UEM coloca-se em concreto». Uma das suas principais consequências é o fim do "liberalismo das rotativas" impressoras das notas financiadoras das promessas eleitorais. Por outras palavras, com a UEM haverá rigor e controlo na execução dos orçamentos dos Estados comunitários, o que conduzirá às estabilidades dos câmbios e da inflação.

Esta estabilidade económica interessará, sobremaneira à Alemanha, dado o avanço que disfruta nos "12" e resultará na manutenção dos atrasos dos Estados menos crescidos economicamente.

Para Portugal, como notou Carlos Lilaia, «a estabilidade do escudo depende de conseguir conter as flutuações cambiais na banda restrita de flutuação admitida pelo SME. Essa garantia só pode ser assumida, porém, se conseguirmos erradicar, até 1992, o diferencial (substancial) de inflação que, em termos médios, nos separa da Europa». Decorre daqui que o Governo está reduzido a «procurar obter, em dois anos, o que já poderia ter obtido anteriormente», através da «reintrodução de medidas altamente restritivas ao consumo».

Neste sentido, veio o aviso de Helena Torres Marques: «a integração do escudo no SME exige aitude patriótica que não se compadece com medidas eleitoralistas irresponsáveis». O Governo sabe que «se estas medidas não forem tomadas desde já, depois as soluções exigirão correcções muito mais drásticas e impopulares.»

Rogério Brito, do PCP, corroborou esta tese ao considerar que «a política do Governo parece ter posto inevitavelmente em causa qualquer possibilidade de uma adesão rápida ao SME», após o que acrescentou que «os defensores da adesão rápida parecem olvidar os custos que haveria que suportar em termos de menores níveis de crescimento económico, de mais elevadas taxas de juro reais, de mais desemprego e de maiores dificuldades com o défice orçamental e a dívida pública».

A pretexto da crítica comunista, o centrista Nogueira de Brito considerou que comunistas e sociais-democratas pretendiam, com a não entrada no SME, ou com uma entrada retardada, «a manutenção dos mecanismos de fuga ao controlo orçamental». O debate, acrescentou, não esclareceu se o Governo tem outra intenção.

Rui Nunes

A.M.A.
Auto Monumental de Aveiro S.A.
Audi
CONCESSIONÁRIOS
AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

te, à pretexto da interpelação parlamentar sobre a integração europeia.
ias se não for corrigida a pontaria nas negociações. Para o Governo,
com todo o dinheiro que vem aí, para ser bem aplicado

o no Parlamento
peia do Governo

nistro «tem ar re- SME rtugal nica e o cen-

que o m esta zer o disse «Pelo ecem s com a inte-

n sus- uanto uns e ção do a sua Torres que eputa- líticas, as da ão de- para a e dos

nuar»; social- e per- nhada

pelo PCP: a bancada comunista justificara a interpelação pelo «secretismo» das negociações correntes na Comunidade e para exigir ao Governo a prestação de informações que habitualmente não fornece à Assembleia da República.

Uma ponta do véu

Informações por informações, a verdade é que não foi por esta interpelação que a Assembleia se pode considerar melhor informada.

Vá lá: o ministro dos Negócios Estrangeiros levantou a ponta do véu sobre o que tem andado a fazer na Europa e sobre as posições mais recentes do Governo nos areópagos comunitários. Sobre estas matérias, informação é coisa que não abunda no Parlamento.

Admitindo que, na Europa actual e na ressaca das mudanças a Leste, «tenderá a surgir uma potência dominante», João de Deus Pinheiro disse ser do nosso interesse «que essa potência seja uma Comunidade forte e coesa, a doze, caminhando inequivocamente para a união política».

«A alternativa seria deixar esse papel a uma Alemanha unificada, menos integrada na CEE e, portanto, agindo por sua própria conta...», deixou ele escapar, entre parêntesis.

Só mais uma informação adicional: os assuntos comunitários voltarão, provavelmente em breve, à Assembleia da República, em função de dois projectos de deliberação nesse sentido, ontem apresentados, e que vão agora ser apreciados na Comissão especializada, para eventual e posterior agendamento.

O Partido Socialista propõe um debate alargado sobre a UEM e o Partido Comunista projecta a constituição de uma Comissão Eventual para preparar a intervenção da Assembleia da República no encontro entre o Parlamento Europeu e os Parlamentos Nacionais, já no próximo mês de Junho.

Daniel Reis

Sérgio Ribeiro, do PCP: «O Governo comportou-se como se o interpelante tivesse de responder aos discursos retirados das sebentas do professor Aníbal»

BOCA DE CENA

Modéstia

Comentário do ministro João de Deus Pinheiro às questões colocadas pelo Partido Comunista na abertura da interpelação:

«Vossas Excelências só me colocaram pequenos problemas. Se quiserem as grandes respostas, encontrá-las-ão no meu discurso».

Em algarvio

Carlos Brito, líder parlamentar do PCP, dirigindo-se ao mesmo ministro:

«Eu só queria que o Governo me explicasse quando pretende aderir à União Económica e Monetária. Mas peço-lhe que a resposta não seja, como se diz em algarvio, já agora, logo amanhã».

O honorário Agostinho

Comentário marginal de Adriano Moreira, sobre a vocação dos portugueses para a descoberta dos caminhos da CEE:

«São as novas naus da Índia, como diz o professor Agostinho da Silva, que está quase nomeado ministro honorário deste Governo...».

Nogueira desconfiado

Quem não parece acreditar muito na convicção do Governo, quanto à urgência de adesão ao Sistema Monetário Europeu, é o deputado centrista Nogueira de Brito. Ele terá descoberto, em declarações recentes de Miguel Beleza, razões de sobra para a desconfiança:

«É preciso saber -insistiu, por isso, o deputado do CDS- *se as palavras do ministro das Finanças significam que o Governo aderiu à tese da adesão a prazo, acompanhando o Partido Socialista, bem como qual é o limite desse prazo: 1 de Janeiro de 1996 ou 1 de Julho de 1994».*

Ou não quis vir?

Contra-explicação do líder parlamentar do PCP, Carlos Brito:

«É verdade que não sugerimos o ministro Beleza. Mas também não fizemos questão da presença do ministro dos Negócios Estrangeiros e ele não se dispensou de vir e até fez o discurso de abertura, em nome do Governo. Logo, se o senhor ministro das Finanças não veio, foi porque não quis».

Beleza esquecido?

Aliás, o nome do novo ministro das Finanças passou a ser amiúde referido no debate, quando se entrou na questão concreta do SME e da União Económica e Monetária.

Lamentou-se, em particular, que ele tenha preferido falar, no mesmo dia, num colóquio sobre a CEE, em vez de expor as suas ideias no debate correspondente da Assembleia da República.

Explicação de Carlos Encarnação, secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares:

«Certamente que o ministro das Finanças teria muito prazer em satisfazer a curiosidade dos senhores deputados. Mas o Partido Comunista, quando informou o Governo sobre os ministros que queria interpelar, esqueceu-se do ministro das Finanças».

O exclusivo das cassetes

Rogério Brito, porta-voz do Partido Comunista para esta interpelação, numa réplica à bancada da maioria:

«Então, o senhor diz-me que o PSD apostou nos portugueses? Cuidado com isso, se nos quer acusar do exclusivo da cassete...».

COMENTÁRIO

Adiar - a política possível

Posição do Governo: Portugal aderirá ao Sistema Monetário Europeu (por conseguinte à União Económica e Monetária) tão depressa quanto possível. Há, nesta posição, contradições evidentes, temores não revelados.

A adesão ao SME impõe e implica uma certa racionalidade de comportamentos dos agentes (Governo incluído), os quais é suposto terem comportamentos/expectativas racionais que induziriam a que os efeitos fossem benéficos.

Diz voz avisada: «Expectativas racionais pressupõem um espaço de antecipação e de transparência de comportamentos à margem das vicissitudes peculiares das actuações dos agentes na sociedade portuguesa».

Embora parecendo que não, a verdade é que o quadro começa a ficar mais claro. Podemos arriscar: o Governo tem receio de falhar e que, com ele, falhem todos os outros agentes. Logo a racionalidade de comportamentos imposta pelo SME estaria condenada a não surtir efeito. E, então, uma adesão imediata teria custos brutais.

Lembremos que estamos a falar de Portugal, onde questões estruturais de primeira relevância continuam por resolver: a inflação, que não desce mas sobe, a relação salarial, que evidencia uma estrutura industrial fraca, a competitividade externa, que denuncia falta de modernização do aparelho produtivo...

O Governo teme-se a si próprio, porque a um permanente discurso liberal contrapõe uma prática concentracionária da economia, denunciando mesmo um comportamento antimercado, por exemplo através do controlo do crédito. Por outro lado, usa a taxa de câmbio como mecanismo equilibrador de desvantagens competitivas. Quer dizer, com a desvalorização do escudo permite que se mantenha a competitividade nos mercados externos.

E, pior ainda, o Governo não pode perder neste momento esta arma, na medida em que teriam de ser introduzidas transformações na economia portuguesa que não podem ser concretizadas de um momento para o outro. Relação salarial quer também dizer produtos baseados numa mão-de-obra barata e não produtos de alto valor acrescentado. Assim sendo, o Governo não pode largar o «volante» da gestão cambial.

A todo este panorama, acresce o deprimente facto de não se vislumbrarem estratégias financeiras, económicas e empresariais, que mobilizem os agentes (uma vez mais Governo incluído) para projectos credíveis e estruturantes ao nível dos vários sectores de actividade.

Por conseguinte, compreende-se que a posição do Governo seja contraditória com o seu apregoado liberalismo. Ele sabe que, para além dos discursos de circunstância, o País talvez não esteja tão bem como o tem pintado e tentado vender a portugueses e a estrangeiros. Ele sabe que a sua margem de manobra na gestão cambial seria fortemente restringida e que muita da falsa competitividade da indústria portuguesa poderia ruir perante uma concepção de livre câmbio que é apanágio dos liberais e também do SME.

Podemos arriscar dizer que estamos perante um caso de recíproca desconfiança: o Governo não confia nos agentes e estes não confiam no Governo. Perante isto e sem querermos alimentar a querela das virtudes ou defeitos de uma adesão imediata de Portugal ao SME, podemos concluir: o Governo, se é ilógico perante o seu discurso, é coerente com a sua prática. E, logo, não se arrisca a que o feitiço se vire contra o feiticeiro. Concordemos ou não com ele, a verdade é que o Governo enfrenta, ao fim e ao cabo, as dúvidas e as perplexidades que ele próprio criou, quantas delas resultado de confessadas ignorâncias, estas resultantes do «secretismo» com que tem dirigido uma questão que, mais do que muitas, é verdadeiramente nacional. E enfrenta-as da única forma politicamente possível: adiando.

Victor Leitão

CULTURA

Os artistas, produtores e técnicos do audiovisual português, ontem, em conferência de Imprensa, na Sociedade Portuguesa de Autores, expuseram em público os seus receios de verem o produto português e feito por portugueses pura e simplesmente anulado

Uma televisão «estrangeirada»?

A difusão da cultura portuguesa e dos valores que exprimem a identidade nacional pelas televisões públicas e privadas está em risco. Ao invés de se estimular a criatividade e de se desenvolver a produção própria, com a nova legislação, que regulamenta o exercício das actividades da radiotelevisão, «enfrenta-se agora unicamente a realização de um negócio». Quem o diz são os artistas e organismos directamente implicados na produção do audiovisual em Portugal, que, ontem, em conferência de Imprensa, na Sociedade Portuguesa de Autores, quiseram alertar a opinião pública para «a aculturação estrangeira» de que estamos a ser alvo.

Na defesa dos valores do que é português e feito por portugueses, os promotores da conferência de Imprensa, SPA (Sociedade Portuguesa de Autores), APPFLM (Associação Portuguesa de Produtores de Filmes de Longa Metragem), APE (Associação Portuguesa de Escritores), STE (sindicato dos Trabalhadores do Espectáculos), APOIARTE (Associação de Apoio aos Artistas), APPE (Associação Portuguesa de Produtores de Espectáculos), APRT (Associação Portuguesa dos Realizadores de Televisão) e SIARTE (Sindicatos das Artes dos Espectáculos), emitiram um comunicado, onde se opõem à «formulação vaga e ambígua», com que a actual proposta de projecto-lei do governo para o exercício da actividade da radiotelevisão, já aprovada na generalidade, se refere à produção nacional.

Assim, onde se obriga, na proposta do PSD, à emissão de 50 por cento de programas de «expressão portuguesa», deve-se exigir antes 50 por cento de «produção de origem portuguesa».

Temem, sobretudo, os artistas e produtores do nosso audiovisual, o «abrasileiramento» das produções, de expressão portuguesa, especificamente no campo da ficção. E defendem a fixação de quotas televisivas, não só para a produção de origem portuguesa, como para os vários tipos de programação aí incluídos. Pretende-se, então, não subjugar a produção de origem apenas aos noticiários e programas desportivos, dando espaço obrigatório à ficção, telenovela e telefilmes, música e teatro, desenvolvendo assim uma elevada capacidade criativa, existente, no nosso país, que contradiz as queixas usuais da falta de meios humanos e técnicos em Portugal.

De acordo com o realizador António Cunha Teles, em representação da APPFLM, 75 por cento dos telefilmes que se produzem anualmente, em Portugal, são estrangeiros, mas fabricados, quase inteiramente, por portugueses. Na opinião do realizador «se somos capazes de fazer em francês ou americano, também seremos capazes de fazer em português». O que falta, então, é a vontade política que incentive os nossos técnicos, produtores e artistas.

Tendo em vista, não apenas os dois novos canais a licenciar mas também os já existentes na RTP, entendem os subscritores do comunicado que, obrigatoriamente, se deverá difundir um mínimo de 100 horas/ano de produção de origem portuguesa, logo no primeiro ano de entrada em vigor da lei, índice que teria um aumento anual de 20 por cento, até atingir uma média de um hora por dia e por canal, bem como deverá ser consagrada à produção de ficção portuguesa, por cada hora, um quantitativo de 30 mil contos. Estes valores são defendidos como «realistas» e «calculados pelo baixo», tendo em conta a salvaguarda da nossa indústria contra «as concorrências injustas, que venham a utilizar os nossos canais de televisão com todas as facilidades». Consideram ainda «ridícula» a quantia exigida para capital social dos novos canais, 2,5 milhões de contos, que limitará as emissões apenas aos programas de baixo custo, enlatados a preços mais concorrenciais, nem sempre bons e baratos, que relegarão necessariamente os dinheiros a gastar com a produção nacional.

Rui Vasco

António Miguel (APPE), Paulo Pulido Valente (APPE), Maria Estela Guedes (APE), Ana Luísa Guimarães (APPFLM), Luís Filipe Costa (SPA e APRT), Mário Jacques (STE), Manuela Maria (APOIARTE) e António Cunha Teles (APPFLM)

Os artistas e produtores do audiovisual, até agora esquecidos pelos poderes, denunciam também as quotas, «baixíssimas», de produção nacional, que se têm vindo a realizar no corrente ano, uma vez que, segundo as normas comunitárias, 1990 será o ano base, a partir do qual os índices de produção nacional não poderão ser diminuídos. Alertam também para o sistema de co-produções, que permite considerar-se «nacional» qualquer produção com apenas 20 por cento de capital português. Perguntam-se ainda se a «expressão portuguesa» inclui os programas dobrados. Pretende-se então que, com 100 horas/ano, por canal, se produza anualmente uma telenovela, uma série de 30 minutos semanais, dois ou três filmes e muito poucas horas de teatro.

Programas na gaveta

Estas exigências, que tiveram o apoio de numerosas personalidades ligadas ao cinema, artes e espectáculos, têm como base a consciência do «divórcio existente entre a capacidade da produção de qualidade e a utilização desta pela radiotelevisão». Deste modo, pela boca dos artistas, fala-se da inexistência de programas dedicados a 100 por cento à música portuguesa, «quando em Portugal se realizam perto de quatro mil espectáculos musicais por ano», fala-se da não aplicação da lei, no que se refere às percentagens mínimas de difusão de música portuguesa na rádio, que «transmite os fados e guitarradas entre a 1 e as 7 horas da madrugada, deixando o rock para os períodos nobres», fala-se do teatro, com «várias peças inteiramente produzidas e não aproveitadas», a morrer nos arquivos da televisão, para não se falar já dos «escritores banidos e sem voz própria», que vêem os seus textos originais permanentemente adiados nos cofres da RTP.

Nesta sequência, o APOIARTE não quis igualmente deixar de fazer ouvir a sua voz, emitindo um comunicado, onde estranha também «o articulado» que se «emaranha em ambiguidades, em faltas de clareza, em corredores escuros e portas falsas». O APOIARTE chama a atenção para a desconexão existente entre o preâmbulo da proposta de projecto-lei, onde se apela para «o desenvolvimento da produção portuguesa e da preservação dos nossos valores culturais» e o articulado «tímido e pitoresco», onde se afirma que «as emissões devem, se possível, ser difundidas em língua portuguesa, sem prejuízo da eventual utilização de quaisquer outras». Conclui então que, segundo a actual proposta, ao indicar a obrigatoriedade de 50 por cento de programas de expressão portuguesa, e 10 por cento de produção própria, os 50 por cento referidos se dedicarão a «programas oriundos de países de expressão portuguesa», não podendo ser encarada se não como uma «escandalosa e inaceitável medida proteccionista à poderosa indústria televisiva brasileira».

A actual proposta de projecto-lei do governo prevê ainda cinco horas de emissão diária para os novos canais, o que, segundo os subscritores do comunicado, não deixaria qualquer lugar à produção própria de programas de ficção. À proposta do PSD, é contraposta outra, do PS, considerada pelos organismos ligados à produção do audiovisdual português, «melhor» mas ainda deficiente. O PS propõe a obrigatoriedade de 20 por cento de produção da responsabilidade dos operadores e 40 por cento de produção nacional, bem como a emissão de seis horas diárias, num total de 42 horas semanais.

Manuela Baptista

Gulbenkian distingue Literatura para Crianças:

Grande Prémio para Fernanda de Castro

O Grande Prémio Calouste Gulbenkian de Literatura para Crianças, no valor de 300 mil escudos, destinado a galardoar um escritor vivo, pelo conjunto da sua obra, acaba de ser atribuído à escritora e poetisa Fernanda de Castro.

Os restantes prémios - cada um de 150 contos - relativos aos melhores trabalhos (texto e ilustrações de livros para crianças) editados entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 1989, contemplaram respectivamente o escritor António Mota (pelo seu livro «Pedro Alecrim») e a artista Manuela Bacelar, pelo trabalho realizado para o livro «Silka» da autoria da escritora Ilse Losa.

O júri responsável pela atribuição destes Prémios Gulbenkian de Literatura para Crianças foi constituído por Luís Forjaz Trigueiros (em representação da Academia das Ciências de Lisboa); António Massano de Almeida (pelo Instituto Português do Livro); Sílvia Chicó (da Associação Internacional de Críticos de Arte-Secção Portuguesa); Natércia Rocha (representante da Direcção-Geral do Ensino Básico e Secundário) e David Mourão-Ferreira (pela Fundação Gulbenkian).

A cerimónia da entrega destes prémios realizar-se-á em data a anunciar oportunamente.

Prémio de Poesia INASSET/INAPA

Sophia ganhou

A escritora Sophia de Mello Breyner Andresen foi a vencedora do Grande Prémio de Poesia INASSET/INAPA de 1990, com a sua última obra, *Ilhas*, anunciou hoje o Centro Nacional de Cultura.

Com excessiva discrição, têm vindo a ser publicados os «Cadernos Vicente», um projecto de 60 estudos monográficos, um por cada auto de Gil Vicente, num trabalho de equipa com a chancela da Quimera Editora e direcção de Osório Mateus. Na semana passada surgiu a segunda série de dez cadernos, prevendo-se que a colecção se complete em 1993

Uma caixa de surpresas

À parte a caixa, tudo bem. A caixa não tem tampa (...estranho *design*), daí que, não raro, nos caia literalmente em cima, de surpresa, o conteúdo. E que conteúdo... os «Cadernos Vicente», cada caderno um estudo de um auto de Gil Vicente, dez cadernos por caixa, estão duas editadas, no final, em 1993, hão-de ser seis, façam-se as contas, serão sessenta os autos ou os estudos, um projecto à dimensão daquele que entre 1502 e 1536 criou o teatro português.

Um projecto à dimensão, também, de Osório Mateus, ou pelo menos à dimensão do conhecimento e estima que tem pela obra de Gil Vicente, qualquer coisa que começou no 6.º ano do liceu (*tive um professor, Luís Simões Gomes, que nos deu o Gil Vicente todo*) e veio por aí fora, a bem dizer uma paixão, com uma tese de doutoramento pelo meio e estes cadernos em curso.

Cadernos cuja publicação não se deve exclusivamente a Osório Mateus, ele apenas dirige um trabalho de equipa, tão de equipa que costuma até dizer que poderia partir hoje mesmo para o México que a colecção não se interrompia.

Mas Osório Mateus não parte, nem para o México, nem, previsivelmente e por ora, para lado nenhum, continua em Lisboa, a reger, na Faculdade de Letras, a cadeira de História do Teatro e, cá fora, a dirigir esta colecção, que a Quimera Editores - com excessiva discrição, diga-se - publica regularmente.

A publicação, se tem a chancela da jovem editora, tem apoios vários, a começar pelo do IPPL e a culminar no do Hospital Termal Rainha D. Leonor e no do município caldense e outros em redor, Gil Vicente trabalhou nas Caldas, a cidade foi fundada pela rainha, isto afinal anda tudo ligado, até o facto de nas Caldas ainda hoje se representarem praticamente todos os espectáculos vicentinos do ano.

Às cores

Voltando aos «Cadernos Vicente» (os tais que, se a gente não se acautela, nos caiem em cima... será por isso que as livrarias não os expõem?), voltando a eles, diga-se que o *design*, apesar de tudo, obedece a uma estratégia de leitura e de organização da obra no seu todo. E esta é outra surpresa.

Representando cada caderno um objecto artístico singular, com tratamento monográfico como princípio metodológico, o leitor monta a série ou as séries à sua vontade. Daí que os cadernos tenham cores distintas: violeta (obras de *devação*, entenda-se, religiosas), castanho (comédias), verde (tragicomédias), amarelo (farsas), vermelho (obras *meúdas*) e azul (outras).

Ora, tendo cada caixa uma destas cores, percebe-se agora como, no final, completada a colecção, tudo se arruma... ou desarruma de quando em vez, nem se imagina esta obra uma obra de prateleira, mas de consulta de professores, estudantes e artistas; já desde 1988 é utilizada em escolas secundárias e superiores.

O texto da maioria dos autos é reproduzido segundo o exemplar emendado das obras completas de Gil Vicente, reimpressão facsimilada da «Compilaçam de Todalas Obras», feita em 1928 pela Biblioteca Nacional, a partir da primeira edição (de 1562) de que há no Mundo, que se saiba, apenas sete exemplares.

É esta edição de 1928 a única do século XX que se pode ler sem prejuízo. A opinião é de Osório Mateus, para quem a actualização da grafia original, agora nos «Cadernos Vicente», só aconteceu quando não se punha em causa a oralidade da época.

É que (ainda Osório Mateus) pode ser mais compreensível representar os autos castelhanos de Gil Vicente no castelhano da época em que foram escritos do que em português do século XX.

E já que se fala nisto, acrescente-se que foi no estrangeiro (na Alemanha, graças a dois portugueses liberais exilados) que se publicou a primeira edição moderna da obra de Gil Vicente. Corria o ano de 1834.

Em equipa

Como já se percebeu, todos estes dados foram fornecidos ao jornalista por Osório Mateus, para quem o teatro de Gil Vicente no seu tempo era do melhor que se fazia na Europa: *Havia o teatro dos Papas em Roma, havia Salamanca a funcionar e começava a haver as Universidades a fazerem, quer os clássicos quer coisas segundo o modelo clássico.*

De qualquer modo, alguns dos autos de Gil Vicente eram feitos para ser vistos por trinta ou quarenta pessoas e numa única representação, razão, aliás, porque alguns deles são hoje mais ou menos irrepresentáveis, já que surgiram na época fruto de uma circunstância bem determinada.

Osório Mateus, comentando, classifica o empreendimento quinhentista de *um grandessíssimo luxo*, só explicável porque apoiado por *um potentado das finanças com educação estética*. Uma educação estética, porém, sem erudição, pois se o rei (D. Manuel ou D. João III) sabia ler e alguns nobres também (liam ao menos os Livros de Orações), muitos dos que essistiam à representação dos autos eram o que hoje chamaríamos analfabetos. *Um poder com possibilidades de ter bom gosto* - conclui Osório Mateus.

De Gil Vicente e os seus autos para estas monografias, o mais interessante das quais, para Osório Mateus, é o trabalho de equipa (ou cooperativo, como prefere chamar-lhe). Pergunto-lhe porquê e ele responde: *porque nas Ciências Humanas não se pratica este tipo de trabalho e se não se pratica é o fim das Ciências Humanas.*

Hoje, segundo Osório Mateus, na boa tradição do século XIX, nas Ciências Humanas há um trabalho individual, de autor, aliás nem outro poderia ser em filosofia liberal.

Isto, apesar do trabalho cooperativo render mais, como acontece nas outras ciências.

Nas Ciências Humanas, contudo, o trabalho cooperativo não se pratica, muito embora a Escola pudesse remar contra esta maré individualista não se desse o caso de predominar a sebenta como farsa da política de autor, a afirmação é ainda de Osório Mateus.

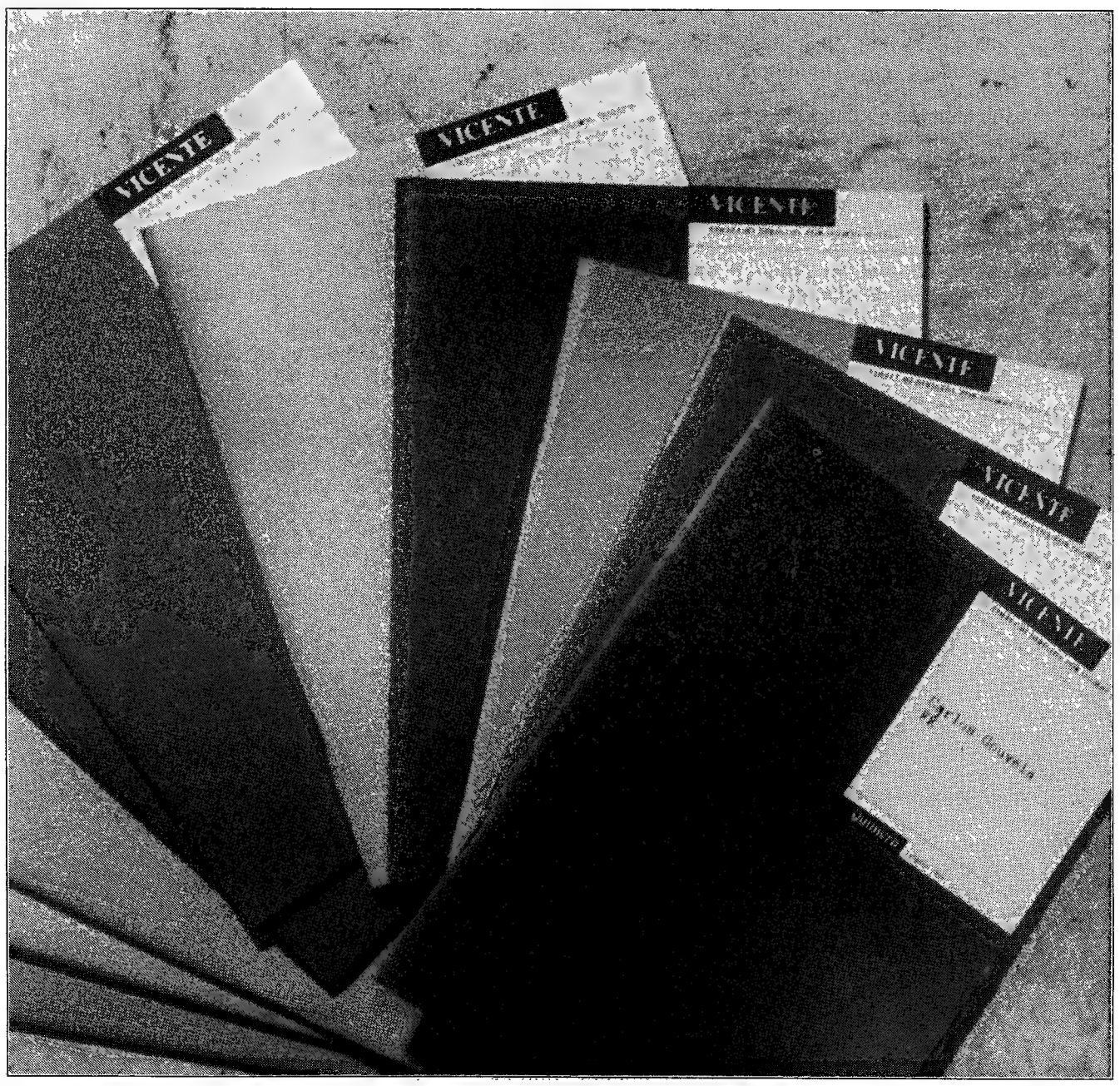
Este trabalho cooperativo dos «Cadernos Vicente» é assim algo de inovador como concepção, a prova de que as Ciências Humanas podem ser socializantes, como a escola (outra que não a que temos...) também.

Poder-se-ia ficar por aqui, mas seria resistir à tentação de uma última pergunta feita a Osório Mateus, homem de teatro. A pergunta é esta: «Qual o melhor actor vicentino português?» Eis a resposta... e a surpresa: «Toda a gente é capaz de representar Gil Vicente... até alguns actores.»

Rodrigues da Silva

«Cadernos Vicente», direcção de Osório Mateus, em equipa com José Camões, Margarida Vieira Mendes, João Nuno Sales, Teresa Castro Nunes, Graça Abreu, Maria Victoria Navas, Carlos Goûveia, Maria João Almeida, Cristina Firmino, Cristina Serôdio, João Dionísio, Ângela Correia e Alina Villalva, para as Caixas Azul e Violeta já publicadas, a última na semana passada. Quimera Editores, tiragem de 1500 exemplares, cada caixa 2000$00.

Gil Vicente ao alto do teatro... como lhe compete



Nasceu há cem anos. Em vida praticamente não vendeu, hoje os seus quadros não têm preço, ele é o pintor mais conhecido de sempre e a sua pátria -a Holanda- presta-lhe homenagem com duas exposições gigantes em Amesterdão e em Otterlo. Assinava simplesmente Vincent. Era Van Gogh...

Vincent...

Já se sabia, fala-se nisso por todo o lado. Os Países Baixos festejam em grande o centenário da morte do pintor com mais elevada cotação no mercado de arte: Van Gogh, que assinava Vincent, como que para estar mais próximo daqueles que, um dia, com ele comunicariam em frente dos seus retratos, dos seus girassóis e dos seus campos de trigo.

Vão ser inauguradas duas exposições, a das pinturas na Fundação de Amsterdão e a dos desenhos no Museu Kroller-Muller em Otterlo. Em Otterlo espera-se qualquer coisa como oitocentos mil visitantes e em Amesterdão cerca de seiscentos mil. Estas previsões correm o risco de ser ultrapassadas, porque Van Gogh tornou-se também - com o correr do tempo e com a sobrevalorização que os leilões têm trazido ao artista maldito - no pintor mais popular do mundo, do qual toda a gente conhece, pelo menos em parte, as desgraças, o mal-estar, para não dizer a loucura, que julgamos sentir perpassar na violência de certas pinceladas e no flamejar das cores. No fundo, uma loucura tranquilizadora, que garante a autenticidade da obra. Uma obra transparente, compreensível, tirada directamente da realidade (quer se trate de figuras humanas, de flores ou de paisagens), à qual podemos aderir sem nos preocuparmos com referências à história da arte e com tal carga emocional que põe o coração a bater mais forte dó que um trabalho saído da imaginação.

Mas será que, para além, das previstas e imparáveis batidas do coração, estas comemorações do Centenário reservam algumas surpresas? Poderemos hoje reencontrar Van Gogh e não simplesmente fazer-lhe uma visita? A estas perguntas, os holandeses certamente responderiam: «Claro. Venham e verão o Van Gogh de Arles, de Saint-Rémy e de Auvers. Constatarão que não chegam «Os Comedores de Batatas» para verdadeiramente se conhecerem os seus primeiros tempos de pintor». E provavelmente acrescentariam que, no que toca aos desenhos, eles constituem uma quantidade de esplendores desconhecidos, que atestam a formidável força criadora do seu grande pintor.

Geneviève Breerette
Serviço exclusivo «Le Monde» / «DL»
Tradução de Maria Otília Moreira

Retrato do artista por todos excepto por ele próprio

Apesar das aparências e de todo o alarido, o romance de Van Gogh é de invenção recente. História de uma mitologia artística e comercial. Quando morreu, há um século atrás, Vincent Van Gogh não era louco.

Os seus raros defensores celebravam o pintor e só o contragosto faziam alusão às suas perturbações mentais. Em Março de 1891, por ocasião do Salão dos Independentes, Octave Mirbeau rende-lhe homenagem: o seu artigo, o primeiro dedicado a Vincent a ser publicado num jornal diário, não diz uma palavra, nem a respeito do episódio de Arles, nem a respeito do suicídio. «Espírito inquieto, atormentado. pleno de inspirações vagas e ardentes», assinala Mirbeau. Mas o essencial não é isto. «Van Gogh tem, num grau raramente atingido, aquele que pelo qual um homem se diferencia de outro: o estilo. Numa multidão de quadros misturados uns com os outros, basta um rápido relance para que os nossos olhos reconheçam os de Van Gogh, da mesma forma que reconhecem os de Corot, de Manet, de Degas, de Monet ou de Monticelli (...).» Por outras palavras: Van Gogh foi um grande pintor entre outros grandes pintores. Um artista, não um herói nem um mártir. Ora Mirbeau não escreve isto por acaso: ele tem na sua colecção «Os Íris» e «Os Girassóis», os mesmos que, mais tarde, irão fazer subir em flecha a sua cotação.

Em Dezembro, as mesmas precauções quando o crítico Félix Fénéon descreve, com o vocabulário estético da época, as telas expostas na galeria Tanguy como «páginas de estável equilíbrio de luz, imbuídas de romantismo e de fantástico, em que a sensação se inscreve com um gesto de espontânea síntese». Ora Fénéon também «sabe». Tal como sabem todos os pintores e todos os críticos simbolistas e impressionistas. Ele sabe, mas considera que o que há de essencial em Van Gogh está nos seus quadros.

Dez anos mais tarde, em 1901, quando a exposição da galeria Bernheim-Jeune revela o pintor à geração dos Fauves, Mirbeau protesta contra a proliferação das lendas. Aos «místicos, simbolistas, ocultistas (...), pintores da alma (e) pobres patetas» que se aproveitam de Vincent, replica que «não há arte mais sã» e que o pintor tinha «mesmo um horror instintivo aos enigmas filosóficos, religiosos ou literários, a todos estes vagos intelectualismos em que se comprazem os impotentes (...)». Analisa o método de trabalho «científico» daquele que, a seus olhos, «não teve outra preocupação que não fosse a de ser um pintor». Arte «do mais elevado estilo», escreve igualmente Maurice Denis em 1909.

Como a maior parte dos artistas franceses de então, Denis admira o seu sentido da cor e a construção, libertando o essencial do motivo. «Estudo reflectido, premeditado» escreve ele a respeito do auto-retrato que possui. Nesse mesmo momento, o razoável Matisse analisa o cromatismo de Van Gogh em termos de japonesismo, de dissonâncias e de transposições, em suma, em termos picturais. Da exposição de 1901, Vlaminck retém que «é preciso pintar com cobaltos puros, vermelhões puros, véronèse puro»: ainda desta vez se trata de um problema técnico, problema profissional que Van Gogh põe nem melhor nem pior que Gauguin, Cézanne ou Seurat. Ele pertence à classe dos percursores e dos modernos, como Apollinaire não se cansa de repetir de cada vez que resume a genealogia de «avant-garde». Nesta lista, Van Gogh está ao lado de Corot, de Renoir e de Monet. Também aqui não existe qualquer menção à demência, que não atrai mais o poeta Apollinaire que o romancista Mirbeau. Apenas lhes interessa o pintor.

O Van Gogh louco nasce na Alemanha dez anos mais tarde, por volta de 1920. A sua primeira biografia surge em Munique, em 1910, assinada pelo crítico J. Meier-Graefe, que depois a romanceia em dois volumes publicados em 1921. Em 1922, Karl Jaspers publica em Berlim um ensaio de psiquiatria comparada, que põe em paralelo Van Gogh e Strindberg. «Le Progrès Médical» publica em 1926 dois artigos de V. Doiteau, intitulados sem rodeios «A Loucura de Van Gogh». Volta a escrever sobre o mesmo assunto em 1926 e em 1932, em colaboração com o doutor Leroy, médico-chefe do hospício de Saint-Rémy, onde Vincent esteve internado. Neurologistas e psicanalistas de todas as nações e de todos os credos mergulham deliciados no tema. Em 1927 aparece em Genéve uma tese de medicina e, em 1936, uma outra em Estrasburgo. O assunto cativa os surrealistas. Em 1930, Bataille publica na revista «Documents» um ensaio sobre «A mutilação em sacrifício e a orelha cortada de Vincent Van Gogh». Chegaríamos rapidamente à exaustão se fôssemos citar todos os artigos, brochuras, livros e hipóteses. A bibliografia reunida por John Rewald elabora uma lista de setenta trabalhos de inspiração médica ou psicanalítica, metade dos quais surgida entre 1922 e 1938. Entre eles contam-se freudianos japoneses, canadianos e ingleses, um discípulo de Jung valão, um especialista de epilepsia psicomotora, um teórico que quer à viva força que Théo e Vincent tenham revivido o drama de Abel e Caim e um exército de «decifradores» do sexual e do simbólico.

Daí para a frente, Van Gogh é um herói, um herói escandaloso. Nem sequer lhe falta um processo de falsificação quando, em 1930, rebenta o caso dos pseudo Van Gogh postos à venda pela galeria berlinense Wacker. J.B. de La Faille - autor do primeiro catálogo, publicado dois anos antes -, que os tinha autenticado com muita ligeireza, é obrigado a retratar-se e trz à luz uma «colecção» de cento e trinta e quatro falsificações - pelo menos -, das quais oitenta haviam sido sonsideradas autênticas pelo pintor (e antigo amigo de Vincent) Émile Bernard. A Imprensa delicia-se com estas revelações e entrevistas a nora de um amigo de Gauguin, que confessa sem dificuldade ter contribuído para a multiplicação dos autocarros de Vincent. Anos depois, La Faille reintegra algumas destas falsificações na segunda edição do seu catálogo: novos incidentes, nova polémica, que irá durar até aos anos 50.

Loucura do pintor, frenesim (já) do mercado. Em 1930 todos os elementos que constituem o mito estão no seu lugar. Resta apenas difundi-los e orquestrá-los, tarefa de que se encArregarão biógrafos e polígrafos.

Em 1924, o pioneiro Louis Piérard, deputado socialista belga, termina a sua «Vida Trágica de Vincent Van Gogh», várias vezes reeditada, apologia do Van Gogh de Borinage, santo dos humildes. Em 1934, data essencial para a «Van Gogh-mania», o romancista americano Irving Stone escreve «Lust for Life», «best-seller» absoluto da literatura de divulgação artística. Várias vezes reeditada nos Estados Unidos, a obra é traduzida em Copenhaga em 1935, em Berlim em 1936, em Paris e em Riga em 1938, em Helsínquia em 1939 e é retomada ao longo dos anos 40 e 50, ilustrada ou não, com inesgotável sucesso.

Intitulada em França «A Vida Apaixonada de Vincent Van Gogh», a obra ostenta uma aparência de verdade: Irving Stone teve a ideia de respigar da correspondência do pintor as réplicas que no livro lhe atribui e de se inspirar em memórias da época. Mas as cenas de Arles e do hospício de Saint-Rémy - histerias, visões, desmaios - impõem a figura de um demente ciclotímico à custa de imagens-choque. Só faltava um filme para que o mito se tornasse realidade: foi o que fez Vincent Minelli em 1956, com a ajuda de Kirk Douglas e de Anthony Quinn.

As outras biografias-romance inspiradas em Van Gogh não são mais recomendáveis, da hipotética «Pobre Vincent» à improvável «Flammenund Farben» («Chamas e Cores»). John Rewald contou catorze obras deste género, das quais três peças de teatro e um «São Vicente da Loucura da Cruz», cujo título é em si mesmo um êxito. Ainda se esqueceu de registar a melhor delas todas, as «Memórias de Dirk Raspe», começadas por Drieu de la Rochelle alguns meses antes de se suicidar. Nesta obra, o romancista disfarça-se de pintor para confessar os seus tormentos. O livro, semiacabado, evoca

O Museu Van Gogh em Amesterdão

a infância de Drieu, a estada de Vincent em Londres e no Borinage, os seus sofrimentos comuns... Por trás das frases aparecem os quadros: «Eu estava ruivo, tinha uma verdadeira cabeça de holandês, aparentemente não muito bem feita, talhada com dificuldade num material muito resistente e muito ingrato (...) Isto transformava-me numa figura entalhada: o machado tinha-se enterrado demais na madeira nodosa.»

O «suicida da sociedade»

Coincidência pouco fortuita: Drieu mata-se em Março de 1945 sem acabar o seu romance e, em 1947, por ocasião de uma retrospectiva na «Orangerie», Antonin Artaud escreve em poucos dias «Van Gogh, o Suicida da Sociedade», apoteóse da lenda do louco mártir que acaba assim: «Eu (...) não aguentarei mais que me digam - como já me tem acontecido tantas vezes - «Senhor Artaud, o senhor delira» sem cometer um crime. E Van Gogh ouviu dizer isso. E foi o que lhe formou na garganta o nó de sangue que o matou.»

A fim de demonstrar que Van Gogh pereceu vítima de uma maquinação geral, Artaud indica dois carrascos: Théo, o irmão e Gachet, o médico; eles teriam levado Vincent ao suicídio mais por incompreensão do que por maldade. De resto, é menos importante para Artaud provar a legitimidade da sua tese do que fazer de Van Gogh - e de si próprio - o protótipo do maldito, do artista necessariamente rejeitado «pela consciência bestial das massas». Van Gogh junta-se assim ao panteão dos condenados à morte da arte. «Os executores de Van Gogh existiram», escreve Artaud, «tal como existiram os de Gérard de Nerval, de Baudelaire, de Edgar Poe e de Lautréamont». Nesta matéria, Artaud não faz mais do que retomar um lugar comum do romantismo, o do visionário necessariamente incompreendido e insultado pelas multidões. Já em 1942 o autor alemão W. Nigg tinha equiparado Van Gogh a Kierkegaard, Dostoievski e Nietzsche, outros atormentados como ele. Artaud inscreve-se na mesma linha de pensamento. Stone e Minelli por um lado; Bataille, Drieu e Artaud por outro: o dispositivo simbólico estendeu o seu império das multidões ao «happy few». Leitores de romances populares, cinéfilos e avant-gardistas comungam da mesma reverência religiosa e os mais fervorosos da má consciência do carrasco. Van Gogh sofreu a brutalidade da sociedade: a título póstumo, obtém dela uma reparação sob a forma de álbuns, de catálogos em quadricromis e de leilões mirabolantes. Forma-se uma nova cristologia em redor do corpo do mártir, cristologia a que não faltam nem os óbolos dos milionários, nem as peregrinações a Arles e a Auvers, nem os textos santos (na ocorrência, a correspondência dos irmãos Van Gogh, de que se citam os fragmentos patéticos e não as longas dissertações sobre a técnica da pintura e do impressionalismo). Será preciso citar os pregadores que alimentaram o fogo do remorso e da adoração? Depois das imprecações de Antonin Artaud vieram o lirismo patético de Prévert em 1949 e as sentenças solenemente sibilinas de René Char, cujo «As Vizinhanças de Van Gogh» apareceu em 1985. Aos divulgadores do após-guerra, como Perruchot ou Marois, sucederam outros polígrafos que não escreveram nada de novo. Com todos os editores de arte - pelo menos em França - exigindo ter um Van Gogh no seu catálogo, o género não está ameaçado de extinção.

Como era de esperar, a preparação da exposição do centenário desenferrujou as canetas e as línguas. Foi assim que nos últimos tempos nos foi dado ler páginas de revistas verdadeiramente grotescas. Os esforços de alguns historiadores da arte como John Rewald e Bogomila Welsh-Ovcharov não conseguiram alterar a situação, impotentes para contrabalançar uma mitologia que aproveita aos vendilhões do templo, intermediários que continuamente fazem subir a cotação de Van Gogh, aos editores de postais ilustrados, aos conferencistas mundanos e aos organizadores de viagens em grupo. Vincent Van Gogh é um excelente produto cujo comércio faz multiplicar dólares, yens e florins.

Em 1891, temendo que a reputação de exaltado do pintor prejudicasse e a sua obra e a dos seus camaradas, Gauguin escrevia a Émile Bernard: «Dada a estupidez do público, é totalmente extemporâneo recordar Van Gogh e a sua loucura no momento em que o irmão está exactamente na mesma. Já muita gente diz que a nossa pintura é loucura. É fazermos mal a nós próprios sem fazer bem a Vincent (...) É idiota.» Gauguin só tinha esquecido um detalhe: é que, «dada a estupidez do público» e o cinismo dos negociantes, a loucura vende-se muito melhor do que a pintura.

Philippe Dagent
Serviço Exclusivo «Le Monde»/«DL»
Tradução de Maria Otília Moreira

Vincent-Théo: O preço da dependência

Théo, o irmão dedicado, negociante de quadros, não conseguiu «empurrar» a obra de Vincent. Durante a vida do pintor, uma única tela sua foi vendida: «A Vinha Vermelha».

A família Van Gogh tinha as duas especialidades: a pregação e a arte. O pai de Vincent era pastor. Dois tios eram negociantes de quadros, um em Amsterdam e outro, que também se chamava Vincent Van Gogh, em Haia, onde o seu armazém se tinha transformado numa das sucursais da grande casa Goupil, de Paris.

Finalmente, havia o primo Mauve, Anton Mauve, que era um dos pintores da escola de Haia. Antes de se decidir pela pintura, o jovem Vincent , o mais velho da família, tinha de tentar as duas vias: a do comércio da arte e a das boas palavras. Sem êxito. É facto conhecido, ele era a ovelha ranhosa da família. Como empregado de negociantes de quadros, trabalhou na galeria de Haia, foi enviado para a sucursal de Londres, depois para Paris e novamente para Londres, antes de apresentar a sua demissão em 1876 por falta de zelo. Pregador de Borinage será demasiado. O artista aprenderá com estas duas experiências: fará da pintura um apostolado e detestará os negociantes de quadros. Excepto Théo, o irmão, o confidente, o mecenas.

Théo, mais novo que Vincent quatro anos, tinha seguido o filão, também ele recomendado pelo tio Cent (Vincent). Tinha passado da casa Goupil de Bruxelles para a de Paris, onde até à sua morte dirigiu a filial do boulevard Montmartre. E onde - contrariando o gosto dos donos da galeria, agora galeria Boussod, Valadon e Cª - se empenhou em defender como podia, não só Corot e os pintores de Barbizon, como também os impressionistas, embora a galeria estivesse mais voltada para a pintura académica (Gérôme era o género da Goupil).

De Van Gogh sabe-se tudo e nada se sabe através da correspondência com que de longe invadia a vida de Théo. Deste último, é claro, ainda se sabe menos. E espantamo-nos facilmente com o facto de ele nunca ter conseguido «empurrar» a pintura deste irmão a quem era tão devotado, que ajudava financeiramente tanto quanto podia e ao qual não sobreviverá.

Sabe-se todavia (nomeadamente através de um estudo de John Rewald), que Théo não era mais «comerciante» que Vincent, que estava ao lado dos artistas, que, embora falasse muito bem de pintura, não forçava o cliente. Que estava em posição difícil relativamente aos patrões. É legítimo supôr também que ele sabia perfeitamente (tal como Vincent) que nessa altura a pintura de seu irmão era invendável. Primeiro, porque se tratava da pintura de um principiante trabalhando os betumes que Théo, de resto, todo virado para a sua descoberta dos impressionistas, não apreciava grandemente. Depois será a pintura de um iluminado, se não mesmo a de um louco: não foram poucos os pintores, mesmo de entre os amigos, que o pensaram desde o período parisiense de Van Gogh; que produzia a um ritmo cada vez mais acelerado, sob pressão a um ritmo de criação que o mercado não podia absorver. E os quadros de Vincent acumulavam-se no apartamento do bom do Théo, que teve de alugar um quarto no Père Tanguy para os armazenar.

De resto, o mercado da arte não andava muito bem nos anos 80, sacudido por crises financeiras, de tal forma que o principal negociante dos impressionistas, o próprio Durand- Ruel estava com dificuldades (ele reconheceu mais tarde que, em 1884, tinha um milhão de dívidas). A cotação da jovem pintura ainda era frágil e, embora Degas e Monet estivessem lançados, o preço das suas obras era muito modesto comparado com o das obras cdos pintores académicos.

Não falando de Vincent! Não falando de Gauguin, o «sintético»! Não falando de Pissarro tornado divisionista! Para não falar senão destes três, pintores muito próximos de Théo, que aliás conseguiu vender Pissarro e Gauguin melhor que Vincent, que, apesar de tudo, esteve menos necessitado visto que Théo lhe mandava dinheiro.

Produzir como artista livre

Vincent tinha aceitado esta dependência financeira desde o princípio dos anos 80, quando tomou a decisão de ser pintor, porque não podia fazer de outra maneira. Théo tinha-lhe feito chegar 50 francos às mãos. «Pois bem, aceitei-os. Evidentemente que os aceitei a contragosto e com um sentimento de grande melancolia, mas estou numa espécie de beco sem saída, o que é que eu posso fazer?» (Julho de 1880). Mas a situação começou a pesar-lhe cada vez mais, sobretudo nos últimos anos, quando Théo tinha uma família para sustentar. Todavia o pintor tinha tentado acomodar-se, associando estreitamente o irmão à sua obra. «E digo-te eu: pintemos e produzamos em abundância e sejamos nós mesmos com os nossos defeitos e as nossas qualidade; e digo «nós» porque o dinheiro que vem de ti, este dinheiro que eu sei que não te importas de ganhar para mim, te dá o direito, no caso de qualquer coisa de bom saír do meu trabalho, de considerar que metade é tua própria criação.» Ele escrevia isto em Nuenen e repeti-lo-à vezes sem conta, até na carta que tinha consigo no dia em que morreu, a 29 de Julho de 1890. «Volto a dizer-te que eu hei-de sempre considerar-te mais do que um simples vendedor de Corot, que, por meu intermédio, tu tens a tua quota parte na própria produção de certas telas, que mesmo na derrota mantêm a sua calma».

Vincent, que equiparava «a singular traficância dos preços da pintura ao tráfico das tulipas no fim do século passado», desprezava os negociantes. Houve mesmo uma altura em que ele quis que o irmão deixasse esta profissão e se tornasse pintor ou que pelo menos pintasse «para ser verdadeiramente um conhecedor de arte». Ou então que deixasse Boussot e Valadon para se pôr ao seu serviço. Tal como outros criadores, ele terá sempre a sensação de que se especule nas suas costas. Tal como outros e para outros, ele pensa em soluções que libertem os pintores das novas configurações do comércio da arte e desta nova situação do artista, que, liberto das estruturas académicas, se torna dependente do mercado.

De facto, Vincent, pensando primeiro em Barbizon e talvez nas comunidades místicas dos pré-rafaelistas, depois nos falanstérios anarquistas, sempre sonhou com a vida comunitária, de «entente cordiale» entre artistas, de partilha dos ateliers e dos meios de produção. O projecto do Atelier du Midi, em Arles, para o qual tentou arrastar Gauguin e que redundou em catástrofe (o episódio da orelha cortada, depois de tantas discussões tempestuosas com o amigo, que estava lá porque também estava sem um tostão e tinha mais vontade de agradar a Théo que a Vincent), era parte deste sonho. Um sonho que lhe permitiria saír do seu isolamento e servir a grande causa da pintura, fazendo de resto, modestamente, de Gauguin o futuro patrão do atelier. E que lhe permitiria também tranquilizar Théo, enquanto esperava a chegada de Gauguin: «Para mim, quero duas coisas, quero que Gauguin tenha a sua paz e a sua tranquilidade para produzir e respirar cono artista livre. Se eu recuperar o dinheiro dispendido e que tu há anos me emprestaste, nós aumentaremos as coisas e procuraremos criar um atelier da renascença e não da decadência.

Estou convencido de que conseguiremos que Gauguin fique connosco sem prejuízo para qualquer das partes. Só associando-nos assim conseguiremos mais do que cada um de per si e a união fará a força (...) contra as fatalidades de dinheiro e de saúde.»

Geneviève Breerette
Serviço «Le Monde»/ «DL»
Tradução de Maria Otília Moreira

Novo manual de Português editado na China

Um novo manual de iniciação à língua portuguesa acaba de ser publicado por uma editora de Pequim, com base no trabalho de um professor de Xangai, segundo um despacho da agência Lusa, directamente da capital chinesa.

«Pu tao ya hui hua», ou «Como aprender a falar português», é da autoria de Shao Heng Zhang, professor do Instituto de Línguas Estrangeiras da Universidade de Xangai e que neste momento se encontra a frequentar um curso de Educação Física na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Vila Real.

O novo manual é dividido em cinco partes (texto, vocabulário, notas, expressões correntes e vocabulário complementar) e segue a forma escrita e pronúncia portuguesas, com algumas anotações sobre brasileirismos.

Trata-se do segundo trabalho deste tipo editado em menos de um ano na China - um outro, da autoria de Wang Zeng Yang, intitulado «Lições de Português Elementar», apareceu ao público no final do ano passado, numa edição patrocinada pelo Instituto Cultural de Macau.

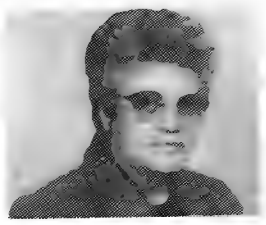
Shao Zhang agradece, no prefácio do seu manual, aos portugueses Carvalho Araújo e Ana Camarinha e à brasileira Leida Cabicuza, antigos profesores em Xangai, pela colaboração prestada.

A língua portuguesa é ensinada aos chineses em Pequim e Cantão, com a supervisão de leitores portugueses do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, mas há cursos, noutras cidades, que incluem a opção do idioma português.

Menina luso-alemã vence concurso de violino na RFA

Manuela Belchior, uma menina portuguesa de 10 anos, venceu recentemente em Münster, na República Federal da Alemanha, um concurso de violino. Há cerca de mês e meio, segundo a edição de hoje do Diário de Notícias, a pequena Manuela (filha de pai português e de mãe alemã) ganhara outra prova regional, que decorreu no Conservatório de Colónia.

No concurso de Münster (em que Manuela Belchior interpretou a primeira parte do concerto para violino em sol maior de Haydn, a sonata prima de Francesco Maria Veracini e a sonata nº 1 de Genzmer), participaram quinze concorrentes: uma russa, uma japonesa, doze alemãs e a nossa jovem compatriota.



ARMINDA DA GRAÇA ESTEVES

FALECEU

Seu marido, e filho cumprem o doloroso dever de participar o falecimento da sua muito querida mulher e mãe e que o seu funeral se realiza amanhã pelas **10.30** horas para o Cemitério do Lumiar, com missa de corpo presente às 10 horas na Igreja de Santo Condestável.

Com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, da SEC e da RTP, Lisboa integra o grupo de dez cidades que vão acolher um programa decidido no decorrer da Conferência de Ministros Europeus para a Cultura, presidida por Jack Lang, no passado mês de Novembro, em Blois, durante a presidência francesa do Conselho da Europa

Viveiros para jovens artistas

Acontece que a "Eurocréation", agência francesa de incentivo à jovem criação, lançou este ano um programa original, denominado «Viveiros Europeus para Jovens Artistas», com o apoio de Ministérios da Cultura, da Comissão das Comunidades Europeias e da Unesco.

Implantados em diferentes cidades da Europa com uma especialidade artística ligada ao seu ambiente cultural, os «Viveiros» são locais de criação propícios ao desabrochar artístico do jovem artista e simultaneamente um meio de promoção profissional à escala europeia.

Durante a estada nos «Viveiros» (com uma duração máxima de seis meses) a cidade oferece ao artista as condições materiais e profissionais necessárias, beneficiando ainda de uma Bolsa de Criação (entre 4 mil a 14 mil ecus) para a realização do seu projecto artístico.

O tempo passado na cidade que o acolhe permitirá também ao artista integrar-se no ambiente cultural e artístico da respectiva região, encontar-se com outros criadores e profissionais dos sectores cultural e económico, bem como confrontar a sua experiência e o seu trabalho. Todos os jovens artistas entre os 20 e os 35 anos, residentes num dos países de acolhimento dos «Viveiros», podem apresentar a sua candidatura com base num projecto concreto de criação.

A selecção será feita em dois tempos: uma antena de pré-selecção aprecia, por país, os seus candidatos, após o que um júri internacional composto por criadores, críticos e profissionais experimentados, estabelecerá a lista final dos contemplados.

Para o primeiro ano, a rede cobrirá seis países, representando dez viveiros, que acolherão quarenta jovens artistas europeus a partir de 1 de Outubro de 1990. A saber:

França - Béthune: escultura, pintura, instalações com uso de fotografia; Grenoble: artes plásticas; Marselha: imagem, som e novas tecnologias; Niort: arte e meio paisagístico.

Itália - Nápoles: foto-reportagem.

Jack Lang

Alçada Baptista

Luxemburgo: argumentos (filmes e telefilmes).

Reino Unido - Glasgow: artes plásticas.

República Federal da Alemanha - Dortmund: arte e ambiente, instalações; Frankfurt: novos media e vídeo.

Portugal - Lisboa: argumentos (produtos curtos para televisão).

A data limite para a apresentação das candidaturas aponta para o dia 15 de Maio próximo e, para mais informações, os interessados deverão contactar a Meribérica R. P. (Rita Carneiro/Catherine Ludovice), através dos telefones 3520809 ou 3524903.

A participação portuguesa

Com o apoio - já referido - da Câmara Municipal de Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura e RTP, a capital portuguesa faz parte das dez cidades onde funcionarão os «Viveiros Europeus para Jovens Artistas».

Tal facto permite, desde já, que jovens portugueses, artistas criadores em qualquer das especialidades escolhidas pelas outras nove cidades, se candidatem a uma bolsa de criação neste ano de 1990.

As respectivas candidaturas, cujos dossiers ou outros esclarecimentos poderão a partir de agora ser solicitados à Meribérica, tal como já foi dito, deverão ser entregues até 15 de Maio.

A selecção far-se-á em duas fases:

- Por um júri nacional, constituído sob a orientação do conselheiro artístico, cargo ocupado em Portugal por António Alçada Baptista, do qual deverão sair um máximo de quarenta projectos que respeitem os critérios definidos.

- Por um júri europeu, constituído por personalidades de valor internacionalmente reconhecido, nos domínios considerados para os vários «Viveiros».

Na primeira quinzena de Julho será anunciado o grupo de jovens artistas, os respectivos projectos e cidades onde os desenvolverão. Em 1 de Outubro, finalmente, dar-se-á início às estadias nos dez viveiros europeus.

A área escolhida para Lisboa prende-se com um tema de grande actualidade e de enorme interesse a nível nacional e europeu, ou seja a criação de argumentos para televisão, desde os filmes curtos de 30 segundos, até às séries e documentários.

«Viveiros Europeus para Jovens Artistas» conta com o apoio do Ministério francês da Cultura, da Secretaria de Estado francesa para a Juventude e Desportos, da Comissão da Comunidade Europeia, da Unesco, do Fundo Internacional para a Promoção da Cultura, da Fundação Europeia da Cultura e da Caixa de Depósitos de França.

LIVRO ABERTO

«A Mala dos Marx Brothers», João Camilo

A roda do alheio

Acontece, muitas vezes, que um homem se senta a uma mesa. Mas não está sentado em silêncio, meditando nisto e naquilo: o vento sopra lá fora, ouve-se, é uma presença. Surge a tarde, entra o sol, e o homem refugia-se na parede mais afastada. Uma criança, com o vento, agita-se muito ao longe - e é filho do homem que se sentou à mesa. Há, no homem, uma lembrança desse filho. Tudo se funde - e um momento há em que pai e filho se abraçam em pensamento. E o homem, que se sentara a uma mesa, sente que o espírito se expande...

Pode admitir-se, em princípio, que esta prosa, assim tão límpida, já alguma emoção nos comunica. Sucede, no entanto, que o homem que se sentou a uma mesa é um poeta - e se apossou daquela situação nos seguintes termos:

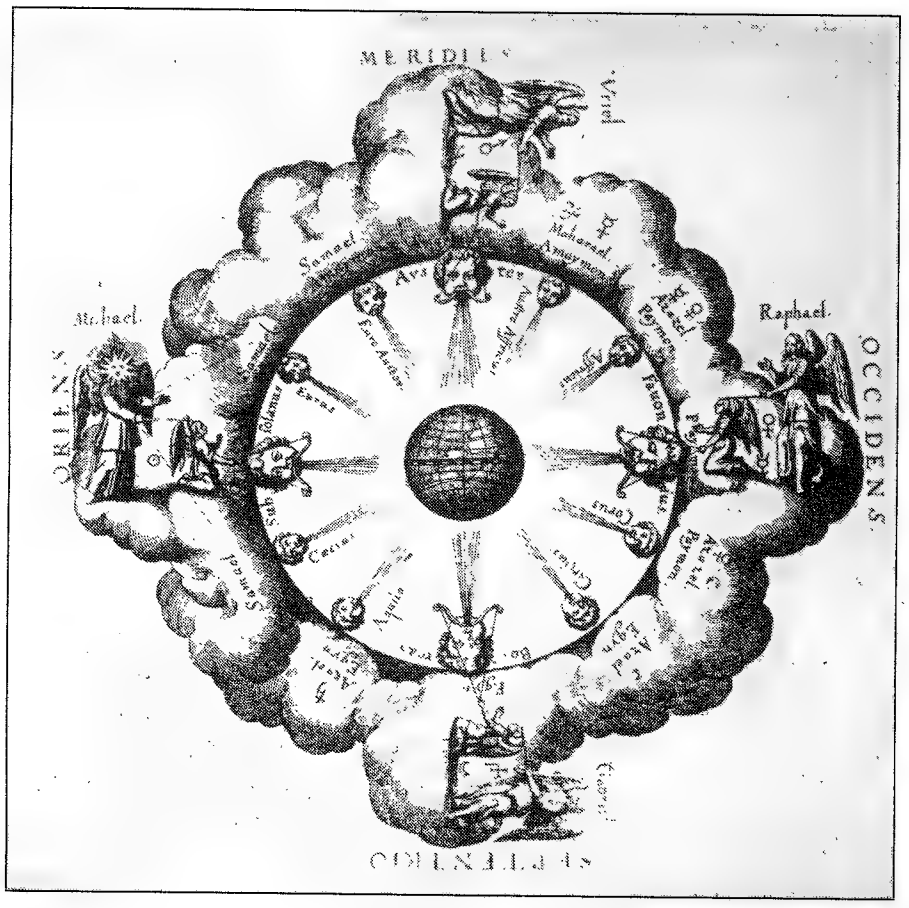
Sentei-me na frente da mesa branca. / Ouvia o vento lá fora: vinha do lado esquerdo, / soprava do lado do sol que me batia nas pernas. / Com o andar da tarde os meus olhos, feridos / pela claridade, afastavam-se para o fundo da sala. / Vento infantil, que mexia as mãos devagar, com o despropósito / de uma criança (o meu filho ausente): vento tímido, / mesmo na violência com que abanava os ramos dos pinheiros. / Não se feria nas agulhas verdes; imitava o ruído / das ondas no mar. Eu, se era para mim que ele falava, / devia dar-me conta de que vinha de longe, tinha experiência: / conhecera e vivera antes de se aproximar de mim. / Na tarde de setembro eu e ele estámos atentos, / pensávamos em silêncio nas folhas dos plátanos / que começavam a amarelecer. A paz / interior deixava-me ouvi-lo e o meu espírito, / sem inquietação, crescia sobre si mesmo, longe / dos homens.

Este poema, extraído de «A Mala dos Marx Brothers», de João Camilo (Caminho de Poesia), só a um espírito desatento pode apresentar-se como insípido. Na verdade, é um poema tão rico de apreensão, tão multifacetado de sensibilidade, tão fino de subtilezas, que, numa análise embora ligeira, nos impõe, para explicitação, uma série de alíneas:

a) *Branca* - essa é a cor da mesa a que o homem se senta. Uma tonalidade que nos transmite uma solidão objectiva, tocável, de madeira, na qual se pode bater, mas que resiste, *está*, sendo a um tempo amparo e agressão.

b) *Sol que me batia nas pernas* - um apelo, por conseguinte, vindo do exterior, e que, em tão poucas palavras, nos proporciona o *todo* que nós somos, mesmo que nesse todo esteja incluído o intocável que dá pelo nome de *solidão*.

c) *o fundo da sala* - o súbito facto de um emparedamento, afunilado, de uma tão seca geometria que o leitor se enviesa, de maneira seca, até ao âmago do poema lido.



d) *Vento infantil* - um elemento que, num repente, confere movimento e formas ao um ambiente cerrado até à máxima expressão.

e) *Na tarde de Setembro* - eis o tempo, para além do calendário, que impregna por completo o sentimento de que o homem, sentado à mesa branca, se encontra possuído.

f) *nas folhas dos plátanos* - um tom amarelo futuro que, ondulando, tende para o fim do poema.

g) *longe / dos homens* - a ilação que se extrai de todo o poema, metamorfose, autêntica ou não, de João Camilo.

Exacto: metamorfose, autêntica ou não, do poeta de «A Malta dos Marx Brothers», através do poema intitulado "Vento Infantil": um poema que se insere, se não autêntico, no que os sentidos captam na roda do alheio - e, se autêntico, subtil se imiscui também na roda do alheio que somos todos nós.

Pedro Alvim

Sophia

A poesia não me pede propriamente uma especialização pois a sua arte é uma arte do ser. Também não é tempo ou trabalho o que a poesia me pede. Nem me pede uma ciência nem uma estética nem uma teoria. Pede-me antes a inteireza do meu ser, uma consciência mais funda do que a minha inteligência, uma fidelidade mais pura do que aquela que eu posso controlar. Pede-me uma intransigência sem lacuna. Pede-me que arranque da minha vida que se quebra, gasta, corrompe e dilui uma túnica sem costura. Pede-me que viva atenta como uma antena, pede-me que viva sempre, que nunca me esqueça. Pede-me uma obstinação sem tréguas, densa e compacta.

Pois a poesia é a minha explicação com o universo, a minha convivência com as coisas, a minha participação no real, o meu encontro com as vozes e as imagens. Por isso o poema não fala duma vida real mas sim duma vida concreta: ângulo da janela, ressonância das ruas, das cidades e dos quartos, sombra dos muros, aparição dos rostos, silêncio, distância e brilho das estrelas, respiração da noite, perfume da tília e do orégão.

É esta relação com o universo que define o poema como poema, como obra de criação poética. Quando há apenas relação com uma matéria há apenas artesanato.

É o artesanato que pede especialização, ciência, trabalho, tempo e uma estética. Todo o poeta, todo o artista é artesão de uma linguagem. Mas o artesanato das artes poéticas não nasce de si mesmo, isto é da relação com uma matéria, como nas artes artesanais. O artesanato das artes poéticas nasce da própria poesia à qual está consubstancialmente unido. Se um poeta diz «obscuro», «amplo», «barco», «pedra» é porque estas palavras nomeiam a sua visão do mundo, a sua ligação com as coisas. Não foram escolhidas esteticamente pela sua beleza, foram escolhidas pela sua realidade, pela sua necessidade, pelo seu poder poético de estabelecer uma aliança. E é da obstinação sem tréguas que a poesia exige que nasce o «obstinado rigor» do poema. O verso é denso, tenso como um arco, exactamente dito, porque os dias foram densos, tensos como arcos, exactamente vividos. O equilíbrio das palavras entre si é o equilíbrio dos momentos entre si.

E no quadro sensível do poema vejo para onde vou, reconheço o meu caminho, o meu reino, a minha vida.

(Texto extraído de «Geografia», Sophia de Mello Breyner Andresen, Edições Salamandra, 1990. Oito partes: "Igrina", "Proceláría", "A Noite e A Casa", "Dual", "Mediterrâneo", "Brasil ou do Outro Lado do Mar", "No Poema" e "Arte Poética" - I e II. Inserto nesta página "Arte Poética - II". - Capa de Marta Figueiredo.)

SPA: protocolo com a Universidade Aberta

A Sociedade Portuguesa de Autores e a Universidade Aberta acabam de celebrar um protocolo de caractérísticas inéditas, cujas cláusulas asseguram o integral respeito dos direitos autorais ao nível do ensino à distância.

A Universidade Aberta compromete-se, designadamente, a formalizar o processo de encomenda de trabalhos destinados a publicação própria, para fins educacionais, a autores, sejam eles membros ou não da SPA, sob forma de contrato escrito, cuja minuta submeterá, no tocante aos primeiros, à aprocação daquela Sociedade.

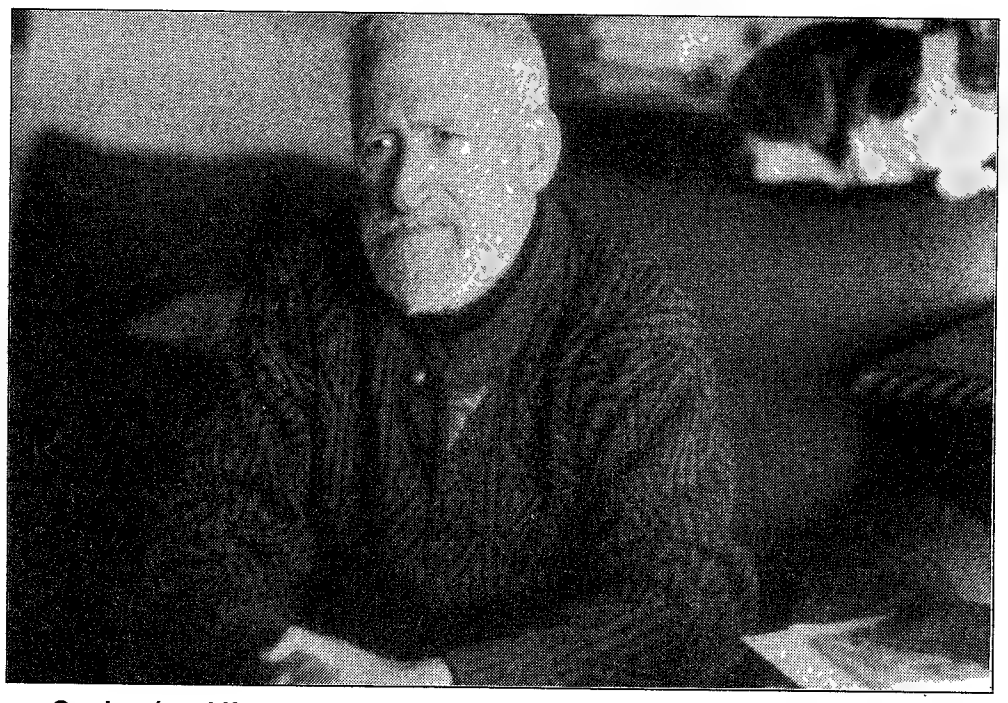
Aquela instituição de ensino à distância irá pagar à SPA uma quantia anual pela duração do presente protocolo, a título de compensaçãppela dispensa, que expressamente é concedidda pela Sociedade, do pagamento da comissão estatuária por parte dos representados, em relação à remuneração que lhes for atribuída pela autoria das obras encomendadas pela Universidade Aberta ou por esta reproduzidas ou transcritas em publicações da sua iniciativa e responsabilidade.

O protocolo, válido por três anos, estabelece ainda a intervenção da Sociedade Portuguesa de Autores, como intermediária, entre a Universidade Aberta e demais associações e organmizações nacionais ou estrangeiras constituídas para gestão de direito de autor.

Dois livros de Agostinho da Silva

Em vez de dizer-se que Agostinho da Silva «está em moda» (como já lemos algures), talvez se devesse dizer que Agostinho da Silva está em título.

Exactamente: na altura em que estávamos a fechar esta página, chegaram-nos da Ulmeiro dois livros daquele professor: «Vida de Miguel Ângelo» e «Vida de Pasteur». Ambos foram escritos na década de quarenta e mantêm a mesma essência pedagógica que naquela época a crítica neles detectou. Dois livros, duas interpretações - e daí, por conseguinte, o seu interesse. Livros embora de divulgação, são enriquecidos pelo saber global (e sempre polémico) de Agostinho da Silva.



O saber é multiforme. Por exemplo: quantas patas tem um gato...? De barriga para o ar, quatro; visto de frente, duas; outras tantas, visto de trás; visto de um lado, duas; duas também, se visto do outro lado; três, se visto em diagonal... Enfim - o saber é mesmo multiforme

As cruzadas contra o falso

Copiar objectos de luxo é um negócio

Mais do que nunca as marcas exercem uma atracção muito forte sobre o consumidor que valoriza a aparência. Não interessa o que se é, mas o que se aparenta ser. A ambivalência da moda, comprometida com um discurso, está sempre presente. Se, por um lado, igualiza também pode funcionar como princípio de demarcação. Se o *look* distingue, a moda da moda confunde porque se propaga no tecido social, enquanto símbolo do consumo. Quem não pode ter um Rolex autêntico adquire uma cópia e faz um vistaço. Daí que proliferem, no mercado, as imitações dos objectos de luxo, o que acarreta prejuizos para a imagem do modelo reproduzido até ao cúmulo da saturação. Obviamente que a marca Lacoste, banalizada ao ponto de ser vendida, ao monte, no chão de qualquer feira, caíu no descrédito. Para os que pretendem diferenciar-se, afirmando um estatuto social, o crocodilo de rabo alçado representa uma etiqueta conotada com a vulgaridade periférica. Para evitar confusões indesejáveis convém bani-lo das camisolas. Crocodilos só no Jardim Zoológico.

Justifica-se, portanto, que as marcas de prestígio zelem pelos seus interesses, sintam necessidade de pôr cobro ao desaforo que é o negócio do falso. Cruzadas estas, cujo resultado não se revela particularmente eficaz, pois, segundo as estimativas, a contrafacção afecta todos os sectores económicos e atinge uma proporção inquietante, interferindo no caminho das grandes marcas exportadoras. Assim, a indústria francesa de perfumaria avalia as suas perdas em 10% sobre o montante das vendas anuais. Quanto à relojoaria suiça, outra vítima privilegiada, sofre um rombo na ordem do milhão de francos. Mas a apropiação abusiva das ideias, do talento, da autoria, não se cinge apenas ao campo do vestuário e acessórios, tal pilhagem abrange também outras áreas, constituindo uma espécie de vírus que ataca o organismo produtivo. O falso alastra no território dos equipamentos eléctricos, dos pesticidas, da indústria farmacêutica, dos audiovisuais e chega a introduzir-se no espaço do fabrico de peças para automóveis e aviões.

Um Rolex de verdade

Nem sempre o crocodilo merece crédito

Sem dúvida que a mala Vuitton é autêntica

Fotos Rui Vasco

Os óculos preferidos do polícia americano

A táctica do polvo

Fenómeno incontrolável e selvagem, prospera em países como Taiwan, Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura, Filipinas e Tailândia, embora não seja de desprezar o incremento que começa a ter no Egipto, Chipre, Grécia, Marrocos, Turquia e Brasil. Assume a táctica do polvo que, ao espreguiçar-se, estende os tentáculos às desatentas presas. Na verdade, foi descoberta a prática da imitação em mais de 60 países, a uma escala desmesurada, o que não exclui, rendemo-nos à evidência, a sua operância no conjunto dos países desenvolvidos, caso dos Estados Unidos, Japão e, ainda, em alguns países do Mercado Comum.

Certas empresas despendem, no combate contra a fraude, perto de 5% do seu volume de negócios. Montando uma estratégia defensiva, sustentam uma rede de detectives e de advogados que se move com vista a obter provas que conduzem ao processo jurídico. De acordo com as informações da Trade Comission, as empresas americanas destinam, actualmente, 20 milhões de dólares, a essa finalidade. «Para além do desembolso de dinheiro está em causa a nossa reputação», diz a responsável portuguesa da Vuitton. Com efeito, a circulação, no mercado, de cópias, mais ou menos perfeitas, afugenta-lhes a clientela, mina a confiança numa marca que paga fortunas aos melhores *designers*.

Essa praga do falso, contamina mesmo sectores que deveriam estar acima de qualquer suspeita. Quem imaginaria que os 600 helicópetros Sikorski, fornecidos à OTAN, tinham peças contrafeitas ou que o café do Kénia não era café à sério? Os Estados Unidos, por exemplo, viram-se obrigados a substituir, em 266 hospitais, uma quantidade de aparelhos relacionados com a recuperação de cardíacos e de retirar do mercado um milhão de pílulas anticoncepcionais que, evidentemente, se mostravam inoperantes. Também, na Alemanha, se comercializaram falsos medicamentos para diabéticos, o que não tem graça nenhuma, é a saúde das pessoas que está em jogo.

Concorrência desleal

Argumentam, com razão, as empresas lesadas, ao procederem a um balanço dos danos, que a contrafacção, se traduz em «menos vendas, menos lucros e menos empregos», chamando ainda a atenção para o facto de subsistir graças ao trabalho "negro" e à evasão fiscal. Escudam-se na lógica de que «face aos novos países industrializados, à custa da mão-de-obra barata, não podemos manter o nível dos nossos salários e nem sequer proteger os empregos». Outro problema gerado pela concorrência desleal. Se encararmos a coisa, sob outra perspectiva, concluímos que tudo isto deriva do "laisser-faire", do salve-se quem puder, filosofia reinante no planeta em que vivemos. Sem dúvida que há leis e tratados comerciais, todavia nem sempre são respeitadas.

Perante o agravamento do panorama, fundaram-se associações de defesa das marcas e alguns países, com a faca apontada ao peito, endureceram em matéria de legislação. É o que sucede nos Estados Unidos, onde a posse e a distribuição de produtos falsos foram classificados de crime, passível de ser punido com multas de 250 mil dólares e de penas que vão até cinco anos de prisão. Se o prevaricador fôr uma empresa, então o delito será punido com uma multa que ronda o milhão de dólares. Inadmissível o recurso, ao contrário do que acontece em França que facilita, aos fabricantes, esse meio de se furtarem às penas.

Claro que não faltam maneiras de contornar a questão, de escapar ao castigo previsto na lei. Logo que se vêem apertados, os falsários experientes mergulham na clandestinidade ou declaram falência, uma situação transitória porque, posteriormente, voltam a emergir confiantes na vinda de uma providencial amnistia. É o que se passa na Itália. A polícia actua com severidade, depois a máquina burocrática emperra o andamento dos processos e, finalmente, os sucessivos governos, decorrentes da instabilidade política, decidem decretar a amnistia. Entretanto, uma iniciativa americana, apoiada pelo Japão, CEE, Suiça e Canadá, visa «estabelecer um quadro disciplinar relativo ao comércio internacional das mercadorias contrafeitas». Trata-se de um dispositivo que garante aos titulares o direito de propiedade intelectual. Exige o reforço dos controles alfandegários, medida imprescindível para travar o passeio dos produtos falsificados. Está em vigor, desde Janeiro de 1988, no Mercado Comum, um regulamento que permite fiscalizar as importações, provenientes dos países do Terceiro Mundo. A pedido da proprietária da marca imitada, as autoridades fronteiriças podem bloquear a entrada das mercadorias duvidosas, até que os tribunais mandem confiscá-las ou destruí-las. À partida, a contrafacção só pode vingar com a cumplicidade activa ou passiva das autoridades nacionais. Melhor dito: com suborno. Hipótese perfeitamente possível.

Em flagrante delito

A Louis Vuitton, empresa com um século de história, empenhou-se a fundo na guerra contra os seus imitadores. Dispõe de uma equipa de quatro juristas, na direcção, e de 120 advogados, espalhados pelo mundo inteiro, que não dão tréguas à contrafacção, no rasto da qual lançam detectives que procuram munir-se de provas fotográficas e do próprio objecto do crime.Tentam, nas fontes de origem, recolher os flagrantes. A firma, ainda longe de cantar vitória, já conseguiu fechar, mediante acção judicial, uma fábrica do Norte especializada na feitura de artigos Vuitton. Bastante parecidas com as genuínas, as peças entravam no mercado a um preço acessível, o que se traduzia num vantagem aliciante para o consumidor. No respeitante ao facto dos compradores saberem ou não se a marca era autêntica, averiguámos que muitos se portavam com a maior das inocências. Deduziam que, se mercadoria estava exposta numa loja respeitável e com bom aspecto, não havia motivo para equívocos.

Satisfeitos, os perseguidores de pechinchas, divertem-se a mostrar aos amigos o relógio Cartier ou os óculos Ray-Ban comprados nos meandros do contrabando. Acham que pertencem à categoria dos espertos, ostentam uma segurança inebalável. São cérebros que não questionam a incasualidade de um Rolex verdadeiro custar 260 contos, cem vezes mais do que o falso. Mas trata-se de outra história, de outro filme... talvez até do género cómico.

Lourdes Féria

***Luísa Vieira** veste um curioso* tailleur *da autoria de Rui Campos, jovem estilista contemplado com dois prémios, cuja participação no Fórum de Moda, espaço reservado aos costureiros, está garantida. Ali terá oportunidade de apresentar a sua colecção para o próximo Outono-Inverno, à qual pertence este modelo que a foto mostra. Muito cingido ao corpo, o fato distingue-se pela forma como o criador trabalhou a saia e as mangas do casaco. Ambas as peças comportam ainda um debrum, laboriosamente recortado, constituindo uma espécie de efeito floral.*

Nova revista de «Artes Plásticas»

Afonso Almeida Brandão, que desempenhou o cargo de chefe de redacção da extinta revista «Artista», é o nome anunciado para a mesma responsabilidade na «Artes Plásticas», a lançar já em Junho.

Como o título indica, a neófita vocaciona-se para "a divulgação e notícia de tudo o que vem sendo feito entre nós e no estrangeiro" nas múltiplas disciplinas das artes (pintura, escultura, arquitectura, tapeçaria, *design* e fotografia), afirmando-se "despretensiosa e ao alcance de todos".

Dirigida pelo colecionador Jorge Botelho Moniz, terá como administradores Pinto Balsemão e José Ferreira. O departamento gráfico foi entregue a Alfredo Luz, cabendo a publicidade à agência Publicria, a que Gonçalo Sena está ligado, e a distribuição ao grupo Nobar.

Com periodicidade mensal, a revista «Artes Plásticas» terá 80 páginas em quadricromia, avançando os responsáveis pelo projecto com uma tiragem de cinco mil exemplares, num primeira fase, que será posta à venda ao preço de capa de 500 escudos.

A redacção terá delegações no Porto e em Coimbra (chefiadas, respectivamente, por Sérgio Mourão e Lopes de Almeida, sendo Mário Nunes coadjuvado por Joaquim Matos Chaves), e dois correspondentes no Brasil (João Alves das Neves e Veríssimo de Melo, actual secretário de Estado da Cultura para a região nordestina), e recorrerá à colaboração de especialistas como Brêda Simões, Joaquim Serial, José Meco, Lima de Freitas, Manuel Castro Caldas, Manuela Syneck, Rocha de Sousa e Rui Mário Gonçalves, para áreas tão diferenciadas como o mercado da arte (propondo-se a divulgação de uma bolsa), os leilões e as antiguidades, além da notícia, reportagem e entrevista.

Segundo Almeida Brandão, "a revista não praticará a forma de subversão cultural que consiste em seguir, sem espírito crítico, a onda mais alta, seja ela moda, oportunidade ou conveniência, nem essa outra, acaso tão perniciosa, de que resulta confundirem-se os conceitos historicamente fluidos do bem e do útil com critérios de utilidade e de bondade cujo primeiro vício está no desconhecimento (deliberado ou não) da especificidade da criação cultural".

A «Artes Plásticas» posiciona-se para responder a um segmento de público que, segundo o seu chefe de redacção, não é servido pelo «JL» "por ser um tanto sectário", e que, "por ser um pouco elitista", a revista «Artes & Leilões» também não serve.

Junho é o mês previsto para o lançamento, na Galeria 111 ou no Solar do Vinho do Porto, do primeiro número da revista «Artes Plásticas» que, além de um *dossier* sobre a obra de Gil Teixeira Lopes, uma reportagem sobre falsificações de obras de arte e diverso noticiário, incluirá também uma entrevista com o escultor Álvaro Carneiro, conduzida por Joaquim Faial; evocação de Luís Durdil, por Rocha de Sousa; Serafim Ferreira aborda o "Sentido poético da escultura de Espiga Pinto"; José Meco escreve sobre a obra de Querubim Lapa, e Isabel Lobato, sobre Bernardo Marques, enquanto Lima de Freitas se ocupa "Do modernismo final".

Jorge Fallorca

Director da Documenta de Kassel em Lisboa

Jan Hoet, director do Museu de Arte Moderna de Gand, Bélgica, e comissário da próxima Documenta de Kassel, esteve a semana passada em Lisboa, acompanhado de um assistente.

A esta visita somou-se a de Anne Momens, membro do sector das exposições da Europália, que no próximo ano será dedicada a Portugal.

A deslocação de Jan Hoet teve por fim contactar os artistas portugueses que integrarão a Exposição de Arte Portuguesa Contemporânea, comissariada por Manuel Castro Caldas, que terá lugar no Museu de Gand, no âmbito da Documenta.

Hoet visitou *ateliers*, contactou galeristas, aproveitando naturalmente a visita para fazer uma prospecção sobre a produção artística portuguesa, com vista à próxima Documenta e para um outro projecto de exposição que decorrerá no próximo Verão na cidade de Tamese, a meia distância entre Gand e Bruxelas. Recorde-se que, em Novembro, um outro elemento da Documenta, Dennys Zacharapoulos, deslocou-se a Lisboa, no âmbito do 1º Ciclo Internacional de Conferências/Aspectos da Arte Contemporânea, organizados pela Galeria Cómicos/Luís Serpa.

Daí talvez, o interesse que Jan Hoet manifestou durante a sua permanência entre nós, ao mesmo tempo que afirmou "acreditar bastante na singularidade e qualidade de produção dos artistas dos pequenos países, ou países culturalmente limítrofes".

Estando já praticamente assegurada a presença de dois artistas na exposição que decorrerá em Tamese, na oportunidade da divulgação do acontecimento, a eles nos referiremos.

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Qual Shelby's ou Sotheby's, o Palácio do Correio-Velho leva a leilão nos dias 9, 10 e 11, no Forum Picoas, provavelmente a maior colecção de pintura contemporânea de artistas portugueses e estrangeiros

Mudança de ramo

Como habitualmente, a Sociedade Comercial de Leilões Palácio do Correio-Velho tem vindo a anunciar a realização de mais um leilão. Só que desta vez, às peças de mobiliário, pratas, porcelanas e vidro, junta-se uma colecção de pintura que, pelo volume e qualidade das obras a licitar (335), mais parece estarmos em presença do acervo de uma galeria que tivesse mudado de ramo.

E as causas deste leilão invulgar não andam muito longe do ineditismo da hipotética situação expressa. Um coleccionador - que obviamente se reserva o anonimato, embora possamos apontá-lo como sendo do Norte, pela referência «Foz», no catálogo - dispôs-se a renovar a sua pinacoteca, dispensando assim as obras em leilão.

A atitude serviu que nem uma luva para que a ela se juntassem exemplares de colecções incomparavelmente mais pequenas, e por motivos bem mais decorrentes de outras urgências.

Se tivermos em conta que entre as obras expostas se encontram Alves Cardosos, Appels, Arpads, Asger Jorn, um António Areal, Barcelós, Dacosta, Dórdio Gomes, Eduardos Vianas, Ernestos Condeixa, Lindstrom, Silvas Portos, Sónias Delaunays, alguns azulejos de Vieira da Silva e simples referências da obra gravada de Tápies - a par de outros artistas não menos cotados, mas de enumeração fastidiosa - não podemos deixar de nos interrogar sobre a dimensão da pinacoteca deste coleccionador.

Tendo a gerência do Palácio do Correio-Velho decidido abrir ao público as portas pré-pombalinas das suas instalações no número 38 da Calçada do Combro (atitude que se espera venha a ter continuidade não só em termos de apresentação como efectivação de futuros leilões), os potênciais compradores têm a possibilidade de ver quase na palma da mão as peças que mais lhe interessam, mitigando simultâneamente a ansiedade dos curiosos.

A exposição divide-se em três salas distintas em termos de base de licitação e cronologia: à direita da recepção, temos acesso a um pequeno espaço de autores mais recentes onde se encontram dois óleos da fase de transição entre a *pop-art* e a abstracção geométrica, de António Palolo, datados de 1972.

Uma técnica mista sobre papel, da série «Monsaraz», de Graça Pereira Coutinho, uma outra de Eduardo Nery, um óleo de Raúl Perez e uma composição cinética de Caruncho, poderão dar ao leitor uma ideia de obras cuja base de licitação ronda os 300 contos, embora possam atingir o dobro.

Na sala contígua, e sem o ambiente habitualmente caótico que caracteriza as exposições de leilões, o caso muda de figura, tanto pela qualidade das peças em presença como pelo montante das bases de licitação.

E se nos leilões as miragens são proporcionais às dificuldades de aquisição, o objecto do desejo bem pode ser, por exemplo, a papeleira com alçado, em pau santo, estilo D. José, do século XVIII. O alçado funciona como oratório, tendo duas portas almofadadas formando no topo um frontão em forma de capela, com decoração em talha *rocaille*.

No interior, moldura em talha dourada, um cruxifixo com Cristo em marfim e registos. A base de licitação são os 7 000 contos, podendo atingir os 10 000.

Na mesma sala, uma terrina redonda, em prata, contraste de Lisboa, em uso entre 1690/1700, ourives F.A., não identificado, pesando aproximadamente 1435 gramas, vai a leilão por 1 500 contos podendo subir até aos 2 500.

A pintura e alguma tapeçaria também podem ser vistas nesta sala. Uma colcha de Nisa, século XVIII, branca, bordada a canela, três pequenos tapetes de Arraiolos da mesma época, pintura de Ângelo de Sousa, uma surpreendente aguarela de Fernando Lanhas, com a data de 1947, estimada entre 800 e 1 200 contos.

Ainda antes de passarmos à sala a seguir descrita, depara-se-nos uma colecção de brinquedos antigos, alguns de corda, constituída principalmente por raríssimos modelos de protótipos de automóveis e alguns aviões. Segundo nos foi dito pelo director do Palácio do Correio-Velho, é a primeira vez que se leiloa uma colecção com estas características.

Mas foi sobretudo a pintura, que nos levou ao Palácio do Correio-Velho. Logo à entrada da sala designada por galeria - função que cumpre no sentido lato da palavra - depara-se-nos, «O Coleccionador de Belas Artes», de António Areal. Assinado e datado de 1970, com as dimensões de 167,5 por 58 centímetros, reproduz formalmente alguns trabalhos de autores clássicos, sobrepondo um astronauta a uma silhueta. Do autor?

Este óleo sobre platex, vai a leilão pelo preço de 4 500 contos. Preço por que foram vendidos alguns trabalhos da série «Variações sobre um tema de Fuselli», disponíveis da exposição que, ainda em vida, Areal fez na Galeria S. Mamede.

Anabela Loureiro

A pintura é o forte deste leilão onde as pratas e o mobiliário também se destacam

Dois óleos sobre tela, «Figura» e «Composição», de Karel Appel, com a data de 1973, poderão ser arrematados por 3 500 e 2 500 contos, respectivamente, embora o pregoeiro possa fazer subir mais 2 000 contos o «preço de martelo». Por menos de 7 000 contos ninguém levará «Le Dictateur», óleo sobre tela, de Lindstrom, devendo dispor de quase outro tanto para o seu, «La Gifle», também de 1972.

Outros tantos 7 000 contos serão necessários para adquirir um outro óleo sobre tela, curiosamente do mesmo ano, intitulado «O meu tio Dordogne», só que assinado por Paula Rêgo. Dada a escassez de obras da artista disponíveis no nosso mercado (Paula Rêgo vive em Londres, tendo adquirido a cidadania inglesa por via do casamento, e representa a Grã Bertanha em importantes feiras internacionais de arte), e - numa abordagem muito simplista - porque o suporte tela, com o correr dos anos, foi sendo substituído pelo suporte papel, estima-se que a obra em causa possa atingir os 10 000 contos.

Se todos os leilões têm as suas peças de ponta, este também não foge à regra. Assim, o Palácio do Correio-Velho leva ao Forum Picoas, uma cómoda D. José, em pau santo, do século XVIII, com três gavetões e duas gavetas. A caixa frontal é abaulada. As gavetas são emolduradas com remates nos cantos e talha *rocaille*, envolvendo as ferragens. Onduladas e entalhadas as pilastras terminam em pés e saial, também entalhados. O tampo recortado é emoldurado com um friso de talha. As ferragens são em latão dourado. Rara pela invulgaridade das suas dimensões (83 centímetros de altura, 86 de largura e 60 de fundo), João Pinto Ribeiro e Luís Castelo Lopes, especialistas que procederam a identificação e classificação de todas as peças, não hesitaram em considerá-la única.

Mencionada na obra, «Sunny Portugal» (Published By the Portuguese Government Tourist Department, 1913), a cómoda foi disputada - em vão - durante anos, pela Fundação Ricardo Espírito Santo e pertenceu à colecção de Alfredo Guimarães. Passará a pertencer a quem estiver disposto a pagar entre 6 000 e 9 000 mil contos. Isto, se a ida a leilão não passar de uma mera estratégia de prospecção de mercado.

Mas, paralelamente às vedetas dos leilões, surgem as peças que o desuso atirou para o ridículo da sua inutilidade em tempos mais dedicados às utilidades da inflação. Assim, os 20 mil escudos com que se licita um penico com tampa, em porcelana japonesa, medindo 20 centímetros de altura, contrastam com os 1 500 contos exigidos para uma terrina em porcelana chinesa, também com a mesma altura. Só que esta porcelana é Companhia das Índias e pertence à famíliaRosa.

«O meu tio no Dordogne», de Paula Rêgo, vai a leilão por 7 000 contos, mas pode atingir os 10 000

Jorge Fallorca

DESPORTO

Em Marselha, a caminho de Viena

Luvas novas de Silvino dão confiança ao Benfica

Do nosso enviado especial

A guerra está nos tabuleiros, metade do pulso para cada estandarte. E, o importante, aquilo que aparece à fluidez da análise, mora na calibragem de armas: Benfica em plano cimeiro.

Hoje, segundo nos foi permitido chegar a 50 quilómetros da cidade do Castelo d'If, é adiantado que Tigana poderá arriscar-se: mas, recente lesão pode impedir (a tempo inteiro) o julgamento de pedra fundamental no exercício francês deste problema a várias cores do Benfica.

— Bonito. Todos se entenderam. O real, a cortezia, a vénia obrigatória, está cumprida. Como acontece com o telegrama de Alexandre Magalhães, (ainda recente integrante da direcção de Pinto da Costa) que remeteu o texto que se adianta, dirigido ao presidente benfiquista João Santos:

«*Como português bom desportista que me prezo de ser, venho desejar-lhe as maiores felicidades, para o difícil encontro que se avizinha e que esta jornada constitua o primeiro passo rumo à tão desejada vitória da grande final de Viena. Porque não sou daqueles que gostam e contribuem para a divisão do País em Norte e Sul, faço votos para que esse glorioso clube, que dirige com tanta nobreza e dignidade, consiga com igual brilhantismo que o meu clube em 1987 retumbante êxito na mais importante prova da UEFA. Até à final de Viena.*»

Não se derrete gelo. A história mora em cada hora.

Seguimos: os travões, a aceleração, moram em cada esquina. Esta tarde, a mais completa audiência alguma vez reunida no marselhês Velódromo, vai ter na moldura 11 canais de TV, 21 emissoras de rádio, 160 redactores e 61 fotógrafos. Na plateia, a clientela paga entre 700 e 800 francos (moeda a 26 escudos). Faceta para que se imagine como vamos todos morar: na defensiva, aqui e além com lances de contra-ataque sólidos e bruscos. Através de uma cobertura que procure tapar o percurso até Silvino, o guardião que, há três anos, está no activo e se queixa de dores na virilha direita mas, até hoje, não têm repouso:

— Quero chegar ao fim da temporada e fazer férias. pelo menos de um mês. Antes disso, não sei o que pode acontecer-me...

Silvino: vedeta que afirma:

— Espero que cheguem, até às seis horas, as luvas novas que pedi ao Luís Feist, (Adidas). Caso contrário, ainda será pior, porque a linha atacante do Olympique é muito perigosa.

Vai chegando mais gente importante: os «internacionais» Oliveira e Artur Correia, os dirigentes maritimistas António e Norberto Henriques. Na verdade, não existe qualquer hipótese de mais algum cliente poder entrar no marselhês Velodrome: bandeiras, chapéus, cachecóis e galhardetes lembram já Portugal. As montras estão planeadas desde que, quando se correr a cortina, estará no palco a mais completa legião que (alguma vez) se reuniu em torno de um espectáculo desportivo, nesta franja de França.

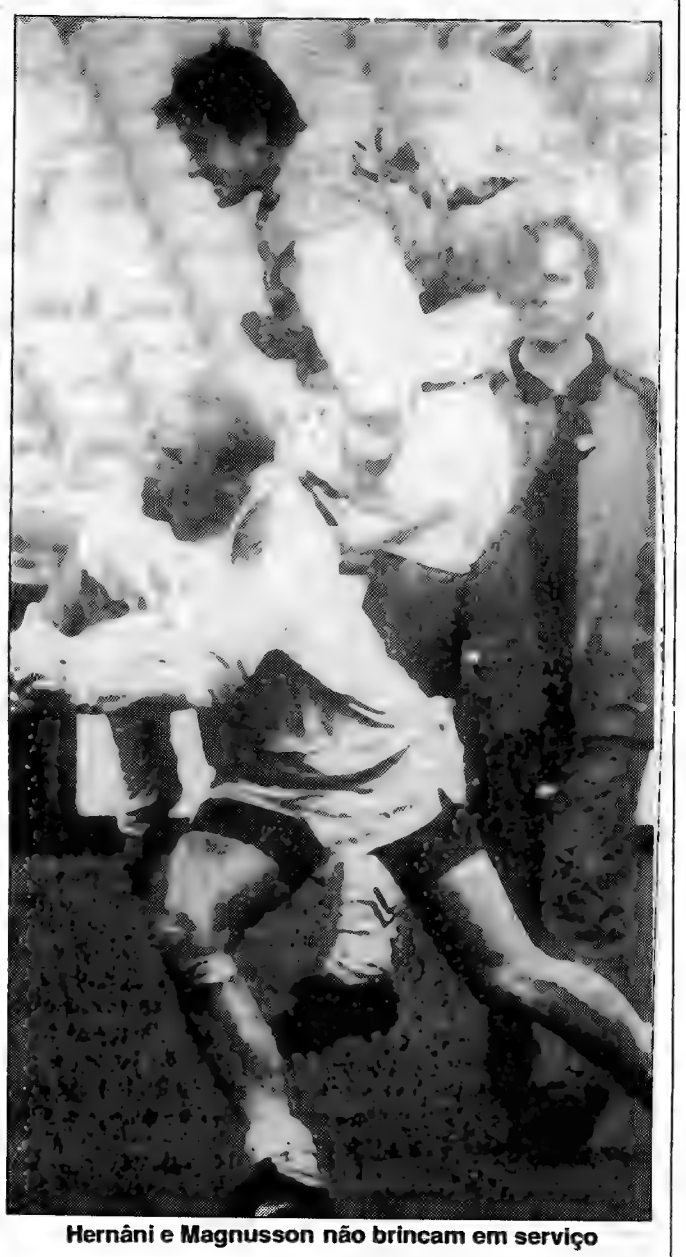
O «France-Football» continua divulgando, na sua capa, o estilo de Lima. A maioria dos jornais trazem notícias ou reportagens com os portugueses. Salientam (por exemplo) Jorge de Brito, vice-presidente dos lusos:

A equipa francesa será batida por 2-0. Vai ser um desgosto para o público de Marselha.

No último treino, brilhou Valdo: pontapé como murro. Magnusson teve um toque na perna direita que chegou a afligir: nenhum problema.

Daqui a pouco, outra coisa, a festa está saindo do adro da igreja. Até onde irá a procissão? A partir das 19, tudo é permitindo.

Neves de Sousa



Hernâni e Magnusson não brincam em serviço

Marselha: ponto de passagem para Viena

Equipas prováveis

Jogo no Stade Velodrome, em Marselha, às 20 horas locais (19 em Portugal). *Árbitro:* George Courtney (Inglaterra).

MARSELHA — Castañeda; Amoros, Mozer, Sauzée e Di Meco; Vercruysse, Tigana, Francescoli e Deschamps, Waddle e Papin.

BENFICA — Silvino; José Carlos, Aldair, Ricardo e Veloso; Thern (ou Hernâni), Paneira, Valdo e Diamantino; Magnusson e Lima.

Sampdoria e Fiorentina empatam em casa alheia

Taça dos Campeões
Milão-Bayern Munique
Árbitro: Bo Karlsson (Suécia)
Olympique Marselha-Benfica
Árbitro: George Courtney (Inglaterra)

Taça das Taças
Mónaco-Sampdoria 2-2
Árbitro: Siegfried Kirschen (RDA)
Anderlecht-Dínammo Bucareste
Árbitro: Aron Schmidhüber (RFA)

Taça UEFA
Juventus-FC Colónia
Árbitro: Helmut Kohl (Áustria)
Werder Bremen-Fiorentina 1-1
Árbitro: Peter Mikkelsen (Dinamarca)

CLÍNICA DE TELEVISÃO A CORES
SOS TV
OS PROFISSIONAIS DO SOM, TELEVISÃO E VÍDEO

Trabalhamos hoje com a tecnologia do amanhã, 27 anos ao serviço da Electrónica

CLÍNICA DE TELEVISÃO A CORES, 24 h de atendimento

*Reparamos hoje, em sua casa, o seu **TV** ou **VIDEO***
Frota equipada com rádio-telefone, para maior RAPIDEZ e EFICIÊNCIA

899762 - 899826 - 8482786

Av. S. João de Deus, 13-B
R. de Macau, 8
LISBOA

Ténis: Estoril Open

Cunha e Nuno não resistiram

Thomas Muster e Mark Koevermans protagonizaram o encontro mais emocionante da jornada de ontem do «Estoril Open», que se prolongou por duas horas e 23 minutos. No entanto, e contrariamente ao que normalmente aconteceria, o embate não foi disputado no «court» central improvisado para este torneio, para onde, aliás, estava agendado. Devido ás deficientes condições do piso do chamado «stadium», o encontro acabou por ser transferido para o campo número um.

Esta acertada decisão do juiz-árbitro, o italiano Brambilla, só pecou por tardia, prejudicando o português Nuno Marques e o equatoriano Andres Gomez, entretanto eliminados nos dois encontros anteriormente disputados naquele anfiteatro.

De facto, foi evidente a quantidade desnecessária de terra batida, ainda por cima mal compactada, que fazia levantar um monte de terra cada vez que um jogador derrapava, numa atitude normal nesta superfície. Este incidente, à partida negativo, veio provar posteriormente a elevada capacidade organizativa dos promotores deste «Estoril Open», pois, às 19 horas, o «stadium» apresentava-se já em perfeitas condições, e a sua qualidade foi elogiada quer por Cunha e Silva, logo após ter sido eliminado nesta primeira ronda, quer por Jay Berger, o número oito do «ranking» mundial, que conhece numerosos campos pelo mundo fora.

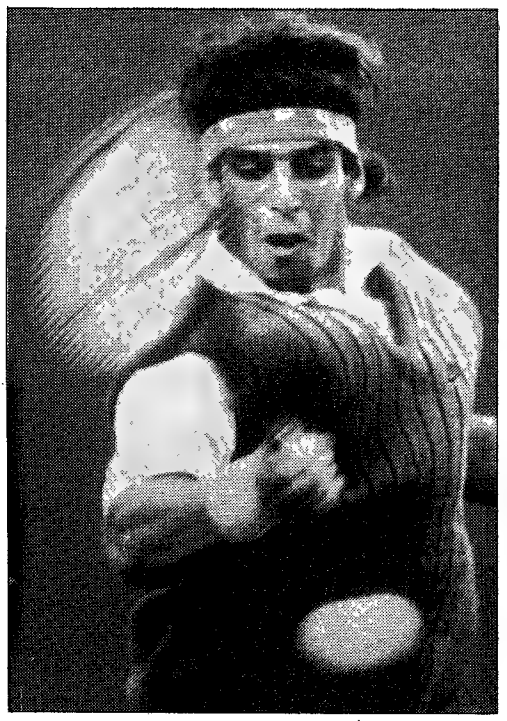
Note-se, contudo, que o estado do terreno piorou consideravelmente devido às más condições climatéricas que se fizeram sentir devido às más condições climatéricas que se fizeram sentir logo após a sua montagem. Quanto ao confronto entre Muster e Koewermans, foi transferido a pedido do campeão austríco, que receava uma recaída da lesão no joelho que efastou da compitição durante seis meses, na época passada.

Portugueses eliminados

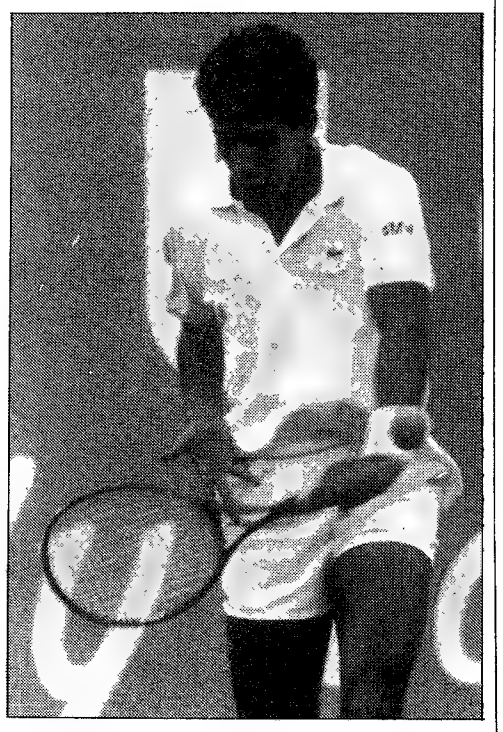
Mas a grande notícia da jornada de ontem, ainda referente à primeira ronda de singulares, foi a eliminação dos dois tenistas portugueses com «wild cards» para o quadro principal. O tetracampeão nacional, João Cunha e Silva, perdeu com o cabeça de série número um, o norte-americano Jay Berger, pelos parciais de 6-1 e 6-3, em uma hora e 22 minutos, enquanto Nuno Marques cedeu ante o italiano Paolo Cane, o 33.º da tabela ATP, por 6-4 e 6-3, em uma hora e 34 minutos.

Embora nenhum dos dois tenha jogado mal, a verdade é que a diferença de nível foi evidente. Perante um adversário de grande reputação defensiva, Nuno marques optou por um estilo agressivo, afinal aquele em que o portuense se sente melhor. Marques conseguiu, assim, lances de belo efeito, e manteve uma luta cerrada até ao sétimo jogo do primeiro «set», altura em que sofreu o «breac» que permitiu ao italiano ganhar por 6-4 essa primeira partida. No segundo «set», o português de 19 anos encontrou inesperadas dificuldades em meter o seu primeiro serviço, o que o obrigou a trabalhar mais as jogadas, num estilo que favorece Paolo Cane. De facto, o número um italiano sabe manter a bola em jogo, esperando o momento certo para desferir a estocada final, com uma mudança brusca de aceleração. Mesmo assim, Marques chegou a liderar por 3-1, e com serviço para o 4-1, só que vacilou, cometeu duas duplas faltas, o italiano retornou ao seu melhor nível, e somou cinco jogos consecutivos para fechar o encontro a seu favor.

Mas se Cane se exibiu em bom plano, Berger roçou a perfeição. Entrando de rompante, com pancadas poderosíssimas e sempre a visarem os cantos do campo, nem deixou Cunha e Silva respirar. Quando o português deu por si perdia por 5-0 e poucas vezes terá corrido e lutado tanto na sua vida. Por alguma razão Jay Berger está classificado na oitava posição do «ranking» mundial. Na primeira partida, o campeão nacional não foi capaz de assegurar o seu serviço uma única vez e, em sete jogos, não conseguiu conquistar mais do que 15 pontos. Na segunda partida o português de 22 anos recompôs-se, atingiu um nível aceitável, conseguiu travar, em certa medida, o ímpeto de Berger, e cedeu o seu serviço numa única ocasião. Realce-se o elevado profissionalismo de Cunha e Silva que, sentindo-se batido desde o início, nunca virou a cara à luta, e tentou todas as soluções possíveis, incluindo as jogadas psicológicas, como quando a perder por 0-40 conseguiu um serviço ganhante em colher (por baixo). Berger é que nunca esteve pelos ajustes.



Cunha e Silva



Nuno Marques

Resultados

Tal como na segunda-feira, o dia de ontem não passou sem uma grande surpresa, no caso, a eliminação do equatoriano Andres Gomez, o 15.º do «ranking» e quarto cabeça de série do torneio, pelo espanhol Juan Aguilera, o 70.º da hierarquia mundial, por 4-6, 7-6 (7/2) e 6-1. Os terceiro e quinto jogadores da prova, respectivamente Emilio Sanchez e Thomas Muster, é que não se deixaram surpreender, e derrotaram Richard Fromberg (6-4 e 7-5) e Mark Koevermans (4-6, 6-3 e 7-5). Muster teve, no entanto, de salvar dois «match-points» na terceira partida. Num encontro entre dois jogadores apurados do «qualifying», a jovem esperança francesa, Fabrice Santoro, bateu o checo Marian Vajda por 7-5 e 6-4, tornando-se no único «qualifyer» ainda em prova, uma vez que Mark Ozer, dos Estados Unidos, ficou logo na primeira ronda afastado pelo argentino Franco Davin (6-1 e 6-4).

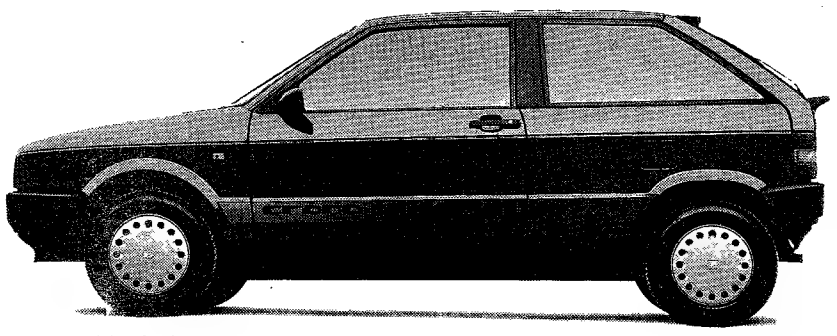
Nos encontros de hoje destaque para a primeira ronda da competição de pares, onde Cunha e Silva, associado a Fleurian, defronta Gomez e Javier Sanchez, pelas 16 e 30, num embate antecedido pelo de Nuno Marques/Sergi Bruguera - Carbonell/Novacek. Na prova de singulares dá-se a estreia de «craques» como Martin Jaite, Javier Sanchez, Ronald Agenor e Jaime Yzaga.

H. Ribeiro

SEAT IBIZA

DESDE

1.099.000 ESC.*



* Versão Ibiza Street

MAIS POR MENOS

SEAT

Grupo Volkswagen

Importador exclusivo: SOCIEDADE HISPÂNICA DE AUTOMÓVEIS, S.A.

Encargos anuais globais de 97.363 a 195.183 Esc. Base: 15.000 Km/ano Janeiro 1990

RECOMENDAMOS PRODUTOS

Ayer

GARAGEM VICTORIA, Automóveis, Lda.

Lisboa • Rua Nova de S. Mamede, 38-A • 1200 LISBOA
Telefs. 65 81 31/2/3/4/5/6 • Fax 60 34 12 • Telex 13371 GARVIT P
Cascais • Av. 25 de Abril, 901, R/C Esq. • 2750 CASCAIS
Telefs. 284 73 92 – 284 74 17 • Fax 284 74 42

Autodril contesta César Torres

«Só não haverá Grande Prémio se o Automóvel Club não quiser»

A administração da Autodril está a estudar a hipótese de mover uma acção judicial contra o presidente do Automóvel Club de Portugal (ACP), por considerar que César Torres *atentou contra o presidente do Automóvel Club de Portugal (ACP), por considerar que César Torres atentou contra o bom nome* da empresa.

A revelação foi feita por João Paulo Teotónio Pereira, administradoer da Autodril, e surge após um conflito que opõe há meses aquela empresa ao ACP e à Câmara Municipal de Cascais (CMC), relativamente ao Autódromo do Estoril, às corridas do Nacional de Velocidade e ao Grande Prémio de Portugal de Fórmula Um.

Perante o impasse, a Federação Internacional do Desporto Automóvel (FISA) estipulou que o Grande Prémio de Portugal teria de ser confirmado até amanhã pelo que César Torres deu segunda-feira um «grito de alerta», reafirmando que *não haverá Grande Prémio sem que os portugueses possam correr no Estoril.*

«As declarações produzidas por César Torres são passíveis de procedimento judicial» — disse Teotónio Pereira, adiantando: *Estamos a analisar a possibilidade de proceder judicialmente contra César Torres, por atentar contra o bom nome da Autodril e da Grão-Pará.*

Segundo o administrador da Autodril, as declarações do presidente do ACP «não têm qualquer fundamento e são da sua inteira responsabilidade», uma vez que *César Torres está a dar aos leigos a noção de que não haverá Grande Prémio por nossa culpa, quando isso não acontece».*

Teotónio Pereira sublinhou que «se mantém em vigor» o protocolo assinado em 1984, entre os administradores da Autodril com os responsáveis da CMC, pelo que só não haverá Grande Prémio de Portugal se o ACP não quiser e se o ACP não o marcou, a culpa é apenas sua e não nossa.

HOTELEIROS APELAM AO GOVERNO

Em carta dirigida ao ministro do Comércio e Turismo, a Associação dos Hoteleiros do Estoril, Sintra e Mafra solicitam que o Governo *aplique de imediato as medidas necesssárias e suficientes para desbloquear a situação de de impasse existente e assim assegurar a realização do Grande Prémio* já que aquele acontecimento *representa a maior realidade promocional da região do Estoril e do País em geral.*

Mundial de andebol

Portugal: mais uma derrota

Portugal deixou fugir o «passaporte» para a qualificação mundial de andebol masculino, ao perder, em Espoo, com o Luxemburgo, por 17-21, na terceira jornada da série «B» do torneio de apuramento continental europeu.

A selecção portuguesa fez uma partida demasiado má, acumulando erros sobre erros, tanto na defesa como no ataque frente a um Luxemburgo, tecnicamente inferior, mas com uma média de altura mais elevada, não encontrando soluções e falhando nitidamente tanto na meia-distância como nas pontas e permitindo que o adversário dominasse durante toda a partida.

Portugal alinhou inicialmente com o guarda-redes João Santa Bárbara, o central José Luzia, o pivot Carlos Resende, os pontas Paulo Carneiro e Rui Ferreira e os laterais Mário Macedo e Tó Leite, com Manuel Pastor e Armando Pires a entrarem para os lugares de Luzia e Tó Leite na manobra defensiva.

O «sete» treinado pelo romeno Costache Mircea acusou em demasia a responsabilidade do encontro, o que tornou os jogadores precipitados e incapazes de concretizar o elevado número de oportunidades criadas, muitas delas com o guarda-redes apenas pela frente.

Árbitros de futebol: uma classe desunida

Dos cerca de dois mil filiados na Associação de Árbitros apenas metade paga quotas

Decididamente os árbitros de futebol andam de costas voltadas com sua Associação e se outras razões não existissem para esta nossa convicção bastaria o facto de, na última sessão da assembleia geral, apenas terem comparecido duas dezenas dos cerca de dois mil filiados e em discussão estavam assuntos extremamente importantes, nomeadamente a análise, discussão e votação dos relatórios e contas das últimas gerências e ainda serem informados do plano de actividades e orçamento para o ano em curso. Outro factor que torna bem marcante o alheamento dos árbitros relativamente à existência e à acção da APAF — Associação Portuguesa dos Árbitros de Futebol consiste no elevado número (mais de 500) de associados que não tem vindo a liquidar as suas quotas o que parece significativo quanto ao desinteresse e falta de participação o que provoca que os dirigentes do organismo coordenador de uma classe se desmotivem e esse alerta consta do preâmbulo do plano de actividades para 1990 onde se lê: «A vida da APAF só se justifica na manifestação clara e inequívoca da participação activa dos seus sócios e nenhuma direcção é competente, capaz ou eficiente sem esta participação.» O desabafo do elenco liderado por António Ribeiro é claramente elucidativo quanto ao desencanto de se sentirem desacompanhados pelos seus consócios.

Lamentavelmente a Associação Portugeusa de Árbitros, não é, ainda, parceiro reconhecido pela Federação Portuguesa de Futebol nem os seus dirigentes podem participar nos trabalhos da assembleia geral daquele organismo, apesar de, em tempo recente, o ministro Roberto Carneiro ter prometido intervir no sentido de sensibilizar a Direcção-Geral dos Desportos e a própria Federação para «reparar» uma situação injusta e incompreensível. E não se diga que os direitos e garantias dos árbitros são defendidos pelo Conselho de Arbitragem porque basta que os dirigentes deste órgão federativo sejam eleitos pelas associações para se saber que eles cuidam de defender, fundamentalmente, os interesses dos clubes através dos quais surgem no areópago federativo. Contrariar esta realidade, só com argumentos inconsistentes. Porque ela é inquestionável e indesmentível.

Naturalmente que os grandes culpados da anómala situação são os próprios árbitros que «mandam às urtigas» o organismo por eles criado com o propósito de intervir junto de todos os demais agentes do futebol para curar de defender e prestigiar a classe e também não se isentam de culpas os dirigentes da APAF uma vez que a sua acção tem sido caracterizada por flagrante passividade. Os responsáveis do órgão que congrega os árbitros de futebol deverão, para bem cumprir os preceitos da sua missão, exercer mais dinamismo e não dar por concluída a tarefa com a realização da mera actividade consubstanciada nos estatutos.

A última assembleia geral foi elucidativa: os dirigentes não podem ficar pelas promessas e os filiados não deverão limitar-se a (não) pagar a quota.

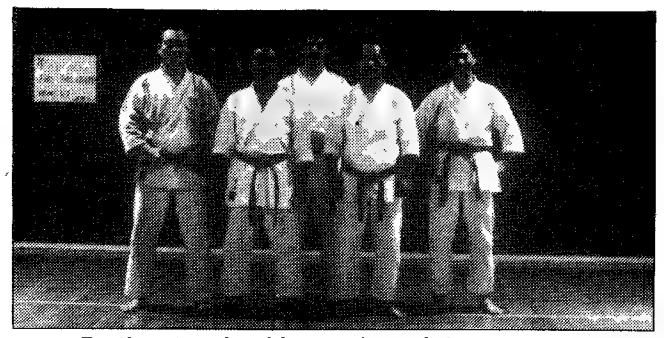
Alves Henriques

Amora: projecto para amanhã

Em cerimónia presidida pela governadora civil de Setúbal (Irene Aleixo) e com a presença de elevado número de convidados, os novos dirigentes do Amora tomaram posse em cerimónia pública presenciada por cerca de 300 associados. A Câmara Municipal do Seixal esteve representada pelos vereadores Cunha Vieira e Alfredo Monteiro os quais levaram uma mensagem de apoio considerando que a autarquia está disponível «para continuar o desenvolvimento integrado do concelho». Fernando Pedrosa, presidente da Associação de Futebol de Setúbal e Amândio Carvalho, secretário-geral do mesmo organismo estiveram igualmente presentes, tendo Fernando Pedrosa deixado o voto para que em breve se possa festejar a subida do Amora à Primeira Divisão.

Os projectos e os anseios da colectividade amorense, fundada no dia 1 de Maio de 1921, foram expressos através das intervenções do presidente da assembleia geral (Fernando Branco Oliveira) e do novo líder do executivo (Mário Rui Ribeiro). O Amora vai entrar numa fase de mudança e toda a sua massa associativa sente que à volta da colectividade fundada por Benjamim Fonseca (sócio n.º 1 que esteve presente e atirou para a mesa um cheque de 15 mil escudos) gravita a vontade de tornar o clube um verdadeiro marco de orgulho do concelho do Seixal. Dispondo de uma vasta área de terrenos, resta que Eufrásio Filipe e seus pares da autarquia seixalense procedam ao desbloqueamento das petições do clube para que se dê início à implementação das infra-estruturas. O complexo da Medideira poderá, a curto prazo, tornar-se num oásis para a prática desportiva. Para que tal sonho se torne realidade, pensam os novos dirigentes do Amora que bastará a boa colaboração do município. Naturalmente que se compreendem as ambições dos dedicados dirigentes agora empossados, mas para além da boa vontade da autarquia, que todos saberão ser inquestionável, haverá outros «quesitos» que importará desbloquear. Para já, uma certeza têm os associados do clube da Medideira, os seus dirigentes estão sensibilizados para enfrentar a aposta dos «anos 90» e os seus nomes aqui ficam: assembleia geral — Fernando Branco Oliveira (presidente), Manuel Matias Ferreira da Silva (vice-presidente), José Manuel Pedro e Reginaldo Rosa Migalhas (secretários); conselho fiscal: Eugénia Paixão Santos (presidente), Joaquim Claudino Rodrigues (vice-presidente) Luís Jesus Sousa e Octávio Sérgio Lúcio (secretários); direcção: Mário Rui Ribeiro (presidente), Arménio Silva Francisco, António Antelo, Isaul Alves Maia e Alfredo Batista (vice-presidentes), José Conceição Russo e António Silva Santos (tesoureiros), Manuel Caetano Canané, José António Pires Teixeira e Eduardo Santos Marquês (secretários) e António Alfredo Rosmaninho, Francisco Júlio Nogueira e António Sala Araújo (vogais). Um punhado de dedicados associados em que todos os amorenses confiam.

Amora: o presidente do executivo anuncia os projectos



Praticantes do shito ryu karaté de Portugal

Homens de força em Paço de Arcos

Com a realização do Torneio Nacional de karaté shito-ryu, nos dias 7 e 8 do corrente (no Pavilhão da Escola Náutica Infante D. Henrique, em Paço de Arcos) ficará apurada a representação portuguesa que vai estar em acção, no próximo campeonato mundial, previsto para decorrer de 24 a 30 de Julho, na Hungria.

BREVES

Judo: associações demitem direcção federativa

A assembleia geral da Federação Portuguesa de Judo (FPJ), decidiu por unanimidade das 15 associações presentes, destituir de funções os actuais corpos directivos daquele organismo.

Foi também aprovado um requerimento subscrito por nove associações, e encabeçado pela de Coimbra, criando um corpo directivo provisório para proceder à gestão corrente até às próximas eleições marcadas para 5 de Maio.

O referido corpo directivo, que vai ser presidido por Fausto Bastos de Carvalho, funcionará em conjunto com a mesa da assembleia, que tem como presidente Cabanas Bento.

Atletismo: Braga escolhe equipa para Nápoles

I Conceição Ferreira, Fernanda Marques, Felicidade Sena, Manuela Machado e Helena Lobo constituem a equipa do Sp. Braga que, no próximo dia 7 de Abril, vai participar em Nápoles, na sexta edição da Taça dos Clubes Campeões Europeus de estrada.

O Sp. Braga venceu aquela competição feminina em 1986, 1987 e 1988, mas perdeu o ceptro de campeão da Europa de estrada em 1989, apesar do título individual conquistado por Albertina Machado.

Na edição de 1990 a prova terá a participação dos campeões de estrada de 15 países e desenrola-se nos arredores do Estádio de Nápoles, sobre um percurso urbano de 15 km.

Cada clube alinhará com um máximo de cinco atletas, apenas pontuando para a classificação colectiva as três primeiras.

Os países participantes são os seguintes: Portugal, Espanha, Itália, França, Inglaterra, Luxemburgo, San Marino, Bélgica, Noruega, Dinamarca, Suécia, Gales, Irlanda, Holanda e Turquia.

Voleibol: faixas encomendadas

Tudo indica que a Académica de Espinho, irá, no própximo sábado, festejar o título nacional já que lhe basta vencer o seu vizinho Sporting para o estalar do foguetório. Na última jornada os «estudantes» espinhenses venceram a Grundig por 3-1, o Benfica derrotou o Sporting de Espinho por 3-0 e o Sporting lisboeta superou o Leixões triunfando por 3-2.

No sector feminino os resultados foram os seguintes: Estrelas da Avenida, 2- Boavista, 3; Leixões, 3 - CDUL, 0; Benfica, 3 - Fluvial, 0. O Boavista (que deverá festejar a conquista do título no termo da próxima jornada) comanda com 30 pontos enquanto o Benfica soma 28.

Na próxima semana

Ciclismo regressa à planície

Em conferência de Imprensa realizada em Lisboa o eng.º Alfredo Barroso, presidente da Câmara Municipal do Redondo, fez a apresentação da VIII edição da Volta ao Alentejo que se começará a disputar no próximo domingo em Sines para terminar no dia 14 em Évora, depois da caravana que deverá integrar mais de uma centena de ciclistas, percorrer 1207 quilómetros passando por Grândola, Castro Verde, Serpa, Almodôvar, Mértola, Cuba, Vidigueira, Alvito, Alcáçovas, Avis, Arraiolos, Marvão, Ponte de Sor, Nisa, Elvas, Reguengos, Redondo, Borba, Moura, Mourão, Cercal, Ourique, Odemira e muitas outras povoações alentejanas.

Alfredo Barroso, que encontrava acompanhado por António Barroso (director adjunto da organização), Henrique Castro (presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo), Artur Lopes (director da corrida), por outros autarcas a por representantes da Casa do Alentejo informou os jornalistas de que a prova terá oito etapas e está orçada em cerca de 11 mil contos que serão suportados pelas câmaras e pelas empresas patrocinadoras. Quanto às equipas presentes, o eng.º Alfredo Barroso informou de que para além das equipas espanholas da Seur e da Festina/Lotus o ciclismo luso estará em força com a participação das principais equipas nacionais.

No que respeita a prémios que totalizarão 1300 contos, destacamos os mais significativos: classificação geral: 1.º 170 000$00, 2.º 95 000$00, 3.º 60 000$00, 4.º 50 000$00, 5.º 45 000$00 6.º 35 000$00, 7.º 30 000$00, 8.º 20 000$00, 9.º 15 000$00, 10.º 12 000$00; os vencedores dos «pontos», metas volantes e «combinado» terão direito a 22 contos enquanto o melhor trepador e os primeiros classificados no prémio da combatividade e Juventude, arrecadarão 14 mil escudos. Cada triunfador de etapa embolsará 10 000$00 e a mesma verba será paga quando o vencedor de cada tirada chegue com vantagem superior a um minuto.

Depois da realização do Grande Prémio «CM», Volta a Santa Maria da Feira, Grande Prémio de Lisboa, clássica Régua/Matosinhos e da prova RDP-Rádio Algarve, surge a Volta ao Alentejo a levar desporto e o espectáculo à soleira da porta.

I Série N.º 79
Dia 4 de Abril

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Decreto-Lei n.º 112/90:
Prevê a forma de que devem revestir-se as comunicações aos serviços e organismos públicos.

Ministério das Finanças

Portaria n.º 240/90:
Estabelece os cálculos dos coeficientes de desvalorização da moeda reportados a 1989.

Declaração:
De terem sido autorizadas alterações nos orçamentos de vários ministérios para o ano de 1989.

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Declaração:
De terem sido autorizadas transferências de verbas no orçamento do Ministério para o ano de 1989 no montante de 452.604 contos.

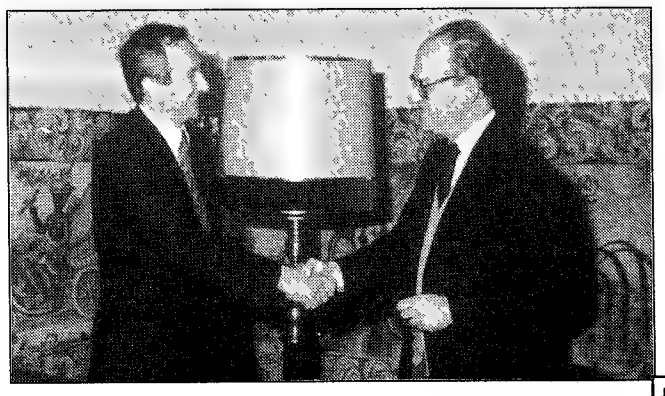
Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

Portaria n.º 241/90:
Estabelece os métodos de pesquisa de triquinas em carnes frescas de suíno importadas de países terceiros.

Ministério do Comércio e Turismo

Portaria n.º 242/90:
Altera os preços dos selos para bebidas espirituosas.

PESSOAS & FACTOS



Um aspecto da assinatura do protocolo

Olivetti/Universidade Técnica de Lisboa assinam protocolo

Reforçando a sua estratégia de crescente colaboração com o mundo universitário português, a Olivetti foi escolhida como fornecedor dos seus mais avançados modelos de computadores à Universidade Técnica de Lisboa. O reitor, professor doutor António Simões Lopes, e o administrador da Olivetti, engenheiro Massiono Gallotti, assinaram o protocolo de acordo que prevê o fornecimento de computadores da gama 80286 e 80386, bem como impressoras, durante o presente ano lectivo e a serem utilizados pelos departamentos e centros de informática da Universidade.

Prémio internacional para neurocirurgião português

O dr. António Ferreira, assistente de Anatomia da Faculdade de Medicina de Lisboa, foi distinguido com o Prémio Upjohn de Investigação Neurocirúrgica pela realização de um trabalho subordinado ao tema - Anatomia Estereotáxica da Fossa Craneana Posterior - Estudo da Via de Acesso Transcerebelosa ao Tronco Cerebral.

O prémio foi entregue ao médico português pelo presidente da Associação Europeia de Sociedades de Neurocirurgia, durante o congresso da Associação realizado em Dresden, na Alemanha.

O trabalho galardoado foca a abordagem do tronco cerebral através do cerebelo pela cirurgia estereotática.

AGENDA

O ESTADO DO TEMPO

HOJE

CONTINENTE

Em todo o território: - Céu geralmente muito nublado e vento fraco.

Mar encrespado ou de pequena vaga com ondulação Noroeste de 1 a 2 metros na Costa Ocidental e encrespado com ondulação inferior a 1 metro na Costa Sul.

Amanhã: - Na região do Norte, céu geralmente muito nublado e vento Leste fraco a moderado. Nas regiões do Centro e Sul, céu geralmente muito nublado e vento fraco. Períodos de chuva fraca para o fim do dia. Neblina matinal e pequena subida da temperatura mínima.

Depois de amanhã: - Céu muito nublado. Vento Sul moderado e períodos de chuva.

MADEIRA

Céu muito nublado. Vento Sul moderado, por vezes com rajadas. Períodos de chuva.

Mar de pequena vaga a cavado com ondulação Noroeste de 2 metros na Costa Norte e de pequena vaga com ondulação Sudoeste de 1 metro na Costa Sul.

No Funchal: - Céu muito nublado. Vento geralmente fraco, predominando de Sul. Períodos de chuva.

Amanhã: - Céu geralmente muito nublado. Vento Sudoeste moderado, por vezes com rajadas. Chuva e posssibilidade de trovoadas.

Depois de amanhã: - Céu geralmente muito nublado. Vento Sudoeste moderado, por vezes com rajadas. Períodos de chuva.

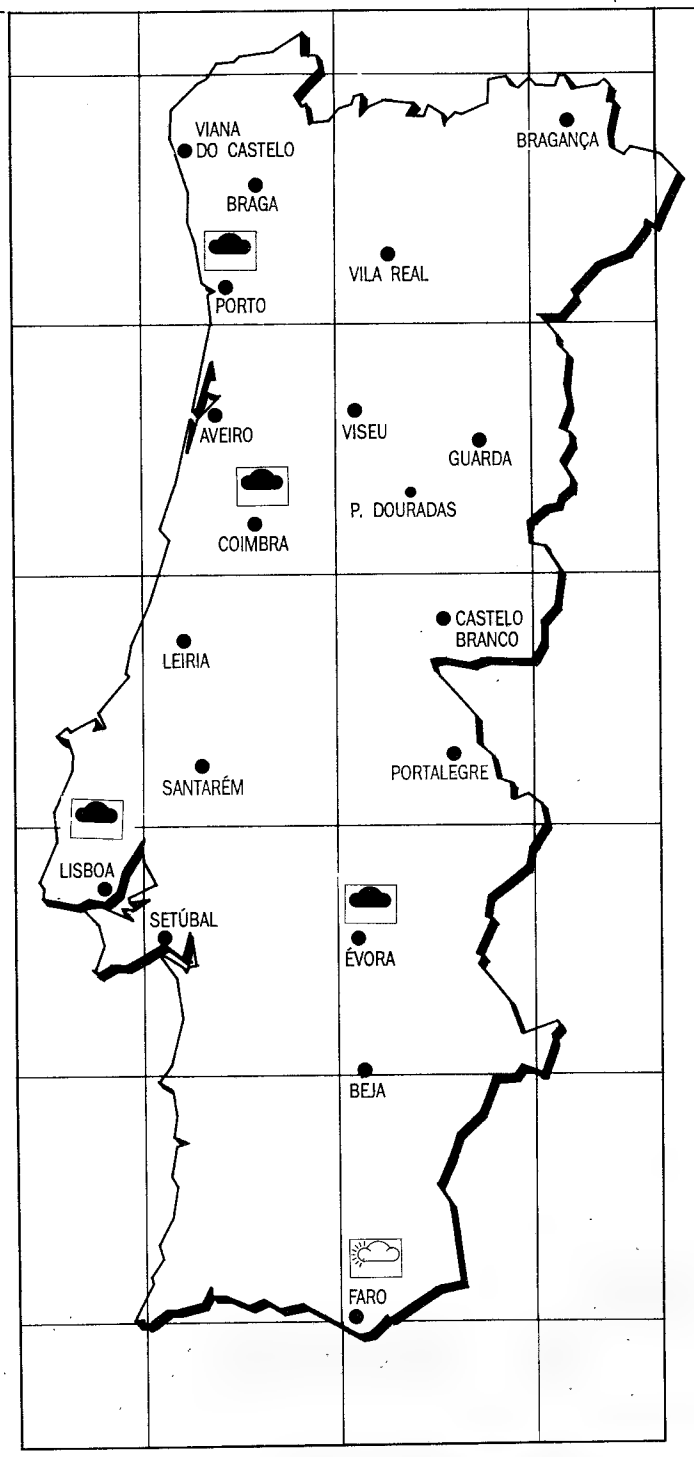
AÇORES

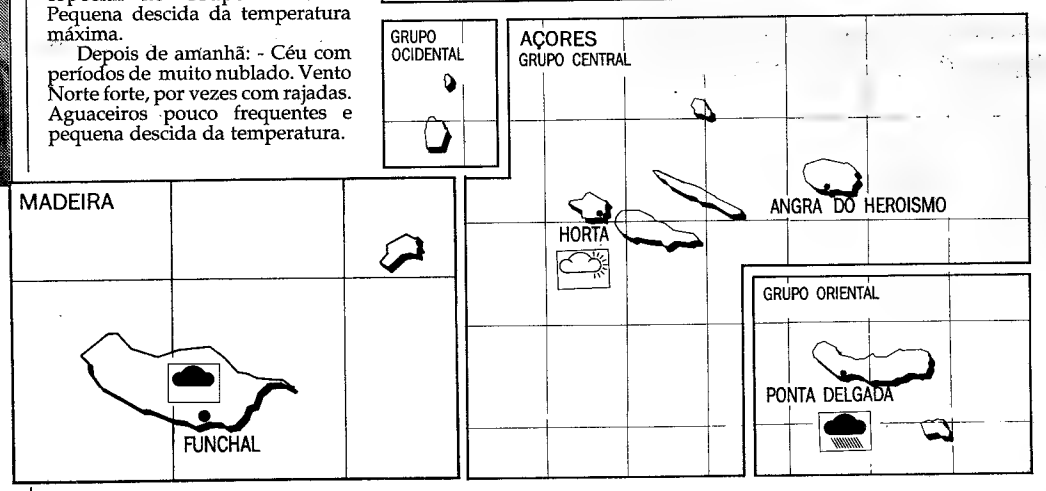
Grupos Ocidental e Central: - Céu geralmente muito nublado. Vento de Nordeste,em geral forte. Aguaceiros. Mar grosso com ondulação Norte e vaga de 4 a 6 metros.

Grupo Oriental: - Céu geralmente muito nublado. Vento Leste moderado. Aguaceiros. Mar cavado com ondulação Norte de 4 metros.

Amanhã: - Céu com períodos de muito nublado. Vento Nordeste moderado a forte. Aguaceiros, em especial no Grupo Oriental. Pequena descida da temperatura máxima.

Depois de amanhã: - Céu com períodos de muito nublado. Vento Norte forte, por vezes com rajadas. Aguaceiros pouco frequentes e pequena descida da temperatura.





Céu limpo
Céu pouco nublado
Céu muito nublado
Chuva
Trovoada
Neve
Vento
Mar calmo
Mar encrespado

MARÉS

Hoje

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
12.11	2,9m	05.51	1,3m
00.36	3,2m	18.07	1,4m

Amanhã

—	—	06.58	1,1m
13.16	3,1m	19.07	1,3m

PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h.
Bragança	4	5	M. nub.
V. Castelo	8	9	Encoberto
Vila Real	7	7	Encoberto
Porto	8	8	M. nub.
P. Douradas	-	-	-
Coimbra	7	7	M. nub.
C. Carvoeiro	10	11	Encoberto
C. Branco	6	6	M. nub.
Portalegre	8	8	Encoberto
Lisboa	10	10	M. nub.
Évora	9	9	M. nub.
Beja	7	9	M. nub.
Sines	-	-	-
Faro	9	10	P. nub.
Sagres	10	10	P. nub.
P. Delgada	12	12	Chuva
Horta	12	13	Encoberto
Funchal	16	17	M. nub.

Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 16; Porto, 15; Faro, 17; P. Delgada, 17; Funchal, 19.

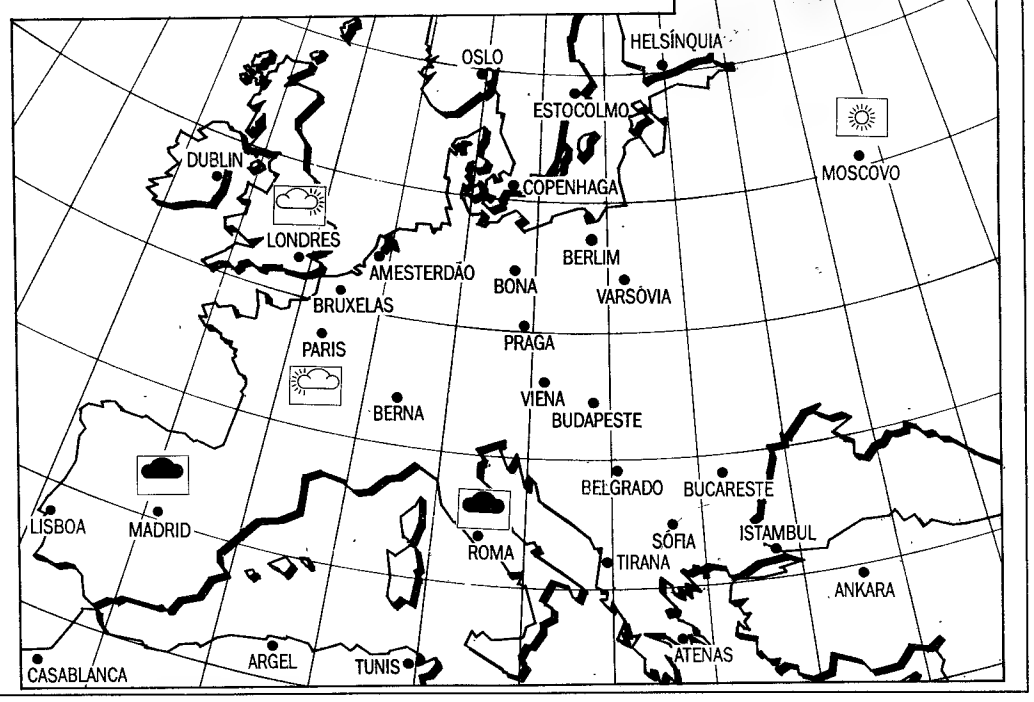
EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h
Madrid	6	6	M. nub.
Londres	-1	-1	P. nub.
Paris	-1	-1	P. nub.
Bruxelas	2	2	Chuva
Amesterdão	1	2	Ag. de granito
Genebra	4	4	M. nub.
Roma	11	11	M. nub.
Oslo	-1	0	Encoberto
Copenhaga	3	4	P. nub.
Estocolmo	3	4	P. nub.
Berlim	3	3	Limpo
Viena	8	8	Chuva
Varsóvia	7	7	Chuva
Atenas	12	16	M. nub.
Moscovo	9	14	Limpo

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h
Chicago	-2	12	Limpo
Houston	10	26	Limpo
Los Angeles	13	24	Limpo
Montreal	3	9	Chuva
Nova Iorque	5	9	Aguaceiros
S. Francisco	10	20	Limpo
Toronto	1	6	Aguaceiros
Vancover	8	13	P. nub.
Washington	4	10	Aguaceiros
Hong Kong	16	22	Trovoada
Melbourne	14	22	Limpo
Pequim	3	9	Limpo
Perth	18	26	Limpo
Singapura	26	33	Trovoada
Sydney	16	22	Aguaceiros
Tóquio	12	18	Aguaceiros
Wellington	12	18	Aguaceiros

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofisica



AGENDA

FARMÁCIAS LISBOA SERVIÇO PERMANENTE

Almirante Gago Coutinho: Estados Unidos, Av. Estados Unidos América, 16-B, Tel. 885859; **Amoreiras:** Ivone, Rua Silva Carvalho, 232-C, Tel. 650760; **Chile - Arco Cego:** São Jorge, Largo do Leão, 3 A-B, Tel. 534027; **Encarnação:** Ascenso, Praça do Norte, 11-A, Tel. 311216; **Graça:** Almeida Dias, Largo da Graça, 38-39, Tel. 862909; **Jerónimos:** Remísio, Rua dos Jerónimos, 14-C, Tel. 3631699; **Largo Campo Pequeno:** Miranda, Largo Campo Pequeno, 36 B-C, Tel. 770776; **Lumiar:** Central Lumiar, Alameda das Linhas de Torres, 254-B, Tel. 7588063; **Olivais Velho:** Olivais, Rua Alves Gouveia, 19, Tel. 311237; **Palhavã:** Curie, Av. Madame Curie, 15-A, Tel. 7263220; **São Bento - Palácio:** São Bento, Rua Poiais São Bento, 73, Tel. 601673; **Carnaxide:** H. Amaral, Praceta António Boto, 11-A, Tel. 4104556; **Odivelas:** Central Odivelas, Alameda Infante D. Henrique, 1, Tel. 9311203; **Pontinha:** Cruz Correia, Estrada Santo Elói, 41-A, Tel. 992453.

REFORÇO

Alameda - Fonte Luminosa: Ibéria, Rua Barão Sabrosa, 235 - 235-A, Tel. 888277; **Alvalade:** Alvalade, Av. da Igreja, 18-A, Tel. 892070; **Anjos - Lisboa Ginásio Clube:** São José, Rua Anjos, 41-A, Tel. 570730; **Baixa:** Internacional, Rua do Ouro, 228-230, Tel. 322017; **Beato:** Grijó, Rua do Grilo, 25, Tel. 385264; **Benfica - Charquinho:** Macedo, Rua República da Bolívia, 69-C, Tel. 751227; **Calvário - Alcântara:** Calvário, Rua José Dias Coelho, 4, Tel. 363635; **Estrela - Possidónio Silva:** Tagus, Rua Possidónio da Silva, 162-A, Tel. 669485; **Saldanha:** Cruz Nunes, Praça Duque Saldanha, 14-15, Tel. 321845; **Tivoli - Restauradores:** Galénica, Rua das Pretas, 12-14, Tel. 322588; **Brandoa - Amadora:** Correia, Urb. Alfornel - Cel. G - Lt. 137 - Lj. B (Poente), Tel. 990122; **Buraca - Amadora:** Vaz Martins, Praceta Fernando Pessoa, Loja E - 36-B, Tel. 970660; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA DE CASCAIS

Algés: Dias & Saraiva, Av. Afonso Pala, 17, Tel. 2114487. Permanente; **Linda-a-Velha:** Pinto, R. Antero Quental, 9, Tel. 4190610. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A - r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22 h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavelos:** Central, R. 5 de Outubro, 25, Tel. 2470037. Permanente; Vilar, Av. M.ª Conceição, Lote B, Tel. 2470777; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B - Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Paço de Arcos:** Godinho, Av. Patrão Lopes, 4, Tel. 2432039. Até às 22 h; **Oeiras:** Sacoor. Permanente; **Parede:** Do Junqueiro, R. Luanda, Lote 5, Tel. 2477838. Permanente; **Murtal:** Primavera, R. das Parreiras, 2, Tel. 2472278. Até às 22 h; **Sassoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Monte Estoril:** Ostende, R. Espinho, 1, Tel. 260391. Até às 22 h; **Cascais:** A. Costa, R. Freitas Reis, 24-C, Tel. 280214. Permanente.

LINHA DE SINTRA

Amadora: Carlos, R. Sebastião Gama, 28-B - Casal S. Brás. Permanente; Clabel, R. Ant.º Sardinha, 23-D, Tel. 4938551. Permanente; Heleno, R. 1, Lote C - Reboleira Sul, Tel. 964476. Até às 22 h; **Queluz:** O'Neill Pedrosa, R. Casal Olival, Lote A-3 - Massamá, Tel. 4377205. Permanente; Albergaria, L. Prof. Dr. José Mineiro, 42 - Q. Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Central, R. Elias Garcia, 55, Tel. 9240034. Permanente; **Algueirão:** Rodrigues Rato, R. Morés, 1, Tel. 9212038. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rinchoa:** Dumas Brousse, Calç. Rinchoa, 2, Tel. 9260404. Até às 22 h; **Sintra:** Misericórdia, Vila Pendoa, Tel. 9231070. Permanente; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **Loures:** Saraiva, Av. República, 86, Tel. 983002. Permanente.

OUTRA BANDA

Almada: Silva Júnior, Av. 25 de Abril, 9, Tel. 2768030. Permanente; **Cova da Piedade:** J. Castro Rodrigues, L. 5 de Outubro, 62, Tel. 2750121. Permanente; **Monte de Caparica:** Nova, Q. Trab. Rurais, 82, Tel. 2954436. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Higiénica, Av. República, 23, Tel. 2900020. Até às 19 h; **Feijó:** Feijó, R. Borges Rego, 7, Tel. 2290911. Até às 22 h; **Lavradio:** J. Consolado, Av. Joaq. Fernandes, 17-C, Tel. 2043126. Até às 19 h; **Sesimbra:** Leão, Av. Liberdade, 13, Tel. 2233471. Até às 19 h; **Barreiro:** Central, Av. Alfredo Silva, 48, Tel. 2073207. Permanente; **Baixa da Banheira:** Nunes, R. 1.º Maio, 106-A, Tel. 2043532. Até às 19 h; **Corroios:** Bento Lino, Est. Vale Milhaços, Tel. 253260. Até às 19 h; **Cruz de Pau:** Duarte Ramos, R. Bafatá, 11 - Loja 30 - Centro Belsul, Tel. 2243143. Permanente; **Seixal:** Seruca Lopes, Tv.ª Paz - Casal do Marco, Tel. 2210369. Até às 22 h; **Montijo:** Higiene, R. José Joaq. Marques, 142, Tel. 2310270. Até às 22 h; **Moita:** União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga, Tel. 2390025. Até às 19 h; **Alhos Vedros:** Gusmão, R. Cândido Reis, 30, Tel. 2040020.

MÉDICO DE URGÊNCIA

☎ 766 171
766 178
766 179

HÁ 20 ANOS

Diário de Lisboa
CAMPIÃO
ABOLIÇÃO DO ESTÁGIO
— propuseram os futuros agrónomos
O chanceler Brandt a caminho dos EUA
A população do País contaminada por DDT

Abolição do estágio - propõem os futuros agrónomos

«Num momento em que no panorama agrário português se continuam a adensar os tons negros, e em que, com cepticismo quanto ao futuro, se toma conhecimento do baixo número dos licenciados anualmente nas Escolas Superiores de Agronomia e Veterinária é evidente o desperdício e contra-senso que representa o facto de depois de cinco anos de curso (que é já de si longo e criticável) se forçarem os alunos de Agronomia a um estágio com a duração média de cerca de dois anos e meio.» - Esta uma das afirmações que se podem ler num memorando entregue por uma comissão eleita do Instituto Superior de Agronomia ao Conselho Escolar daquele estabelecimento de ensino no passado dia 16 de Fevereiro.

Brandt a caminho dos EUA

O chanceler Willy Brandt partiu esta manhã, às 9 horas TMG, do aeroporto militar de Bonn-Colónia, com destino aos Estados Unidos. «As minhas conversações com o presidente Nixon - disse - destinam-se a melhorar, não já as relações germano-americanas, mas a cooperação entre a comunidade europeia e os Estados Unidos.»

O País contaminado por DDT

«O DDT contaminou todo o País» - segundo afirmação proferida numa reunião que decorreu no Laboratório de Fitofarmacologia da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas. Análises feitas ao leite de vaca e a outros alimentos, principalmente vegetais, bem como a leite humano (recolhas feitas na Maternidade Alfredo da Costa) acusaram resíduos de DDT. No entanto, segundo a OMS, o fumo de cigarro é mais grave que aquele pesticida.

EFEMÉRIDES

1945

• Depois da expulsão das últimas tropas nazis do território húngaro, é proclamada a independência da Hungria.

1949

• É assinado, em Washington, o Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO) pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos EUA, França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Itália, Dinamarca, Noruega, Islândia, Canadá e Portugal. O pacto garante a defesa mútua contra um eventual ataque na zona do Atlântico Norte e foi assinado por Portugal, pelo professor Caeiro da Mata.

1968

• O pastor protestante Martin Luther King, líder da Defesa dos Direitos Cívicos dos Negros Norte-Americanos, é assassinado a tiro em Memphis (Tennessee), por James Earl Ray.

1973

• Inicia-se em Aveiro o Terceiro Congresso da Oposição Democrática.

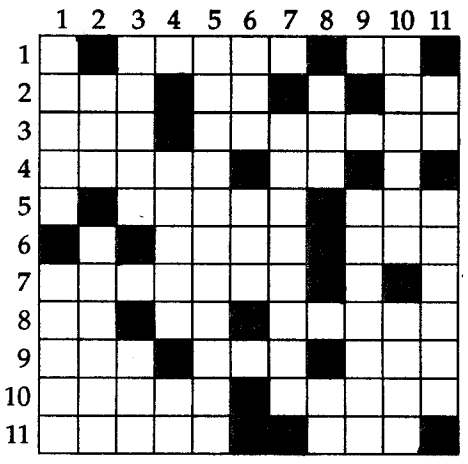
1985

• Morre o cantor Milo, do Duo Ouro Negro. Contava 46 anos.

1988

• O Banco Mundial anuncia a concessão de um empréstimo de 109 milhões de dólares ao Brasil para combater a SIDA e três outras doenças no Nordeste do país.

PALAVRAS CRUZADAS



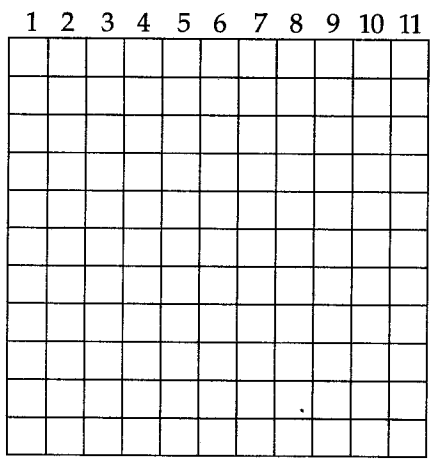
PROBLEMA N.º 17892

HORIZONTAIS:

1 - Artigo definido. Acabamento. Conceder.
2 - Freguesia do concelho de Barcelos. Ilhas do Pequeno Belt.
3 - Estacionassem. Alumínio (s.q.).
4 - Califa que mandou incendiar a biblioteca de Alexandria. Interjeição da ilha das Flores o mesmo que ah! oh!
5 - Chefe etíope. Apaguem.
6 - Miriare. Catedral. Escudeiro.
7 - Além. Ilha do estado da Baía.
8 - Antes do meio-dia. Existe. Li.
9 - Alamiré.
10 - Descerra. Rio de Portugal.
11 - Ilha do mar Jónio. Ouro (s.q.).

VERTICAIS:

1 - Artigo definido. Entrada. Contracção da preposição de com artigo.
2 - Reputação. Vara de apanhar fruta.
3 - Apatia profunda. Brisa.
4 - Rezar. Ocultes.
5 - Zombas. Governanta.
6 - Tabernas. Abreviatura de Santíssimo Sacramento.
7 - Conjunção. Conclusão. Artigo definido.
8 - Cause amuo a. Macaco americano.
9 - Contracção da preposição de com artigo. Estimais.
10 - Lavrai. Cobiça.
11 - Lista. Filtrai. Alternativa.



PROBLEMA N.º 16602

HORIZONTAIS:

1 - Supremo. Pêlos de certos animais. Batráquio.
2 - Agora. Versejarem.
3 - Centiare. Cálcio (s.q.). Lavrada.
4 - Nome de mulher. Cure. Espera resposta.
5 - Cidade de Itália. Miriare. Cânhamo de Manila.
6 - Agora. Mil e cem em romano.
7 - Planta gramínea de cujo grão se obtém uma farinha para o fabrico de pão. Vela de moinho.
8 - Rénio (s.q.). Autores. Acreditar.
9 - Lavras. Matemática (abrev.). Prefixo de negação.
10 - Oceano. Consertou.
11 - Preposição e artigo. Unira pelo casamento.

VERTICAIS:

1 - Esmurrara. Ramada.
2 - Nome de planeta. Possuirá.
3 - Ruim. Paixão. Arara.
4 - Cantigas.
5 - Freguesia do concelho de Penafiel. Nome de letra.
6 - Vi. Antes do meio-dia. Mecânica.
7 - Poisam no mar (o avião). Aparência (fig.).
8 - Cure. Missivas.
9 - Batráquio. Pronome reflexo. Rádio (s.q.).
10 - Governo (fig.). Dignitário de Ordem Militar.
11 - Gostar muito de. Bário (s.q.). Mula.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17 891

HORIZONTAIS: 1 - CORPO. Criam. 2 - Irás. DOENTE. 3 - Nas. Pia. Ar. 4 - Clarão. Assa. 5 - Ursino. 6 - Omo. Aproas. 7 - Aro. Iar. Ea. 8 - Dras. Mr. 9 - Ur. Sioba. Pê. 10 - Remóis. Iara. 11 - Ás. Si. Estes. VERTICAIS: 1 - Cincho. DURA. 2 - Oral. Marres. 3 - Rasa. Ora. 4 - Ps. Ru. Ossos. 5 - PARA. III. 6 - Diospiros. 7 - Coa. Ira. 8 - Re. Anormais. 9 - In. Soa. AT. 10 - Atas. SEMPRE. 11 - Meras. Áreas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16 701

HORIZONTAIS: 1 - Estocolmo. 2 - Rã. Vãs. Arma. 3 - Milão. Ada. 4 - Ea. Varre. 5 - Anil. Ag. 6 - Trama. Se. Ma. 7 - Aval. Anual. 8 - Apare. Raul. 9 - Reconte. Há. 10 - At. Usa. Oi! 11 - Assoai. De. VERTICAIS: 1 - Erment. Arma. 2 - Saia. Rapé. 3 - Cavacas. 4 - Ovar. Maroto. 5 - Cão. Aalen. 6 - Os. Tui. 7 - Avisares. 8 - Madalena. Ad. 9 - Orar. UU. 10 - Ramalho. 11 - Lamegal. Ais.

PROVÉRBIO: CORPO DOENTE, DURA PARA SEMPRE.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA 1
Avenida Almirante Gago Coutinho - Telef. 806496
UM AMOR INEVITÁVEL
Filme de Rob Reiner
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

ALFA 2
NASCIDO A 4 DE JULHO
Filme de Oliver Stone
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 16.15, 19.00, 21.45 e 00.35 horas.

ALFA 3
MISS DAISY
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4
A GUERRA DAS ROSAS
Filme de Danny DeVito
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15

ALFA CLUBE
Avenida Almirante Gago Coutinho - Telef. 806496
OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
Filme de Steve Kloves
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas

AMOREIRAS 1
Shoping Center de Lisboa
Telef. 691275
UM AMOR INEVITÁVEL
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 2
MISS DAISY
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 3
A GUERRA DAS ROSAS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 4
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 16.15, 19.00, 21.45 e 00.30 horas.

O MEU PÉ ESQUERDO PUB
Em exibição Quarteto Sala 1 Qualidade Maiores 12 anos

AMOREIRAS 5
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 6
OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas

AMOREIRAS 7
OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões ás 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 8
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 9
TEMPO DE GLÓRIA
Filme de Edward Zwick
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 10
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas..

APOLO 70
Av. Júlio Dinis, 10-A
Telef. 763319
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

BERNA
Av. Marquês de Tomar, 10
Telef. 776098
UM AMOR INEVITÁVEL
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.00, 18.00 e 21.30 horas

CAPITÓLIO
Parque Mayer
O VALE DAS ORGIAS
Hard-core-lº escalão (porno)
Maiores de 18 anos
Sessões às 15.00, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00 horas.

CINE CAMÕES
R. do Loreto, 15
Telef. 324194
O MASSACRE DE HALLOWEEN
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CINE 222
Av. Praia da Vitória, 37
Telef. 533253
ACADEMIA DE POLÍCIA VI
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
O GOLPE DO DRAGÃO
Maiores de 18 anos
às 24.00 horas.

CINE PORTELA
ESTÚDIO ANUSHA
Telefone 9434762
CORAÇÕES DE AÇO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

ESTÚDIO SHEZA
CORRUPÇÃO NA CIDADE
Filme de Nick Nolte
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

CINEBOLSO
R. Actor Taborda, 27
Telef. 573407
SEXO NA PRAIA
Hard-core-1ºescalão (porno)
Maiores de 18 anos.
Sessões às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30 horas.

CINEMATECA PORTUGUESA
R. Barata Salgueiro, 39 - Telef. 546085
EM NOME DO PAI
Filme de Marco Bellochio, às 18.30 horas
AGUIRRE, O AVENTUREIRO
Filme de Werner Herzog, às 21.30 horas.

CITY CINE
R. Tomás Ribeiro, 34
Telef. 549999
NOVE SEMANAS E MEIA
Filme de Adrian Lyne
Maires de 18 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES
Av. da Liberdade, 2
Telef. 322523
A GUERRA DAS ROSAS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

ESTÚDIO
Alameda D. Afonso Henriques, 35
Telef. 555134
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

ESTÚDIO ACS
Av. da Igreja, 17-F
Telef. 8487255
ALVOS HUMANOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1
Estrada de Benfica 503
Tel 7145088
QUERIDA, EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas

FONTE NOVA 2
TEMPO DE GLÓRIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15 horas.

FORUM PICOAS
Av. Fontes Pereira de Melo
Telef. 541037
AUDITÓRIO 1
O FILÓSOFO
Filme de Rudolf Thome
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00 horas.

FORUM PICOAS
AUDITÓRIO 2
O COZINHEIRO, O LADRÃO, SUA MULHER E O AMANTE
Filme de Peter Greenaway
Maiores de 18 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.15 e 22.00 horas.

IMPÉRIO
Alameda D. Afonso Henriques
Telef. 3525133
UM AMOR INEVITÁVEL
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING GEMINI
R. Sousa Lopes
Telef. 8480808
O RIO DA MORTE
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1
Rua Bulhão Pato, 1-C
Telef. 8480808
TEMPOS DE GLÓRIA
Maiores de 18 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

KING TRIPLEX 3
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 horas.

LAS VEGAS 1
Pingo Doce - Alcântara
Telf. 3631162
A GUERRA DAS ROSAS
Maiores de 12 anos

Município de Lisboa

Anúncio n.º 24/90

1 — Concurso público promovido pela Câmara Municipal de Lisboa — Direcção Municipal de Infra-estruturas e Saneamento — Departamento de Infra-estruturas — DEP, Rua da Palma, 169 — 1100 Lisboa — Telefone 86 81 59.
2 — Concurso público nos termos do Art.º 49.º do Decreto-Lei 235/86, de 18 de Agosto.
3 — a) — Local de execução — Calçada da Boa Hora.
b) — Empreitada DI/C/N.º 12/90 — Reconstrução da Calçada da Boa Hora.
c) — O preço base do concurso é de 35 000 000$00, com exclusão do IVA.
4 — O prazo de execução da obra é de 16 semanas.
5 — a) O processo de concurso e documentos complementares, podem ser adquiridos ou examinados, todos os dias úteis na Direcção Municipal de Administração-Geral e Gestão dos Recursos Humanos — Repartição de Armazéns e Imprensa Municipal, sita na Av. 24 de Julho, 171 — D 1300 Lisboa.
O referido processo também se encontra patente, para consulta, na Direcção Municipal de Infra-estruturas e Saneamento — Departamento de Infra-estruturas, sita na Rua da Palma, 169, Lisboa, durante as horas de expediente.
b) O pedido do processo pode ser feito até 8 dias antes do termo do prazo para a entrega das propostas.
c) O montante a pagar pelo fornecimento do processo de concurso é de 3877$00.
6 — a) As propostas deverão ser apresentadas até às 17.30 horas do 30.º dia contado a partir do dia seguinte à data da publicação deste anúncio no «Diário da República».
b) A sua entrega far-se-á na Repartição de Armazéns e Imprensa Municipal da Direcção Municipal de Administração-Geral e Gestão dos Recursos Humanos, Av. 24 de Julho, 171 — D — 1300 Lisboa.
c) As propostas deverão ser redigidas em português.
7 — a) Poderão intervir no acto público do concurso representantes dos concorrentes devidamente mandatados para o efeito.
b) O acto público do concurso terá lugar na morada indicada no n.º 6 alínea b), a partir das 14 horas do dia útil seguinte ao da entrega das propostas.
8 — A caução é de 5% do valor total da adjudicação e terá de ser prestada pelo concorrente preferido, no prazo de 8 dias a contar da data da notificação da adjudicação.
A caução será prestada por depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro caução, conforme escolha do adjudicatário.
9 — O tipo da empreitada é por série de preços sendo a modalidade de pagamento a estipulada no Art.º 21.º do Decreto-Lei 235/86, de 18 de Agosto.
10 — Podem concorrer empresas ou grupos de empresas que declarem a intenção de se constituírem juridicamente numa única entidade ou em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, tendo em vista a celebração do contrato.
11 — Os concorrentes estabelecidos em Portugal só serão admitidos a este concurso, se estiverem inscritos e classificados como empreiteiros de obras públicas com as autorizações da 2.ª categoria ou 12.ª e 13.ª subcategorias da 2.ª categoria e da classe correspondente ao valor da sua proposta, ou ainda concorrentes que apresentarem alvará equiparado, de acordo com o anexo V do Decreto-Lei 100/88, de 23 de Março.
12 — O prazo de validade das propostas é de 90 dias, contados a partir da data do acto público do concurso.
13 — A adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, atendendo-se aos seguintes critérios, por ordem decrescente da sua importância:

1 — Garantia de boa execução e qualidade técnica;
2 — Preço da proposta;
3 — Prazo global;
4 — Prazos parcelares;
5 — Plano de pagamentos.

O Vereador,
A. Anselmo Aníbal

Paços do Concelho de Lisboa, em 1990/03/14

CARTAZ

Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2
UM AMOR INEVITÁVEL
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES
Av. de Roma, 7-A
Telef. 801313
A GUERRA DAS ROSAS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

MUNDIAL 1
R. Martens Ferrão
Telef. 538743
UM AMOR INEVITÁVEL
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

MUNDIAL 2
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

MUNDIAL 3
SHIRLEY VALENTINE
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

NIMAS
Av. 5 de Outubro, 42-B
Telef. 574362
AS LOUCURAS
DO MEU FANTASMA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

ODEON
R. dos Condes, 4
Telef. 326283
FOGO INFERNAL
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas

OLIMPIA
R. dos Condes, 13
Telef. 325309
SUPER GIRLS IN 3-D
Filme porno
Maiores de 18 anos
Sessões contínuas a partir das 14 horas.

PLAZA 1
Centro Com. Alvalade
CINEMA PARAÍSO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 18.45 e 21.30 e 23.45 horas.

PLAZA 2
UM AMOR INEVITÁVEL
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.00, 21.45 e 24.00 horas.

POLITEAMA
R. Portas de Stº Antão
Telef. 326305
A NOIVA QUE VEIO
DO INFERNO
Filme de Daniel M. Peterson
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

QUARTETO 1
R. Flores de Lima, 16
Telef. 771378
MEU PÉ ESQUERDO
Filme de Jim Sheridani
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 2
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos

«O Cozinheiro, o Ladrão, sua Mulher e o Amante», em exibição em várias salas de cinema

Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 3
TEMPO DE GLÓRIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4
O COZINHEIRO, O LADRÃO,
SUA MULHER E O AMANTE
Maiores de 18 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00, 21.45 e 24.00 horas.

SÃO JORGE 1
Avenida da Liberdade, 175
Telef. 579144
UM AMOR INEVITÁVEL
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 E 21.16 horas.

SÃO JORGE 2
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 16.15, 10.00 e 21.45 horas.

SÃO JORGE 3
MISS DAISY
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

7ª ARTE
Av. da República
Telef. 730715
AS LOUCURAS
DO MEU FANTASMA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.45 horas.

STAR
Av. Guerra Junqueiro, 14-C
Telef. 804210
UM AMOR INEVITÁVEL
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19 .00 e 21.30 horas.

TERMINAL
Estação do Rossio
Telef. 371573
AS LOUCURAS
DO MEU FANTASMA
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.00, 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30 horas

TURIM
Estrada de Benfica, 723-A
Telef. 706666
BRIGADA ASSASSINA
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.00, 17.30 e 21.30 horas.

XENON
Av. da Liberdade,9
Telef. 3468446
SEM PRESSA PARA VIVER
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

ALMADA

ACADEMIA ALMADENSE
Telef. 2752127
UM AMOR INEVITÁVEL
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DE CAPARICA CINEMA PESCADOR
Telef. 2905350
QUERIDA EU ENCOLHI
OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CASCAIS

CARCAVELOS ATLÂNTIDA CINE
Telef. 2465653
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30 e 21.30 horas
REGRESSO AO RIO KWAI
Sábado e Domingo às 24.00 horas.

CASCAIS MIRAMAR 1
Telef. 2841744
A GUERRA DAS ROSAS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

MIRAMAR 2
NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

OXFORD
Avb. 25 de Abril - Telef. 2865027
OS FABULOSOS IRMÃOS
BAKER
Maiores de 12 anos
Sessões às 16.00 e 21.30 horas.

NOVA OEIRAS CINE PALMEIRAS 1
Telef. 2479144
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

CINE PALMEIRAS 2
A GUERRA DAS ROSAS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

OEIRAS ALTO DA BARRA 1
Av. das Descobertas - Telef. 4439759
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15 e 21.45 Horas.

ALTO DA BARRA 2
TEMPO DE GLÓRIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

SINTRA

AMADORA BABILÓNIA
Centro Comercial Babilónia
Telef. 4934871
UM AMOR INEVITÁVEL
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

CACÉM ESTÚDIO FLORES
Telef. 9247570
Encerrado para descanso do pessoal.

QUELUZ KING D. PEDRO III
Telef. 4364845
SALA 1
NASCIDO A 4 DE JULHO
Mairoes de 16 anos
Sessões às 15.00, 18.00 e 21.15 horas.
SALA 2
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15, 18.15 e 21.30 horas.
SALA 3
RIO DA MORTE
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.45 horas.

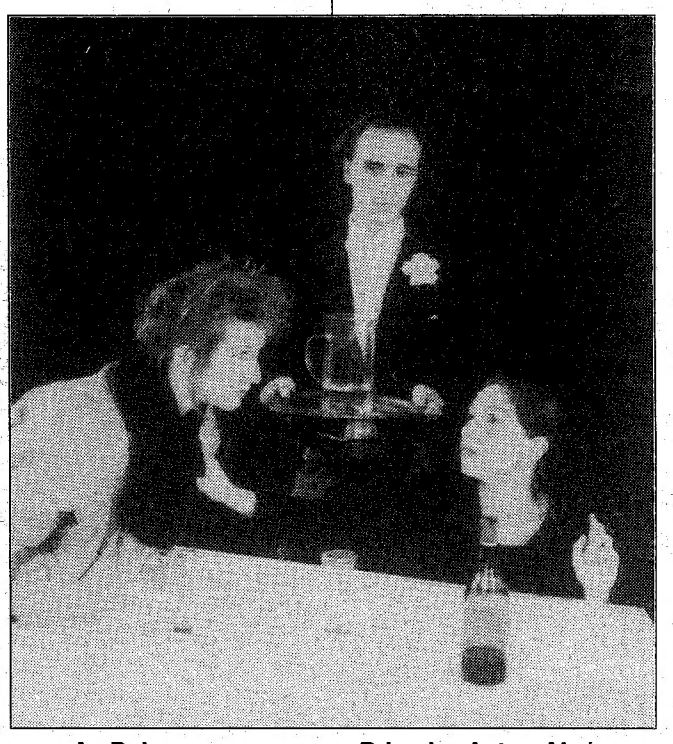
TEATRO

LISBOA

CHAPITÔ
R. da Costa do Castelo, 7 - Telef. 878225
5ª, 6ª e Sáb. às 21.30 horas

KLASSIKUS KABARET
De Fernando Gomes.

COMUNA
Praça de Espanha - Telef. 7260818
De 2ª a Sáb. às 21.30 horas. Dom. às 17.00 horas, descanso à 4ª feira
SALA NOVA
PÉCORA de Natália Correia.



«As Pulgas», em cena no Primeiro Acto - Algés

Município de Lisboa

ANÚNCIO N.º 27/90

Concurso público para a empreitadas DI/M/N.º 1/90 de trabalho diversos em arruamentos e colectores — 1990 — Zona Oriental.

1 — Concurso promovido pela Câmara Municipal de Lisboa — Direcção Municipal de Infra-estruturas e Saneamento — Divisão de Estudos e Projectos, Rua da Palma, 169 — 1100 Lisboa (Telefone 86 81 59).
2 — Concurso público, nos termos do art.º 49.º do Decreto-Lei n.º 235/86, de 18 de Agosto.
3 — a) Local de execução — Cidade de Lisboa;
b) Empreitada DI/M/N.º 1/90 de trabalhos diversos em arruamentos e colectores — 1990 — Zona Oriental.
O preço base do concurso é de 166 000 000$00, com exclusão do IVA.
4 — O prazo de execução da obra é de 365 dias.
5 — a) O processo de concurso e documentos complementares podem ser adquiridos ou examinados, todos os dias úteis, na Direcção Municipal de Administração Geral e Gestão de Recursos Humanos — DAG — Repartição de Armazéns e Imprensa Municipal, Avenida 24 de Julho, 171-D, dentro das horas de expediente. Também estão patentes as peças do referido processo do concurso, a fim de poderem ser examinados, na Direcção Municipal de Infra-estruturas e Saneamento — Departamento de Infra-estruturas — DEP, sita na Rua da Palma, 169, dentro das horas de expediente.
b) O pedido do processo pode ser feito até 8 dias antes da data do acto público do concurso;
c) O montante a pagar pelo fornecimento do processo de concurso é de 3 465$00.
6 — a) As propostas deverão ser apresentada até às 17 horas e 30 minutos do 30.º dia contado a partir do dia seguinte à data da publicação deste anúncio no Diário da República;
b) A sua entrega far-se-á na Repartição de Armazéns e Imprensa Municipal do Departamento de Administração Geral — DMAGGRH, Avenida 24 de Julho, 171-D — 1300 Lisboa.
c) As propostas deverão ser redigidas em português e não incluirão o IVA.
7 — a) Poderão intervir no acto público do concurso representantes dos concorrentes devidamente mandatados para o efeito;
b) O acto público do concurso terá lugar na morada indicada no n.º 6, alínea b), a partir das 14 horas do dia útil seguinte ao da entrega das propostas.
8 — A caução é de 5% do valor total da adjudicação e terá de ser prestada pelo concorrente preferido no prazo de 8 dias a contar da data da notificação da adjudicação.
A caução será prestada por depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancária ou seguro caução, conforme escolha do adjudicatário.
9 — O tipo da empreitada é por Série de Preços sendo a modalidade de pagamento a estipulada no art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 235/86 de 18 de Agosto.
10 — Podem concorrer empresas ou grupos de empresas que declarem a intenção de se constituírem juridicamente numa única entidade ou em consórcio, externo, em regime de responsabilidade solidária, tendo em vista a celebração do contrato.
11 — Para ser admitido a este concurso é necessário que os proponentes estejam inscritos e classificados como Empreiteiros de Obras Públicas com as autorizações da 2.ª categoria ou 12.ª e 13.ª subcategorias da 2.ª categoria e da classe correspondente ao(s) valor(es) da(s) proposta(s), ou ainda concorrentes que apresentarem alvará equiparado, de acordo com o Anexo V do Decreto-Lei 100/88, de 23 de Março.
12 — O prazo de validade das propostas é de noventa dias, contados a partir da data do acto público do concurso.
13 — A adjudicação será feita à proposta mais vantajosa, atendendo aos seguintes critérios, por ordem decrescente da sua importância:
1.º Garantia de boa execução e qualidade técnica;
2.º Menor média dos quocientes entre os sub-totais (quantidade vezes preço unitário) do concorrente e os da CML, conjugada com o menor desvio médio dos mesmos quocientes.
3.º Preço da proposta.

Paços do Concelho de Lisboa, em 1990/03/14.

O Vereador,
A. Anselmo Aníbal

CARTAZ

CAFÉ TEATRO
FESTIVAL DA OTITE
De Carlos Paulo
Em cena aos Sábados às 24 horas.

MARIA MATOS
Av. Frei Miguel Contreiras, nº 52 - Telf. 897017
3ª, 4ª e 5ª, às 21.30, 6ª e Sáb às 20.30 e 22.45. Dom. às 15.00 e 18.00 horas
SEVERA
De Júlio Dantas. Encenação de Nicolau Breyner

MARIA VITÓRIA
Parque Mayer - Telef. 3461740
De 3ª a Dom. às 20.30 e 23.00 horas
VITÓRIA! VITÓRIA!
De Henrique Santana, Francisco Nicholson, Augusto Fraga, Nuno Nazareth Fernandes e Fernando Ribeiro.

PRIMEIRO ACTO
R. Eduardo Pedroso, 16-A - Algés - Telef. 2115033
De 3ª a Sáb. às 21.30. Sáb. e Dom. às 17.00 horas
AS PULGAS
De Cunha Leiradella, pela Comp. Persona.

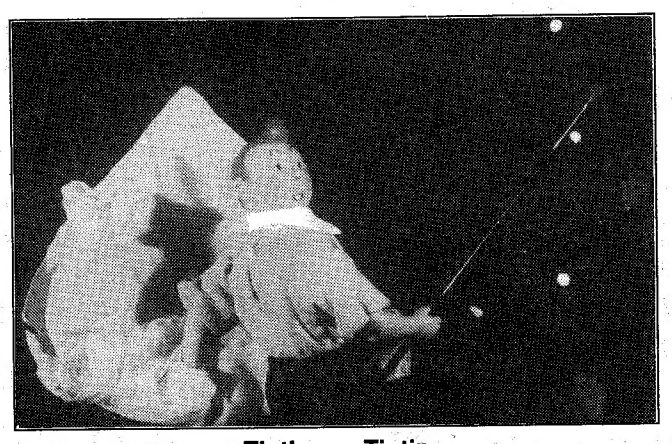
TRINDADE
R. Nova da Trindade - Telef. 320000
De 5ª a Sáb. às 21.45, Dom. às 16.00 horas
AUTO DA ÍNDIA
VIAGEM A CALECUTE
De Gil Vicente, pelo Teatro de Todos os Tempos - Comp. Vicentina

VARIEDADES
Parque Mayer - Telef. 320000
De 3ª a Domingo às 21.30. Domingos e Feriados também às 16.00 horas
OS MENINOS À RODA DA MAMÃ
Versão livre de Henrique Santana.

EXPOSIÇÕES

INAUGURAM

ANTÓNIO INVERNO - Pintura
Galeria Artela - Rua Prof. João Barreira, Loja 15 - Telheiras, (Inaugura dia 6, às 22 horas. 15/20 horas, excepto segundas-feiras. Até dia 29)
150º ANIVERSÁRIO DO MONTEPIO GERAL - Exposição comemorativa
Palácio Foz - Restauradores (Inaugura hoje, às 15 horas)
HELENA PINTO - Pintura sobre papel
Monumental/Bertrand - Chiado (Inaugura dia 5, às 22 horas. 10/28 horas, excepto domingos. Até dia 30)
LAURA CEZZANA - Pintura
Galeria Espiral - Rua Cândido dos Reis, 90 (Inaugura dia 6, às 22 horas. 10/14 e 15/19 horas. Até 1 de Maio)
PAULO CARDOSO - "Indícios de Ouro" - Pintura
Galeria S. Mamede - Rua da Escola Politécnica, 167 (Inaugura dia 5, às 22 horas)
RAFÓLS CASAMADA - Pintura
Galeria Multiface - Edifício Gemini (Inaugura dia 5, às 22 horas. 10/19 horas, todos os dias)
TINTIN POR TINTIM - Exposição iconográfica (?) que inaugura o espaço alternativo da Galeria Novo Século
Espaço Litoral/Novo Século - Rua do Século, 4 (Inaugura dia 6, às 22 horas. 13/19 horas, excepto domingos e segundas-feiras)



«Tintin por Tintin»

LISBOA

ÂNGELO DE SOUSA - Muitos anos depois das exposições na Galeria de Arte Moderna da SNBA e da Livraria Buchholz, Ângelo volta a mostrar o lado mais oculto e irónico da sua produção: a escultura. Inevitavelmente datadas (1968/72), estas esculturas em tiras de metal revelam-nos capacidades que Ângelo terá subestimado em relação à pintura de que é, no dizer de Álvaro Lapa, "um operário da luz". Mesmo as honrosas participações em importantes exposições internacionais (Bienal de S. Paulo e Paris, 1976), mais não foram que a maçada de reapertar parafusos...
Galeria EMI/Valentim de Carvalho - Rua da Cruz dos Poiais, 111 (11/13 e 15/19 horas, excepto domingos. Até 5 de Abril)
JE *EST* UN AUTRE - Segunda parte da exposição internacional de auto-retratos. Andy Warhol, Christian Boltansky, Gilberto Zorio, Joseph Kosuth, Marcel Broothaers, Michelangelo Pistoletto e Tony Cragg tornam a fotografia parte integrante de objectos onde já não faz sentido discutir, ou limitar, o que é a escultura. Aliás, tem sido esta galeria quem mais tem contribuído para a confrontação e discussão do que é escultura, hoje.
Exposição acompanhada de um catálogo onde, a par da qualidade de algumas reproduções, se reúnem textos de Chaké Matossian, John Yau (crítico da Art Forum) e Pedro Frade, sobre a temática e o sentido da auto-representação.
Galeria Cómicos/Luís Serpa - Rua Tenente Raúl Cascais, 1 (15 às 20 horas, excepto domingos)
JOÃO CUTILEIRO - Exposição antológica de 34 anos de actividade do responsável pela dignificação e difusão da escultura em pedra, de pequeno formato ou de parede. Independentemente da repetição dos temas e técnicas, João Cutileiro soube manter-se atento à vitalidade da escultura portuguesa protagonizada pelos sete escultores presentes em homenagem ao seu Mestre: António Campos Rosado, José Esteves, José Pedro Croft, Manuel Rosa, Maria Felizol, Pedro Fazenda e Sílvia Westfalen.
Galerias das Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian (10 às 18 horas, excepto segundas-feiras)
PEP AGUT - Graça Fonseca parece previligiar o intercâmbio com as galerias espanholas. Depois de Eugénio Cano (por troca com Paulo Feliciano?), a galeria revela agora este catalão residente em Colónia. Além da instalação *Amigos Para Sempre*, onde diferentes tipos de cadeiras uniformizadas pelo estofo dialogam com a *pele* mudada (entretanto emoldurada na parede), Pep propõe uma reflexão sobre a desmultiplicação do espaço/suporte. Mondrian revisitado.
Galeria Graça Fonseca - Rua da Emenda, 26 (15/20 horas, excepto domingos e segundas-feiras)
ALMADA
30 ANOS DE ENSINO DE GRAVURA NA ESBAL - 29 alunos testemunham a qualidade do ensino dessa disciplina ministrado pelos professores Gil Teixeira Lopes e Matilde Marçal, aqui homenageados.
A simulação do que é uma oficina de gravura (xilogravura, calcografia, águas-fortes e serigrafia) desmistificam e aproximam o público dos trabalhos presentes.
Galeria Municipal de Arte (15 às 22 horas, excepto segundas-feiras)
ESTORIL
JOH - "Magnificências", esculturas
Galeria Arcada (11/13 e 14/19 horas, excepto terças-feiras. Até 23 de Abril)

J.F.

Pintura sobre papel de Helena Pinto

RÁDIO ANTENA 1

Desdobramento em Onda Média - Emissores do Litoral - e 99.4 em FM - Zona de Lisboa

14.00: O Linho e a Seda; **15.00:** Praça dos Sons; **17.00:** Antena 1 - Regiões ; **17.15:** Porto d'Abrigo.

Onda Média e FM Estéreo

14.00: Antena 1; **17.00:** Sete Mares; **19.00:** Noite Desportiva Especial; **21.00:** Musical; **21.30:** Imaginário. Noticiários de hora a hora.

PROGRAMA 2

Rede Nacional FM 2 - Estéreo

17.00: Música do Século XX; **18.15:** Ângulos e Reflexos; **19.00:** Integrais - As Sinfonias de Beethoven, sob a direcção de Arturo Toscanini; **19.50:** Álbum Musical; **20.10:** Álbum Musical; **20.30:** O Canto e os seus Intérpretes; **21.30:** Concerto «ao vivo» no Estúdio «A»; **23.00:** Eurorádio. A Primavera de Bergen, 1989; **00.50:** Música Barroca Italiana. Obras de Antonio Vivaldi, Alessandro Scarlatti, Francesco Durante e Nicolo Porpora; **02.00:** Música na Madrugada. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO COMERCIAL

Onda Média 283, 290 e 397 m

16.30: Quando o Telefone Toca; **17.00:** Contacto; **19.00:** Jornal; **19.30:** Quanto o Telefone Toca; **20.00:** Praça de Táxis; **21.00:** Pela Estrada Fora; **22.00:** Religiosos; **22.15:** Desporto; **23.00:** 24ª Hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM - Estéreo 97.4 MHz

18.00: RDS - Rádio das Seis; **21.00:** Mercador de Sonhos; **00.00:** A Noite Passada; **01.00:** Som da Frente; **03.00:** Quem Tramou o Locutor. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA

Canal 1 - Rede Nacional de OM-FM

15.00: Hora da Música; **16.00:** Banda da Amizade; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** A Viagem Continua; **20.00:** Boa Nova; **20.30:** Conversa de Amigos; **21.00:** Sequência; **22.00:** Revista; **22.30:** Bola Branca; **23.30:** Suplemento Especial da BBC; **23.55:** Meditando.

RFM

RFM - Canal 2 - Rede Nacional de FM Estéreo

15.00: Fórmula Três; **18.00:** Ideiafix; **19.00:** Atlântida; **20.00:** Serra de Estrelas; **22.00:** Oceano Pacífico.

VOZ DE LISBOA

15.00: Equipa da Tarde; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Sete Colinas; **20.00:** Diálogo; **20.30:** Transmissão do Terço; **21.00:** Lisboa à Noite.

VOZ DO ALENTEJO

15.00: Boa Tarde, Alentejo; **18.00:** Bola Branca; **18.30:** Transmissão do Terço; **19.00:** Alentejo em Notícia.

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LISBOA
ANÚNCIO

Doutora Maria Amélia Alves Ribeiro
Juíza do 1.º Juízo do Tribunal do Trabalho de Lisboa:
Faz saber que pelo 1.º Juízo, 1.ª Secção do Tribunal do Trabalho de Lisboa, correm seus termos uns autos de execução de Sentença, com o n.º de registo 117-B/85, em que é exequente Isabel Maria da Cruz Pereira Sena Brito e executado RODRIMP — Indústrias de Cosméticos, Lda.ª com sede na Av.ª 5 de Outubro, n.º 204 em Lisboa, e neles correm éditos de vinte dias, citando os credores desconhecidos para, no prazo de dez dias, findo o dos éditos, ou a contar da segunda e última publicação do respectivo anúncio, deduzirem os seus direitos, nos termos dos artigos 864.º e seguintes do Cód. de Processo Civil.
Para constar se passou o presente que será devidamente anuncido.
Lisboa, 27 de Março de 1990
O Juiz de Direito
Maria Amélia Alves Ribeiro

O Escrivão de Direito
José António Carvalhal

«DL» 4/4/90 — 1.ª Pub.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE OVAR
ANÚNCIO

Pela 1.ª Secção do 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Ovar desta Comarca, correm éditos de vinte dias, contados da segunda e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos do executado CRISPIM CORREIA PINHO, casado, comerciante, residente em Badoucos — Souto — Santa Maria da Feira, para no prazo de DEZ DIAS, posterior àquele dos éditos, reclamarem o pagamento dos seus créditos pelos produtos dos bens penhorados sobre que tenham garantia real, na Execução Sumária n.º 97/89 movida por TITOI — REPRESENTAÇÕES, LD.ª, com sede em Milagres — Leiria.
Ovar, 28.3.1990
O Juiz de Direito,
João Alberto Antunes Cláudio da Silva
A Escriturária Judicial,
Maria Irene Duarte Pinto Guerra

«DL» — 1.º Pub. 4/4/90

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA
12.º JUÍZO/....ª VARA

PROC.º 8443 — 1.ª secção
Execução Sumária

— ANÚNCIO —

Por este Juízo e primeira secção, nos autos de Execução Sumária n.º 8443 em que é exequente O Estado Secretaria de Estado do Tesouro e executados Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Alves & Lopes, Lda e outros correm éditos de trinta dias contados da segunda e última publicação do anúncio, citando a executada MARIA NUNES XAVIER DE FREITAS, com última residência conhecida na Av.ª do Ultramar, n.º 1522, 1.º, em Cascais, para no prazo de cinco dias, findo que seja o dos éditos, deduzir oposição, pagar ao exequente a quantia de 960 000$00, acrescida de 297 600$00 relativa aos juros vencidos e dos que se vencerem até final à taxa anual de 4% (3% + 1%), conforme acordado, ou nomear bens à penhora, sob pena de se considerar devolvido ao exequente o direito de nomeação de bens à penhora, tudo pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial que fica à sua disposição na Secretaria deste Tribunal.

Lisboa, 27 de Março de 1990,
O Juiz de Direito,
José Geraldes Pereira de Carvalho
A escrivã adjunta,
Ana Maria Neves Leitão de O. Borges

«DL» 2.ª Pub 4/4/90

SNOOPY POR SCHULZ

CARTAZ/TELEVISÃO

HOJE

RTP-1

16.35 - HOSPITAL CENTRAL
140º episódio
17.25 - A HORA DO LECAS
18.05 - RUA SÉSAMO
108º episódio
18.30 - JOGO DE CARTAS
18.55 - MARSELHA-BENFICA EM FUTEBOL
1ª mão das meias-finais da Taça dos Campeões Europeus
20.50 - VALE TUDO
21.55 - TELEJORNAL
22.15 - BOLSA DIA A DIA
22.20 - O TEMPO
22.23 - BOLETIM AGRÁRIO
22.25 - LOTAÇÃO ESGOTADA
«O Caminho das Estrelas»: um filme de Robert Wise (USA, 1979), com William Shatner, Leonard Nimoy, De Forest Kelley, James Doohan, George Takei, Majel Barrett, Walter Koening, Nichelle Nichols, Stephen Colins e Grace Lee Whitney. «Star Trek», em português «O Caminho das Estrelas», foi originalmente uma série televisiva que a cadeia americana NBC começou a emitir em 1966 e que não conheceu sucesso imediato. Suspensa em 1968 e retomada um ano mais tarde, a série terminou em 1970. Dois anos depois começou a surgir em reposição e, assim, «Star Trek», renascendo das cinzas, tornou-se num fenómeno de popularidade nos EUA, com milhões de fãs que se autodenominavam "trekkies". Em 1979 «Star Trek» foi pela primeira vez adaptada ao cinema após uma acidentada história de produção, tendo a realização ficado a cargo de Robert Wise, um veterano de Hollywood responsável por estrondosos sucessos como «West Side Story» ou «Música no Coração» e os principais papéis aos velhos actores da série televisiva. Trata-se, na verdade, de um grandioso filme de ficção científica, onde imperam os efeitos especiais, especialmente os assinados por Douglas Trumbull. Fotografia: cor. Duração: 132 minutos.
00.25 - 24 HORAS
00.30 - UM DIA...
00.40 - REMATE
00.50 - CARTAS DE HUMOR

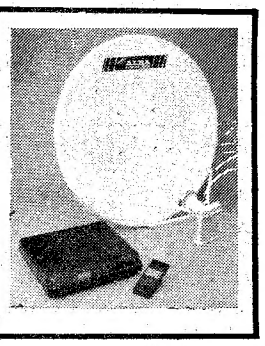
Às 21.25 em Lotação Esgotada (1º Canal), o filme «O Caminho das Estrelas»

Mais um episódio da série «O Submarino», no 2º Canal às 21.30

RTP-2

17.00 - OS CAMPBELLS
17.25 - UM MISTÉRIO MISTERIOSO
1º episódio
17.50 - A ROTA MARÍTIMA DA SEDA
18.40 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
75º episódio
19.20 - ESPAÇO INFANTIL
20.00 CLÁSSICOS DA TV
«Estrada 66»
20.45 - VIA RÁPIDA
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - O SUBMARINO
22.30 - SÉCULO XX
«A Caminho da Guerra»: 5º episódio
23.20 - TANITA TIKARAM
Um concerto ao vivo efectuado na ilha de Bomlo, na Noruega, em que a artista interpreta temas do álbum «Ancient Heart». Haverá também pequenos apontamentos biográficos sobre a cantora. Duração: 55 minutos.

ALBA
ANTENAS PARABÓLICAS ACESSÍVEIS A TODOS
INFORME-SE NA
AUDIMAX
TEL. 410 62 75
ALGÉS



AMANHÃ

RTP-1

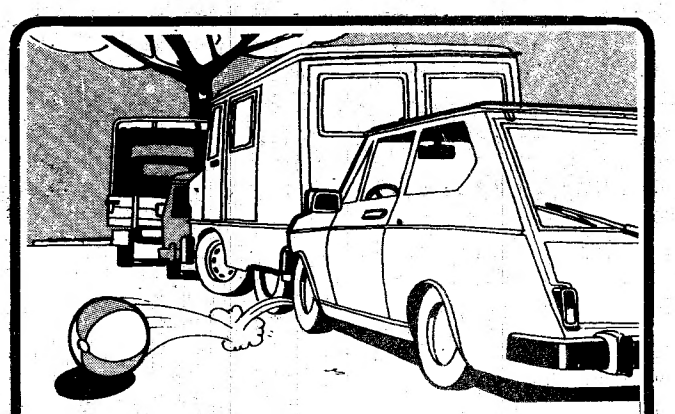
09.01 - BOM DIA
10.00 - ÀS DEZ
12.05 - FERA RADICAL
13.00 - JORNAL DA TARDE
13.27 - BOLSA
13.30 - VILA FAIA
14.20 - OPEN DO ESTORIL-TENIS
15.45 - PONTO POR PONTO
16.30 - CLÍNICA GERAL
17.25 - A HORA DO LECAS
18.30 - RUA SÉSAMO
19.00 - JOGO DE CARTAS
19.30 - TELEJORNAL
20.00 - BOLSA
20.05 - O TEMPO
20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
20.15 - VALE TUDO
21.10 - VAMOS JOGAR NO TOTOBOLA
21.15 - SOFIA E CONSTANÇA
22.15 - CONVERSAS VADIAS
22.40 - MURPHY BROWN
23.10 - 24 HORAS
23.40 - UM DIA
23.45 - REMATE
23.55 - CARTAS DE HUMOR

RTP-2

12.02 - TENIS: OPEN DO ESTORIL
14.00 - TELEMERCADO
14.30 - PRIMEIRO JORNAL
14.45 - ESPAÇO INFANTIL
15.00 - FILHOS E FILHAS
15.25 - AGORA ESCOLHA
16.55 - OS CENTURIÕES
17.20 - NOVO ELUCIDÁRIO MADEIRENSE
17.55 - OS DESAFIOS DA LEI
18.40 - O MEU PÉ DE LARANJA LIMA
19.15 - ESPAÇO INFANTIL
20.00 - CLÁSSICOS DA TV
20.45 - VIA RÁPIDA
21.00 - JORNAL DAS NOVE
21.30 - EMOÇÕES
21.55 - HORA DA VERDADE
22.55 - 5ª DIMENSÃO

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...

BLAUPUNKT
Grupo BOSCH
Um pequeno ponto faz a diferença



AOS CONDUTORES
"Mal pressinta a presença de crianças, prepare-se para travar!"
PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA

«O comunismo foi um despotismo oligárquico dos de cima, que manteve os de baixo no lugar conveniente, fomentando a inveja.»

João Carlos Espada, «Público», 3.04.90

A PERGUNTA DO DIA

Alfredo César Torres presidente do Automóvel Clube de Portugal

Estamos ou não em riscos de perder o campeonato de Fórmula 1 em Portugal?

«Esse risco existe, efectivamente. No entanto, o prazo para o termo das negociações entre o Governo e a Autodril, a empresa proprietária do Autódromo do Estoril, termina amanhã e eu tenho esperanças de que ambas as partes consigam chegar a um entendimento que permita continuar a realizar não só o Grande Prémio de Formula 1, mas também as provas nacionais de automobilismo. Não admito a ideia de que o autódromo pode ser alugado para testes comerciais e não serve para provas nacionais.

Caso Portugal deixe de organizar a prova do Estoril, ninguém lamenta mais do que eu. Agora, eu não posso é responder às exigências da Autodril. Creio, todavia, que o Governo está muito interessado em que isso não aconteça, uma vez que não há nenhum outro acontecimento em Portugal que tenha tanta cobertura estrangeira como a Fórmula 1, com os inegáveis benefícios que isso traz para o País.»

MEDIA

A produção cinematográfica dos Estados Unidos encontra-se, actualmente, numa situação inédita de dependência face à Europa. As dificuldades do seu mercado estão a ser colmatadas pelos clientes do Velho Continente. No entanto, as novas regras de 92 poderão alterar este panorama

Hollywood e as eurovisões

A criação do Mercado Único na Europa em 1992 tem levantado, para os produtores de filmes de Hollywood, uma grande dúvida: será que essa nova Europa se transformará numa fortaleza impenetrável ou, pelo contrário, representará uma oportunidade inesperada?

Para Jean Dondelinger, comissário para os assuntos culturais e audiovisuais da Comunidade, a sua primeira viagem a Los Angeles destinou-se, precisamente, a tranquilizar a indústria cinematográfica americana. Enterrar o machado de guerra e encarar a directiva comunitária sobre a televisão sem fronteiras como uma vitória do *free-trade* constituía a sua missão principal. A linguagem era simples: os programas americanos representam 30 por cento do total das difusões na Europa, por isso restam ainda 20 por cento para atingir a barreira dos 50 por cento. A comunidade de Hollywood teve a resposta que queria.

Neste momento, porém, o problema não parece colocar-se em relação à Europa, mas sim ao caso particular da França. Na realidade, um decreto publicado a 17 de Janeiro último restringia a transmissão de programas estrangeiros, vindo, desta forma, lançar novamente a inquietude entre os produtores americanos.

Dondelinger minimiza o problema, afirmando que, em caso de litígio, a legislação europeia se imporia sobre a nacional. No entanto, não precisou de que forma é que tal seria feito

A explicação para o susto de Hollywood reside na sua cada vez maior dependência relativamente aos mercados exteriores. Com o aumento dos custos de produção do cinema e da televisão, e com as dificuldades das estações televisivas perante o vídeo e o cabo, a indústria americana nunca se viu numa posição tão frágil.

Segundo o American Film Market, as vendas de programas ao estrangeiro representaram, em 1989, qualquer coisa como 1,1 milhares de milhão de dólares, 65 por cento dos quais pagos pela Europa. Face a tal situação, pode concluir-se, desde já, uma coisa: chegou a altura de pensar em termos de cooperação.

Michael Ovitz, presidente da Criative Artist Agency, acalanta a ideia de criar um mercado comum de talentos, de ideias e de produtos que abrangesse o mundo inteiro. Mas será que o novo espaço audiovisual europeu vai impedir ou encorajar as coproduções, até agora definidas como o mercado do futuro? Será que os americanos não se vão perder perante tal complexidade administrativa?

O comissário da CEE, por seu turno, lançou a ideia de uma cooperação transatlântica, com base no pressuposto de que americanos e europeus se devem unir para fazer frente aos japoneses, apostados em desenvolver um *standart* internacional de televisão de alta definição.

Isto levanta, todavia, a questão da reciprocidade. Nos Estados Unidos, a televisão quase não transmite filmes europeus e o público americano ignora todas as películas que não sejam faladas em inglês, o que constitui, na prática, uma forma de proteccionismo.

Várias soluções são apresentadas para esse problema. Enquanto um produtor italiano propõe que se ensinem os americanos a fazerem boas dobragens, Peter Rawley, da International Creative Management, defende a participação de estrelas europeias nas séries americanas.

Deixando de lado a retórica e as quotas pode concluir-se que, apesar de tudo, os negócios vão bem. A expansão da televisão europeia tem feito progredir consideravelmente a venda de filmes, sobretudo no que se refere aos direitos de transmissão televisiva. Os espanhóis, os gregos, os britânicos e os franceses continuam a ser, no Velho Continente, os melhores clientes dos americanos. Não se verificou nenhuma quebra de confiança e, portanto, a mensagem audiovisual lá passou mais uma vez.

«DL?/«Le Monde»

Quinta-feira no

Diário de Lisboa

PSD em vésperas de Congresso

Os malefícios da monoindústria

Crónica de Francesco Alberoni

Um artigo de Adriano Duarte Rodrigues

meteorologia

Os que fecham, os que não

Há pessoas que sim que fecham, e há pessoas que não fecham. São duas raças sem compromisso, sem consenso, sem tolerância, sem conciliação possível a médio prazo.

Fecham e não fecham o quê? Os tubos de pasta dentrífica, as aberturas fantasiosas dos frascos e outros recipientes de *champoo*, o tubo de cola, as torneiras da água, as tampas de esferográficas que sem esse chapeuzinho secam, as luzes, no vestíbulo, na casa de banho, na varanda, as portinholas do frigorífico, o aquecimento, o gás durante a ausência, as portas dos armários, as vitrinas, os livros a páginas tantas. O problema não consiste em diferenciar a gente mais ou menos ordenada e desordenada, reconhecendo entre elas os graus de diferença entre os dois extremos. Se existe um maniqueísmo a sério, aqui funciona em pleno. Dogma: os que fecham e os que não.

Não sei se Heidegger era um nazi confuso ou o maior filósofo do século XX (*), mas suponho que entre esses dois pólos aparentemente inconciliáveis se movimenta a sua sombra incerta e ainda não acabada: porém, os que fecham, fecham sempre, os que não fecham, não fecham nunca. Nada mais há a acrescentar.

E mais: se sem espanto reconheço que quem não fecha, nunca fechará, verifico que nenhuma reciclagem, boa vontade, reconversão, *perestroika* íntima, é capaz de mudar o estado das coisas: aliás, os próprios dedos não obedecem, cai tudo da mão e quando apesar de tudo acabam por fechar algo depois de gigantesco esforço, fica mal fechado, estragaram a fechadura, perveteram o sistema, não acertaram nas espirais.

Um amigo universitário que vive nos Estados Unidos, pediu o divórcio de sua gentil esposa, porque ela nunca fechava nada. Não podia mais andar todas as manhãs atrás dela a fechar o não fechado. Os seus nervos não aguentaram. O tribunal deu-lhe razão.

O futuro é de todos. Mas não dos que fecham e dos que não fecham em conjunto.

Jorge Listopad

(*) Finalmente um livro tranquilo, introdutório à obra e à vida de Heidegger, do inglês da Europa Central, George *Steiner*, um dos maiores ensaístas contemporâneos. Publicou a *D. Quixote*.

A.M.A. ® Auto Monumental do Areeiro S. A
CONCESSIONÁRIOS VW Audi
AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA
Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telefs. 894185/6/7/8
1000 LISBOA
Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75